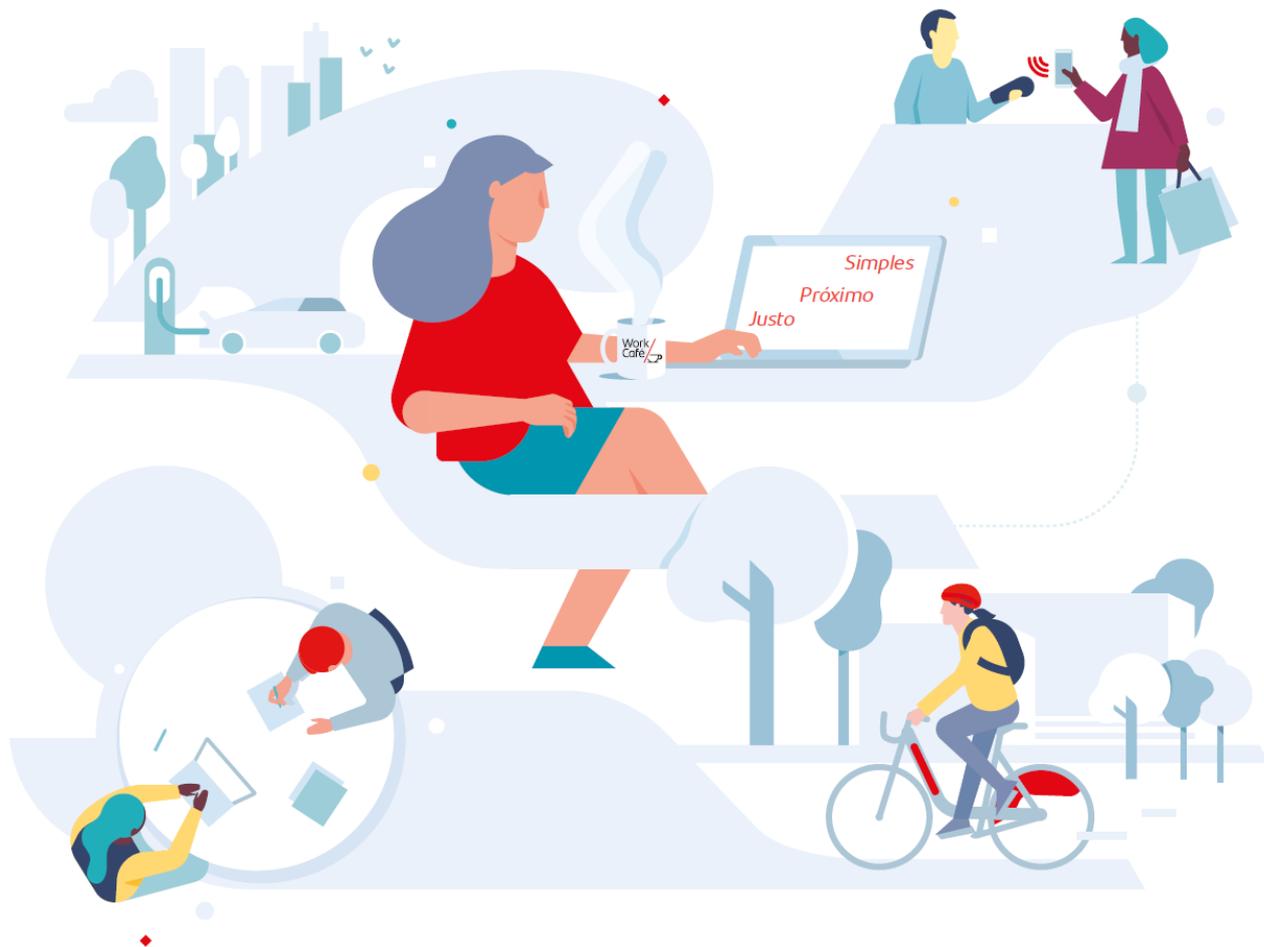


Proposta



Relatório Anual 2018

santander.pt     

 **Santander**

Santander Totta, SGPS

Banca Responsável	• Principais destaques e mapa de indicadores	3
	• Cultura corporativa, prémios, distinções e outros factos relevantes em 2018	5
	• Órgãos sociais	11
	• Política de sustentabilidade	13
Atividade e Resultados	• Enquadramento da atividade	20
	• Áreas de negócio (através das sociedades participadas)	28
	• Informação económica e financeira	37
Gestão de Risco	• FGR, Risco de crédito e de contraparte	44
	• Risco de balanço	49
	• Risco de mercado	50
	• Risco operacional	51
	• Risco de cumprimento e reputacional	53
Informação Complementar	• Proposta de aplicação de resultados	54
	• Anexos	55
Demonstrações financeiras, notas e relatórios e pareceres	• Demonstrações financeiras consolidadas	65
	• Notas às demonstrações financeiras consolidadas	71
	• Relatórios e pareceres consolidados	209
	• Demonstrações financeiras individuais	227
	• Notas às demonstrações financeiras individuais	233
	• Relatórios e pareceres individuais	251

Principais destaques

RENDIBILIDADE	CRESCIMENTO	SOLIDEZ	APOIO À SOCIEDADE
 <p>Produto Bancário</p> <p>1.240 M€ (+8,0%)</p>	 <p>Crédito Habitação Depósitos de Clientes</p> <p>Var. YoY: +1,9% e +6,1%</p>	 <p>Rácio de NPE</p> <p>4,0%</p>	 <p>Reforço das Quota produção Crédito a Empresas e Habitação</p> <p>19,8% e 22%</p>
 <p>Resultado Líquido</p> <p>500 M€ (+14,6%)</p>	 <p>Clientes Banco Principal</p> <p>752 Mil (+10%)</p>	 <p>Custo do Crédito</p> <p>0,01%</p>	 <p>Santander Advance</p> <p>696 bolsas de estágio</p>
 <p>ROE</p> <p>12,4%</p>	 <p>Clientes Digitais</p> <p>734 Mil (+32%)</p>	 <p>Rácio de Capital CET 1</p> <p>14,0%</p>	 <p>Responsabilidade Social</p> <p>23.981 pessoas beneficiadas</p>

Mapa de indicadores

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	2018	2017	Var.
Ativo líquido	55.039	53.169	+3,5%
Crédito a clientes (líquido)	39.597	39.646	-0,1%
Recursos de clientes	39.312	36.698	+7,1%
Total do Capital Próprio	4.172	4.032	+3,5%
Margem financeira	866,3	696,9	+24,3%
Comissões líquidas, outros resultados de exploração e atividade de seguros	378,0	327,4	+15,5%
Produto bancário	1.240,0	1.147,7	+8,0%
Resultado de exploração	619,0	619,7	-0,1%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam*	696,5	590,8	+17,9%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS	500,0	436,3	+14,6%

RÁCIOS	2018	2017	Var.
ROE	12,4%	11,8%	+0,6 p.p.
ROA	0,9%	0,8%	+0,1 p.p.
Rácio de Eficiência	50,1%	46,0%	+4,1 p.p.
Rácio CET I**	14,0%	14,2%	-0,2 p.p.
Rácio Tier I**	17,0%	16,9%	+0,1 p.p.
Rácio de capital**	17,1%	17,0%	+0,1 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	4,0%	5,7%	-1,7 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	51,0%	55,4%	-4,4 p.p.
Custo do crédito	0,01%	0,11%	-0,10 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	118,9%	126,5%	-7,6 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)	2018	2017
FitchRatings	BBB+	BBB+
Moody's	Baa3	Ba1
Standard & Poor's	BBB-	BBB-
DBRS	A	AL

OUTROS DADOS	2018	2017	Var.
Colaboradores	6.517	6.816	-299
Colaboradores em Portugal	6.492	6.781	-289
Pontos de atendimento	572	682	-110
Total de agências e centros empresa em Portugal	562	670	-108

* Exclui resultados não recorrentes

** *Fully implemented* com resultado líquido de dividendos a distribuir

Cultura Corporativa

O **Santander Way** é a nossa cultura corporativa e está totalmente alinhada com a nossa missão, visão, e com o nosso modelo de negócio. É o pilar do Santander, uma sociedade responsável.

Simples | Próximo | Justo

Simples, Próximo e Justo é a essência da cultura corporativa do Santander. Incorpora como todos os colaboradores do Santander pensam e trabalham, e representa o que os nossos clientes esperam de nós. Define como fazemos o nosso negócio e como tomamos decisões, e a forma como interagimos com clientes, acionistas e a comunidade.

Todas as equipas no Santander esforçam-se cada dia para se assegurar que tudo o que fazem é Simple, Próximo e Justo – esta é a maneira de conquistar a lealdade e confiança duradoura dos clientes – agindo ao mesmo tempo de acordo com a nossa missão de ajudar as pessoas e as empresas a prosperar.

“Tão importante como o que fazemos é a forma como o fazemos”

Simples

Disponibilizamos um serviço acessível para os clientes, com produtos simples, fáceis de entender. Usamos uma linguagem simples e melhoramos os processos todos os dias.

Próximo

Tratamos os nossos clientes de forma individualizada e personalizada, oferecendo-lhes as alternativas que melhor se adequam às suas necessidades. Queremos que cada um dos nossos colaboradores e clientes se sintam únicos e valorizados.

Justo

Tratamos os nossos colaboradores e clientes de forma justa e igual, somos transparentes e cumprimos as nossas promessas. Estabelecemos relações em que o Banco, colaboradores, clientes e acionistas possam obter benefícios. Porque entendemos que o que é bom para eles também é bom para o Banco.

A nossa cultura é baseada em oito comportamentos corporativos...



Demonstro respeito



Escuto com atenção



Falo claramente



Cumpro as promessas



Apoio as pessoas



Promovo a mudança



Promovo a colaboração



Trabalho com paixão

...e uma forte cultura de risco onde cada um é pessoalmente responsável pela gestão dos seus riscos no seu dia a dia de trabalho

All the Santander team engaged in risk

risk pro

Marca Santander

O Santander é uma instituição de referência no setor financeiro nacional, com uma ampla base de clientes, disponibilizando uma rede de contactos físicos, e de canais digitais, que permitem atender as necessidades financeiras dos seus clientes, de forma simples, rápida e cómoda.

Atualmente, o Santander Totta é o maior Banco privado na atividade doméstica, em termos de ativos e créditos concedidos às empresas.

A sua atividade é centrada na banca comercial e prossegue uma estratégia de proximidade ao cliente, privilegiando a oferta de produtos e serviços inovadores e digitais, adaptados às necessidades financeiras dos seus clientes, com foco na qualidade de serviço e preocupação constante na melhoria contínua da experiência de cliente.

A solidez do Banco está assente numa estratégia de crescimento, baseada numa forte geração de receitas, numa situação confortável de liquidez e de rácios de capital bem acima das exigências regulatórias, que atestam os bons níveis de capitalização do Banco.

Em 2018, e de acordo com a sua missão, de ajudar as pessoas e as empresas a prosperar, o Santander manteve o financiamento à economia portuguesa, aumentando as suas quotas de produção de crédito a empresas para 20%. Também em particulares, o Banco reforçou a sua posição através da concessão de crédito habitação, alcançando uma quota de mercado, a nível de produção, de cerca de 22%.

Ao longo do ano, o Banco continuou a apostar em produtos únicos e diferenciados, como são o caso do Mundo 1|2|3, uma solução multiproduto que permite aos clientes poupanças mensais ao utilizarem os produtos do Banco. Desde o início do lançamento da solução, o Banco já devolveu cerca de 29 milhões de euros, em *cash-back*, aos seus clientes.

No plano empresarial, a oferta não financeira mereceu destaque, com várias iniciativas de apoio ao conhecimento de mercado e formação das empresas e dos seus colaboradores. Desde o início da vertente não financeira do *Santander Advance*, mais de 2.000 empresas foram beneficiadas, através de formações *online* e presenciais, e cerca de 700 estudantes usufruíram de bolsas de estágio ao abrigo deste programa.

O Santander Totta aspira a ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança permanente dos seus colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.

Ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança permanente dos nossos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.



Uma marca mais moderna e mais digital

Em 2018, o Banco Santander evoluiu a sua marca comercial, com o objetivo de ser mais moderna, mais digital e de se aproximar dos jovens.

A marca evoluiu, mantendo os seus traços mais distintivos: o nome, a cor vermelha e “a chama”, que ganham maior visibilidade e melhoram a experiência do utilizador no mundo digital.

A nova marca do Banco é mais moderna e adequada aos canais digitais e móveis, para se adaptar ao novo contexto, transmitir melhor a nova cultura corporativa e reforçar a estratégia de se tornar numa plataforma digital e aberta de serviços financeiros.



A marca evoluiu, mantendo os seus traços mais distintivos: o nome, a cor vermelha e “a chama”, que ganham maior visibilidade e melhoram a experiência do utilizador no mundo digital.

Neste sentido, e no âmbito do plano de transformação digital, o Santander continuou a desenvolver os seus canais digitais, lançando novas funcionalidades na *App mobile* e melhorando processos internos, de forma a tornar mais rápida e cómoda a relação com os seus clientes.

Em 2018, destaca-se o *CrediSimples*, funcionalidade que permite a contratação de crédito pessoal imediato via *App* ou *homebanking*, que representa já 28% do total do crédito que é concedido na instituição.

Foram também disponibilizadas novas funcionalidades para os clientes Mundo 1|2|3 na gestão da sua relação financeira com o Banco. A nível de novos produtos, foi disponibilizada a possibilidade de contratação de novos seguros via *app*, como o Seguro Auto, ou o Seguro Proteção Serviços Domésticos, o primeiro do género a ser contratualizado digitalmente.

Na área de meios de pagamento, foram alargadas as funcionalidades na gestão dos cartões de crédito, e foi disponibilizada a função de bloqueio de operações no estrangeiro, com o objetivo de promover a segurança de uso aos clientes.

Paras as empresas e em parceria com a *Upplification*, o Santander lançou a solução *Conecte o Seu Negócio*, para ajudar as empresas a criar mais facilmente uma *App* e alargar assim o seu negócio ao mundo digital.

Resultado da transformação comercial e digital levada a cabo, as vendas em canais digitais de produtos (que são vendidos em balcões e canais) representam já 31% do total das vendas.

No final do ano, o Santander registou aumentos de 10% em número de clientes de banco principal e de 32% em número de clientes digitais.

Clientes Digitais
734 mil
Var. 2017-2018
+32%

Uma marca sólida, reputada e de confiança

Em 2018, o Santander continuou a reforçar o seu posicionamento como uma instituição sólida, reputada e de confiança dos seus clientes.

Neste sentido, o Banco viu a sua *performance* e atividade, nas diversas áreas de negócio, reconhecidas por várias instituições internacionais e nacionais.

Também na satisfação dos clientes, o Banco foi reconhecido através de inquéritos feitos aos consumidores, como são o caso do “Prémio 5 Estrelas” ou do *ranking* de reputação e posicionamento, desenvolvido pela consultora independente *Onstrategy*, para as marcas financeiras mais reputadas.

O Santander foi também reconhecido como o “Melhor Banco para Trabalhar” em Portugal, uma análise do *Great Place to Work Institute*, que teve também em conta a opinião dos colaboradores.

Principais Distinções e Reconhecimentos



BANK OF THE YEAR 2018 | PORTUGAL
no âmbito dos The Banker awards 2018.

O seu Banco de cada dia é o Banco do ano 2018.



Este prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu.



Banco do Ano em Portugal

O Santander foi distinguido com o prémio de **“Banco do Ano” em Portugal**, atribuído pela **revista *The Banker***, do Grupo *Financial Times*, no âmbito dos *The Banker Awards 2018*. Esta é a décima quarta vez que o Santander recebe tal distinção. Foram analisados os dados financeiros das instituições e aspetos como a *performance*, a tecnologia, a inovação e iniciativas de marketing desenvolvidas.



Melhor Banco em Portugal

A revista norte-americana ***Global Finance*** elegeu o Santander Totta como o **“Melhor Banco em Portugal”**, no âmbito dos *“World’s Best Banks 2018”*, que distinguem as instituições bancárias que melhor responderam às necessidades dos seus clientes e que obtiveram os melhores resultados.



Banco 5 estrelas

O Santander venceu o **Prémio Cinco Estrelas 2019** na categoria de Grandes Bancos. Após avaliação dos 5 grandes bancos portugueses, o Santander obteve a melhor classificação, com uma satisfação global de 71,8%, considerando variáveis como a satisfação, a recomendação, a confiança na marca e a inovação.



Melhor Private Banking Services Overall

O Santander venceu o prémio global de **“Best Private Banking Services Overall”** em Portugal, atribuído pela revista ***Euromoney***. Está é já a 8ª vez consecutiva que o Banco recebe este galardão. O estudo foi realizado através de uma análise qualitativa das melhores práticas do setor, por região e por tipo de serviço.



Melhor Private Bank

O *Private Banking* do Santander Totta foi eleito pela revista ***Global Finance*** como o **“Melhor em Portugal”**, no âmbito dos *The World’s Best Private Banks Awards for 2019*, que distinguem os melhores modelos de negócio de banca privada do mundo. Esta é já a quarta distinção consecutiva.



Melhor Banco de Retalho

O Santander foi distinguido como **“Best Retail Bank in Portugal”**, pela revista britânica *World Finance*, no âmbito dos prémios anuais da publicação. A entidade destacou a liderança do Banco, baseada na rentabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio.



Banco Mais Seguro

O Santander foi eleito o **“Banco Mais Seguro em Portugal”**, segundo a revista *Global Finance* no âmbito dos *World's Safest Banks 2018*, que distingue os bancos com base na qualidade dos *ratings* de dívida de longo prazo e dimensão dos ativos.



Marca Financeira Mais Reputada

O Santander ficou em primeiro lugar, como a **“Marca bancária com melhor reputação”**, no estudo de posicionamento e reputação Global RepScore Pulse da Onstrategy, para 2018. Os resultados apresentados avaliam confiança, preferência e recomendação, produtos e serviços, inovação e diferenciação, performance de negócio e financeira, governo e ética, liderança e visão.



Melhor Banco para Trabalhar

O Santander foi considerado o **“Melhor Banco para trabalhar em Portugal”**. Uma análise no âmbito do *Great Place to Work*, que contemplou também a opinião dos colaboradores do Banco.

Outros prémios e distinções

Melhor Private Banking nas categorias de serviço, Euromoney

Net-worth-specific services (Ultra High Net Worth clients (Greater than US\$ 30 million); Net-worth-specific services (High Net Worth clients (US\$ 5 million to US\$ 30 million); Net-worth-specific services (Super affluent clients (US\$ 1 million to US\$ 5 million); Asset Management; Family Office Services; Research and Asset Allocation Advice; Philanthropic Advice; ESG/Social Impact Investing; International Clients; Succession Planning Advice and Trusts

“Melhor Contact Center da Banca”, Associação Portuguesa de Contact Centers

Fatos Relevantes em 2018

Uma marca mais moderna e digital

O Santander evoluiu a sua marca para reforçar a presença digital.

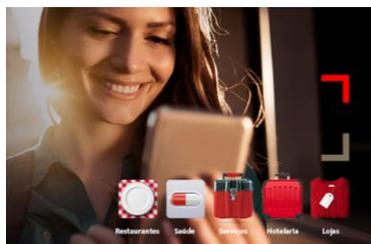


Conclusão da integração do Banco Popular

Conclusão da integração operacional e tecnológica, com envolvimento de várias equipas.



Novas soluções digitais



O Santander Totta prosseguiu o seu plano de transformação digital, com o objetivo de estar mais próximo dos seus clientes e de simplificação de processos, como foi o caso do lançamento da *App* "Conecte o seu negócio", que permite às empresas clientes criar mais facilmente uma *App* e alargar assim o seu negócio ao mundo digital.

+ 32% Clientes Digitais

Um parceiro para as empresas

A solução não financeira para Empresas - *Santander Advance* continuou a disponibilizar várias iniciativas, ao longo do ano, de apoio às empresas e empresários.

A iniciativa *Conversas Soltas*, que aborda temáticas de interesse para as empresas, promoveu vários encontros com a possibilidade de contacto com diversos especialistas sobre os temas em debate.



Mais de 2.000 empresas beneficiadas em formações presenciais e cursos online

Reforço do Compromisso Social

Em 2018, o Santander reforçou o apoio à sociedade, através de ações de sustentabilidade e do Santander Universidades, apoiando 330 Associações, em projetos ligados à educação, proteção de menores, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos.



7,8 m€ investidos em RSC

23.981 pessoas beneficiadas

Soluções Mundo 1|2|3 devolvem 29,4 milhões de euros aos clientes



A solução financeira multiproducto Mundo 1|2|3, dirigida aos clientes particulares do Santander que permite um conjunto alargado de benefícios, nomeadamente via *cash-back* na conta-cartão Mundo 1|2|3, devolveu, em 2018, 29,4 milhões de euros aos clientes.

436 mil clientes Mundo 1|2|3

Lançamento do 1º Work-Café

O Santander abriu em Lisboa o primeiro WorkCafé em Portugal, um novo modelo de balcão, com um *layout* moderno e sofisticado, que é simultaneamente uma cafeteria, para além de espaços de *co-working* para clientes e não clientes



Mais próximo, mais digital

Órgãos Sociais da Santander Totta, SGPS, em 2018

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	José Carlos Brito Sítima
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	José Duarte Assunção Dias
Vogais	Fernando Jorge Marques Vieira
	Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	José Luis Areal Alves da Cunha

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda., representado por Aurélio Adriano Rangel Amado (R.O.C)

Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	José Carlos Brito Sítima
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efetivo	João Afonso Pereira Gomes da Silva
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

No dia 13 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral anual dos acionistas da Santander Totta, SGPS ocorreu e aprovou a eleição dos órgãos sociais, incluindo os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para os anos de 2019/2021.

O início do exercício de funções dos novos membros dos órgãos sociais ficou sujeito à autorização ou não oposição por parte das entidades de supervisão competentes, a qual foi obtida a 4 de março de 2019.

Os órgãos sociais da Santander Totta, SGPS para o triénio 2019/2021, são:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vice-Presidente	José Carlos Brito Sítima
Vogal	Manuel António Amaral Franco Preto

Conselho Fiscal

Presidente	José Duarte Assunção Dias
Vogais	Fernando Jorge Marques Vieira Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	José Luis Areal Alves da Cunha

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda., representado por Aurélio Adriano Rangel Amado (R.O.C)

Comissão Executiva

Presidente	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogais	Manuel António Amaral Franco Preto

Secretário da Sociedade

Efetivo	João Afonso Pereira Gomes da Silva
Suplente	Bruno Miguel dos Santos de Jesus Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Política de Sustentabilidade

Introdução

Ser responsável é a base da confiança, e só atuando de forma Simples, Próxima e Justa se consegue manter a confiança dos clientes e de todos os grupos de interesse com quem o Santander Totta se relaciona.

O Santander procura garantir que, no exercício da atividade corrente, se promova o crescimento sustentável e inclusivo da sociedade, reduzindo as desigualdades sociais e económicas das populações e, ao mesmo tempo, apoiar o desenvolvimento das comunidades onde o Santander está presente.

Adicionalmente, e além do investimento na comunidade, o Santander atua, também, nos eixos da inclusão financeira, finanças climáticas e redução de consumos e emissões.



7,8 milhões de euros em projetos de apoio à sociedade



330 Associações apoiadas, direta e indiretamente, em projetos ligados à educação, proteção de menores, saúde, incapacidade, inclusão social e cuidado a idosos



23.981 pessoas apoiadas

O Santander, através da sua atividade corrente e dos seus programas de apoio à Comunidade, contribui para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas como as prioridades e aspirações no desenvolvimento sustentável global para 2030.

No apoio à Comunidade, o Santander orienta a sua atuação através de apoios e donativos a várias instituições do terceiro setor e da participação de colaboradores voluntários em várias iniciativas, ao longo do ano.

O principal foco de atuação é a luta contra a exclusão social através de diferentes programas que abordam situações de pobreza, vulnerabilidade e exclusão da população. Além disso, o Santander apoia programas de promoção da saúde, bem como programas de bem-estar social focados em ajudar pessoas com deficiência e suas famílias, facilitando a sua inclusão social e reabilitação.

Principais âmbitos de atuação na Política de Sustentabilidade



Ensino Superior



Bem-estar Social



Literacia Financeira



Meio ambiente



Empreendedorismo e criação de emprego



Cultura

Principais ODS onde a atividade de negócios e o investimento na Comunidade do Santander tem maior incidência



Colabora com numerosos organismos sociais para melhorar a qualidade de vida das pessoas e atender às suas necessidades.



Impulsiona a Educação Superior para ajudar o desenvolvimento das comunidades onde está presente.



Promove uma atitude aberta à diversidade, como forma de aumentar o seu capital humano.



Aspira a atrair e reter o melhor talento e a que os seus profissionais se sintam motivados, comprometidos e recompensados.



Fomenta a inclusão financeira das Comunidades e Impulsiona a capacitação, o empreendedorismo e a criação de emprego.



Contribui para o desenvolvimento das pessoas e das empresas com objetivo de apoiar o crescimento sustentável das Comunidades.



Zela pela correta integração dos critérios éticos, sociais e ambientais para o desenvolvimento de uma atividade responsável



Analisa os riscos sociais e ambientais das suas operações e impulsiona o financiamento de projetos de energias renováveis para apoiar a luta contra as alterações climáticas.

Bem-estar Social

Apoio a crianças e jovens

Em 2018, o Santander continuou a ajudar diversas instituições dedicadas ao apoio de crianças e jovens desfavorecidos, institucionalizados ou vítimas de doença. Foram também apoiados diversos programas de apoio à educação infantil.

O Santander voltou a colaborar com a associação **Terra dos Sonhos**, dando continuidade à realização de quatro sonhos e proporcionando a cerca de 80 crianças de várias IPSS uma ida ao **FootLab**. O Santander Totta renovou também o seu apoio à associação **Novo Futuro**, que tem como tarefa providenciar, nos seus lares, os cuidados físicos, emocionais e sociais a 73 crianças e jovens privados de um meio familiar seguro.

Há 25 anos que o Santander é membro fundador da **Fundação CEBI**, cujo objetivo é apoiar crianças, jovens, idosos e famílias desfavorecidas. Na sua atividade, destaca-se a promoção da educação, e adicionalmente, a CEBI acolhe permanentemente 39 crianças em risco, vítimas de abandono e maus tratos.

Em 2018, o Santander Totta renovou o seu apoio ao **Centro Juvenil e Comunitário Padre Amadeu Pinto (CJCPAP)**, situado nos bairros sociais do Monte da Caparica e Pragal, e que tem como missão apoiar 90 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, bem como as suas respetivas famílias.

O Santander Totta voltou a participar no **Projeto Escolas**, tendo atribuído bolsas de mérito académico aos melhores alunos das escolas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Também no âmbito da educação infantil, o Santander Totta promove a plataforma digital de orientação vocacional **Design the Future**, que permite cruzar as ofertas formativas em Portugal com o perfil e vocação dos jovens, com o intuito de os auxiliar a fazer a melhor opção académica e profissional, de acordo com as necessidades do mercado.

O programa **Orquestra Geração**, centrado no desenvolvimento social através da música, contou, também, com o apoio do Santander. Este programa, através da criação de orquestras em escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos, pretende contribuir para um crescimento mais harmonioso das crianças, alargando as suas perspetivas de vida e promovendo uma maior mobilidade social.

Apoio à população idosa

O Santander apoia programas que combatem o isolamento dos idosos e incentivam um modelo de envelhecimento ativo. Alguns exemplos são a **Associação Mais Proximidade Melhor Vida**, dedicada ao apoio da população idosa da zona da Baixa de Lisboa e Mouraria, ou a **Associação Coração Amarelo** e Fundação CEBI, que também trabalham no acolhimento e apoio a idosos.

Outros programas de apoio à população idosa e carenciada, nos quais o Santander participa, são a **Missão País**, que consiste em grupos de universitários voluntários de várias faculdades que se deslocam às zonas rurais para prestar apoio às populações locais, e a **Missão Tomás**, em que a professores e alunos do Colégio de São Tomás apoiam a comunidade através da realização de diferentes tarefas ou do apoio a crianças e idosos.

Inclusão social

O Santander continuou a desenvolver e a apoiar diversas iniciativas nas vertentes de inclusão social e laboral de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, como a Campanha Solidária de Natal, desenvolvida com a

Fundação LIGA.



Este Natal
queremos dar
oportunidades.

Ligue-se a esta causa!

A **Fundação LIGA** capacita pessoas com deficiência, promovendo competências, autonomia e qualidade de vida, através da disponibilização de recursos nas áreas da formação profissional, acessibilidade e das artes. Através da compra de brindes de Natal, produzidos pelos utentes da Fundação, os Colaboradores, com o apoio do Santander, atribuíram um donativo de 22 mil euros à LIGA, que permitirá implementar um novo projeto no Centro de Atividades Ocupacionais para promoção da desinstitucionalização.

Outros programas de inclusão social apoiados pelo Santander são a Associação **“More Moving Moments”**, cujo objetivo é a disponibilização gratuita de cadeiras de rodas de praia para crianças com dificuldades motoras, e o Projeto de Integração Profissional da Associação Salvador, que potencia a integração profissional de pessoas com deficiência motora.

A **Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA)** distinguiu o Santander como “Empresa Recetiva”, por promover a integração social e profissional das pessoas com Síndrome de Asperger. O Banco disponibilizou dois estágios, em diferentes áreas, a pessoas com aquela doença.

Em 2018, o Santander renovou o seu apoio à **EPIS — Empresários pela Inclusão Social** — através da atribuição de 6 “Bolsas Jovens Especiais Banco Santander”. Estas bolsas têm como objetivo premiar escolas com projetos de inserção profissional e/ou ocupacional de jovens com necessidades educativas especiais, em parceria com empregadores, que constituam boas práticas replicáveis por outras escolas.

Através do apoio ao Gabinete de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais da Universidade do Porto (GAENEE.UP), o Santander contribui para a inclusão de estudantes com deficiência. E o Santander apoiou também, em 2018, a 1.ª edição do Curso de Formação em **Literacia Digital para o Mercado de Trabalho**, coordenado pela Escola Superior de Educação de Santarém e pela Unidade de Investigação do IPO de Santarém, destinado a jovens portadores de deficiência.

Combate à pobreza e à exclusão social

Em 2018, realizou-se a 1.ª edição do “**Quem Faz Bem – Donativo Participativo Santander**”, um projeto no âmbito do qual os colaboradores propuseram e votaram nos projetos sociais ou ambientais que o Santander irá apoiar. Cada uma das associações vencedoras recebeu um prémio de 7.500 euros.

As quatro associações vencedoras são:

- Associação **Acreditar**;
- Projeto **Semear**;
- Delegação da Madeira do CASA - **Centro de Apoio ao Sem-Abrigo**;
- **Projeto Café Memória**, da Associação Alzheimer Portugal.

Face à qualidade dos projetos apresentados, além dos 4 prémios principais foram também atribuídas 6 menções honrosas. As 15 associações finalistas receberam, ainda, um curso em Empreendedorismo Social, desenvolvido pelo IES – Instituto de Empreendedorismo Social, para duas pessoas.

O **Prémio Inovação Social** foi novamente apoiado pelo Santander, em 2018. Esta iniciativa, que vai na segunda edição, tem por objetivo estimular a inovação social, enquanto motor de crescimento e empreendedorismo, e consagrar instituições que se destaquem por ter projetos inovadores no âmbito da economia social e solidária na Região Autónoma da Madeira.

Saúde e Desporto

Com o objetivo de promover um estilo de vida saudável, o desporto e o envelhecimento ativo, o Santander desenvolveu e apoiou, ao longo de 2018, diversas iniciativas como a renovação do patrocínio da **Volta a Portugal**. No âmbito deste apoio, o Santander entregou **92 bicicletas ortopédicas às Santas Casas da Misericórdia** de cada uma das cidades de partida e chegada das diferentes etapas da Volta.

O Santander promoveu, ainda, em parceria com a **Fundação Portuguesa de Cardiologia**, a realização de rastreios cardiovasculares gratuitos com o objetivo de sensibilizar para a importância da prevenção e do controlo dos fatores de risco de doenças cardiovasculares.

O Santander Totta complementou o apoio, já realizado no ano anterior, da iniciativa **Login Solidário**, através da qual, por cada novo login na *App* ou no NetBanco, o Banco atribuiu 1 euro ao **IPO Lisboa**, até um máximo de 30.000 euros. Os fundos angariados destinaram-se a apoiar o projeto de remodelação e ampliação da Unidade de Transplante de Medula (UTM).

Também apoiou o **Instituto Português de Oncologia do Porto**, associando-se ao concerto solidário organizado para assinalar o Dia Nacional da Prevenção do Cancro da Mama, uma ação

destinada a sensibilizar a população para a importância da prevenção e a humanizar os cuidados de saúde em oncologia. Além de ter concedido um apoio direto à **Associação Portuguesa Contra a Leucemia**, o Santander foi ainda *sponsor* do **Concerto Rock 'n 'Law**, cujo objetivo foi angariar fundos para a **"Casa Porto Seguro"**, da **Associação Portuguesa Contra a Leucemia**, cujo objetivo é acolher pessoas com doenças hemato-oncológicas e os seus familiares, durante os tratamentos.

O Santander apoiou, ainda, o **Rotary Club de Ponta Delgada** na aquisição de uma **carrinha adaptada ao transporte de medicamentos e equipamentos clínicos para prestação de cuidados paliativos ao domicílio** para a Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel, além de já ter concedido uma bolsa para apoio à mesma instituição.

Na área da saúde oral, voltou a apoiar a **Associação Mundo a Sorrir**, cuja missão é a promoção da melhoria dos cuidados de saúde e higiene oral junto de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconómica.



Educação Financeira e Empreendedorismo

Em 2018, mais de **190** colaboradores voluntários participaram em programas de educação financeira em escolas de todo o País. Através da parceria que o Santander tem com a **Junior Achievement**, os colaboradores deram aulas a mais de 3.300 alunos do Ensino Básico e Secundário.

Também no âmbito do compromisso do Santander com a educação financeira, o Banco oferece cursos, *workshops* e *masterclasses* de formação financeira. Assim, no âmbito do programa **Santander Advance** para empresas, o Santander oferece formação através do Programa *Advance Management* e do programa *Advance Journey*, programas gratuitos que são disponibilizados para funcionários das empresas clientes e não-clientes.

O Programa Avançado de Liderança e Empreendedorismo Social, da **Academia Girl MOVE**, foi outro dos projetos apoiados pelo Santander no âmbito da promoção do empreendedorismo. A *Girl Move* é uma fundação que tem como missão a criação de uma nova geração de líderes ao serviço do desenvolvimento de Moçambique, criando um movimento de capacitação no feminino através da educação.

Voluntariado

O Santander promove o voluntariado entre os seus colaboradores, tendo participado nestas ações, em 2018, um total de 335 colaboradores, o que representou um total de 3.156 horas dedicadas ao voluntariado em horário de trabalho.

Os voluntários do Santander participaram em diversas iniciativas ao longo do ano com diferentes instituições como a **Fundação LIGA**, que capacita pessoas com deficiência, em ações de realização de desejos com a **Terra dos Sonhos** e a **Make a Wish**, bem como na **XIII Edição do GIRO - GRACE**, a maior ação de voluntariado corporativo a nível nacional.

Todos os anos, um grupo de colaboradores voluntários do Santander ajudam a produzir produtos para a **venta de Natal do BIPP** (Banco de Informação de Pais para Pais), que visa a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade e conta com o apoio regular de voluntários do Santander Totta.

Alinhada com a estratégia e cultura do Grupo, a área de assessoria jurídica lançou o **Santander Legal Probono** como um dos seus desafios estratégicos para 2018.

Trata-se de um trabalho voluntário e não remunerado realizado por um profissional de Direito em benefício da comunidade. Consiste na assessoria e defesa gratuitas a entidades sem fins lucrativos em situação de vulnerabilidade social ou que atendem pessoas ou instituições que se encontram nessa situação e a instituições sem fins lucrativos de carácter cívico, cultural ou educativo que não têm a capacidade económica para pagar uma assessoria legal.



Com o objetivo de incentivar o voluntariado no âmbito universitário e reconhecer o esforço dos jovens mais comprometidos com a sociedade, o Santander Universidades lançou, em 2016, o **Prémio de Voluntariado Universitário (PVU)**. A edição de 2018 deste prémio atraiu um total 57 candidaturas de todo o País, que mobilizam 2.228 voluntários em causas das mais diversas áreas, com impacto em mais de 36 mil beneficiários.

Universidades

O Santander Totta tem protocolos com **52 das principais instituições de Ensino Superior em Portugal e, em 2018,**

atribuiu 1.100 bolsas – de mérito, de apoio social, de mobilidade, de investigação e de estágio.

Prémios

Nos prémios de mérito científico e académico, são de salientar os seguintes:

- **Prémio Universidade de Coimbra 2018** – O prémio Universidade de Coimbra distingue anualmente uma personalidade de nacionalidade portuguesa que se tenha destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência.

O historiador, musicólogo e professor Rui Vieira Nery foi o grande vencedor da edição de 2018 do Prémio Universidade de Coimbra, uma das mais relevantes distinções nas áreas da ciência e da cultura, tendo recebido um prémio no valor de 25.000 euros.

- **Prémio Científico Mário Quartin Graça** – Fernando M. Martins, Manaíra Aires Athayde e Gil Correia foram os grandes vencedores da 9.ª edição deste prémio, nas categorias de Ciências Económicas e Empresariais, Ciências Sociais e Humanas e Tecnologias e Ciências Naturais, respetivamente.

Todas as teses de doutoramento têm como denominador o interesse comum para as Universidades de Portugal ou da América Latina ou resultaram, na sua elaboração, da colaboração entre Universidades dos dois lados do Atlântico.

- **Prémio de Investigação Colaborativa Santander Totta/Universidade NOVA de Lisboa** – Este galardão visa distinguir anualmente projetos de investigação a desenvolver por investigadores juniores da NOVA e que envolvam, pelo menos, duas das unidades orgânicas da Universidade. Em 2018, o prémio foi atribuído ao projeto “*Stress-induced neuroinflammation: mechanisms and implications for decision-making and performance*”, da autoria de Raffaella Gozzelino, da NOVA Medical School - Faculdade de Ciências Médicas, em colaboração com a investigadora Ana Margarida Grenho Ferreira, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-NOVA) e com o investigador Pedro Neves, da NOVA School of Business and Economics (NOVA SBE).

O projeto vencedor investiga a forma como os processos neurológicos podem explicar a tomada de decisão das pessoas, nomeadamente em situações de *stress*, estudando-se também a influência da presença do ferro nesse processo.

- **Prémio *Primus Inter Pares*** – Em 2018, decorreu a 15.ª edição deste Prémio, uma parceria entre o Santander e o Jornal Expresso, que tem como objetivo identificar os futuros líderes do país, ao nível da gestão de empresas. Os 3 primeiros classificados terão agora a oportunidade de realizar um Master in Business Administration (MBA) numa prestigiada *business school* nacional ou

internacional à sua escolha, oferecido pelo Santander. O vencedor desta edição foi João Ramadas, licenciado em Gestão pelo ISCTE e com um mestrado da Católica. Inês Cunha, com licenciatura em Economia e mestrado em Finanças da Nova, ficou em segundo lugar, e Inês Santos, licenciada em Gestão na Católica e com mestrado em Gestão na Nova, conquistou o terceiro lugar.

- **Prémio Jovens Investigadores** – O Prémio Jovens Investigadores é uma iniciativa do Santander e da Associação Ibérica de História Militar. Trata-se de um galardão bianual, que visa distinguir um trabalho inédito assinado por um investigador com menos de 35 anos, sobre matéria de história militar ibérica dos séculos IV a XVI.

Bolsas

No Ensino Superior, foram atribuídas 1.100 bolsas e prémios, das quais 676 bolsas sociais e mérito, 213 bolsas de mobilidade ibero-americanas e internacionais e 213 bolsas de estágio.

- **Programa de Bolsas de Estágio nas PME** – O Programa de Bolsas de Estágio Santander Universidades é uma iniciativa através da qual são disponibilizadas mais de 1.000 bolsas de estágio para alunos de Instituições de Ensino Superior Portuguesas. Em 2018, foram atribuídas 213 bolsas a alunos finalistas e recém-licenciados, com duração de 3 meses, em PME's de alto potencial.
- **Bolsas de Mobilidade Ibero-Americanas e Internacionais** – Ao longo de 2018, o Santander disponibilizou, através do Santander Universidades, 211 bolsas de mobilidade para estudantes, professores e investigadores de Portugal em países ibero-americanos, num investimento superior a meio milhão de euros. O Programa de Bolsas de Mobilidade é desenvolvido, através do Santander Universidades, em 10 países do Grupo Santander – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Perú, Portugal, Porto Rico e Uruguai – de modo a fomentar o intercâmbio entre alunos e investigadores da Europa e da América Latina.

O Programa de Bolsas Ibero-Americanas permite aos estudantes beneficiar de um intercâmbio de 6 meses numa Universidade participante. No caso dos docentes e investigadores, estes podem usufruir do Programa de Bolsas Santander Investigação, que concede permite estadias de 2 a 4 meses para alunos de doutoramento.

Empreendedorismo

Em 2018, o Santander Totta apoiou inúmeros projetos de empreendedorismo Empregabilidade, dos quais se destacam:

- **European Innovation Academy** – A 2.ª edição da European Innovation Academy (EIA), o maior programa universitário de aceleração em inovação digital, realizou-se em Cascais, contando com o Santander Totta como parceiro exclusivo junto das Instituições de Ensino Superior e na área financeira. A EIA reúne os melhores estudantes universitários de conceituadas universidades americanas, asiáticas e europeias, com o objetivo de criar *startups* tecnológicas líderes de mercado. A iniciativa contou com 600 participantes, de 123 universidades e 44 nacionalidades diferentes. De Portugal estiveram mais de 100 participantes de 26 universidades e institutos politécnicos.
- **Encontro de Investigação Jovem com o apoio do Santander Universidades** – Mais de **850 jovens investigadores**, alunos de licenciatura e mestrado, participaram na 11.ª edição dos Encontros de Investigação Jovem da Universidade do Porto (IJUP), apoiados pelo Santander Universidades.

No total, foram 415 trabalhos de investigação, previamente avaliados e selecionados por uma comissão científica, composta por professores e investigadores das catorze faculdades da Universidade do Porto e dos centros de investigação.

As Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Química, Engenharia e Ciências do Desporto foram as cinco áreas mais estudadas e investigadas na edição do IJUP 2018, que decorreu no Centro de Investigação Médica da Faculdade de Medicina da U. Porto.

- **Programa Explorer Universidade de Coimbra** – O Programa Explorer tem como objetivo potenciar o talento jovem, o espírito empreendedor e o desenvolvimento de projetos inovadores num ambiente digital, aberto e colaborativo. No âmbito deste projeto, 15 empreendedores tiveram acesso a formação, tutoria e atividades de *networking*, durante 5 meses. O projeto *Toal Ecobebidas*, das estudantes Rita Santos e Daniela Costa, foi escolhido como a melhor ideia do *Explorer Space* da Universidade de Coimbra. Além deste prémio, as promotoras também foram eleitas finalistas para o prémio *Woman Explorer Award*. Com esta vitória, a promotora do projeto, Rita Santos, ganhou uma viagem a Silicon Valley, para onde viajou com os outros 52 melhores jovens empreendedores da IX Edição do Programa Explorer.
- **“O Futuro é Agora” e conta com o apoio do Santander** – Realizou-se, pela segunda vez, o Dia do Santander no Instituto Superior Técnico. Sob o tema “O Futuro é Agora”, que tem como objetivo dar a conhecer as iniciativas apoiadas pelo Santander Universidades para a

capacitação dos graduados do IST e preparação dos novos quadros docentes.

O Santander Universidades tem vindo a apoiar várias iniciativas e projetos de empreendedorismo e inovação no Instituto Superior Técnico, entre os quais o *Start up funds@Técnico* e o *Babson Build Program* – que levaram estudantes ao *Babson College* de Massachusetts, nos Estados Unidos –, passando por uma participação especial na *European Innovation Academy*, que se realizou pela segunda vez em Portugal.

A apresentação do *E.Awards@Técnico – 2018 Edition* e a entrega dos *Técnico Business Cards* precederam a entrega dos Prémios *Santander CA2ECTécnico 2018/19* e dos Prémios *TeInnov Santander 2018*, assistindo-se às apresentações de cada um dos núcleos de estudantes responsáveis pelos projetos vencedores.

Promoção da Cultura

Pelo 2º ano consecutivo, o Santander Totta, juntamente com a Fundação Banco Santander, abriu ao público a sua coleção de arte através de uma amostra com o tema “**A Paisagem nas Coleções do Banco Santander**”. Esta exposição esteve aberta ao público na sede histórica do Banco, na Rua do Ouro, em Lisboa, e o valor das entradas reverteu para a Associação “Mais Proximidade Melhor Vida”, que combate a solidão e o isolamento da população idosa da Baixa de Lisboa.

O Santander apoia diferentes programas de promoção artística e cultural, como a **10.ª Edição do Festival das Artes**, uma referência a nível nacional no âmbito dos festivais de verão e uma âncora do turismo cultural na região de Coimbra.

Também no âmbito cultural, o Santander renovou o seu estatuto de “**Empresa Promotora da Língua Portuguesa**”, através do protocolo celebrado com “Camões - Instituto da Cooperação e da Língua”. No âmbito deste acordo, o Santander ofereceu bolsas de estudo a estudantes estrangeiros que frequentaram cursos de língua e cultura portuguesa lecionados em Portugal.

Através de um protocolo assinado com a **Fundação Albéniz**, o Santander passou a apoiar, em 2018, a frequência de alunos portugueses na **Escuela Superior de Música Reina Sofia**, um centro especializado destinado a formar músicos de excelência, com reconhecido prestígio a nível internacional.

Reconhecendo a importância do **Teatro Faialense** enquanto agente económico e promotor na dinamização cultural e social da Ilha do Faial, o Santander estabeleceu um protocolo com a empresa municipal Urbhorta, EEM, com o objetivo de apoiar a atividade deste Teatro. Este apoio integra-se num conjunto mais vasto de apoios a instituições açorianas que promovem a cultura e o desporto.

Ambiente

O Santander reconhece que as alterações climáticas são um dos maiores desafios com que a sociedade se depara e tem vindo a desenvolver medidas de eficiência energética e de redução de consumos em todas as suas instalações, bem como de promoção de práticas sustentáveis junto dos seus colaboradores, de forma a garantir um desenvolvimento sustentável da sua atividade.

A promoção de **boas práticas a nível interno e externo** tem sido uma preocupação na política de sustentabilidade do Santander, através da sensibilização e informação aos colaboradores e aos diferentes *stakeholders* sobre as boas práticas a adotar em prol de um desenvolvimento sustentável. A responsabilidade ambiental é extensível aos mais de 2.000 fornecedores do Santander Totta e está integrada no modelo de homologação.

Parque edificado mais eficiente

Medidas de redução do consumo e de melhoria da eficiência energética:

Balcões:

- Instalação de sensores de presença em salas de reuniões, gabinetes, instalações sanitárias, back offices, arquivos e arrumos;
- Substituição dos sistemas de climatização obsoletos por outros com menores consumos;
- Regulação do *set point* de equipamentos AVAC;
- Regulação da iluminação de acordo com o índice de luz natural;
- Substituição de lâmpadas por outras mais eficientes;
- Utilização de energias renováveis - microprodução - em 20 balcões;
- Redução da potência das up’s dos polos técnicos da rede de balcões;
- Controlo remoto dos equipamentos AVAC.

Edifícios:

- Instalação de sensores de medição da luz natural e de movimento (edifício e parqueamentos):
 - Sensores de presença
 - Controlo da iluminação por horários
 - Controlo de iluminação por zonas
- Substituição da iluminação do Centro Santander por sistema *led*;
- Instalação de película refletora;
- Instalação de um sistema de *free cooling*, para funcionamento com temperaturas exteriores inferiores a 20º C, desligando o sistema de climatização;

- Regulação do *set point* de equipamentos AVAC;
- Renovação dos equipamentos AVAC para melhoria da eficiência;
- Controlo do horário dos equipamentos AVAC;
- Equipamentos desligados nos feriados;
- Substituição dos elevadores na sede operacional por sistemas mais eficientes;
- Acompanhamento mensal de consumos.

Climate Finance

O Santander está comprometido com o financiamento da transição para uma economia de baixo carbono e um futuro mais sustentável.

O Santander lançou, no final de 2018, o **Fundo Santander Sustentável**, que segue uma lógica de investimento socialmente responsável (ISR) em empresas que cumprem, para além de critérios financeiros tradicionais, critérios de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e de melhores práticas de *governance*. Em simultâneo, segue uma política de investimento conservadora, sendo a alocação neutral da carteira do fundo de 80% em obrigações e 20% em ações.

O Santander é um parceiro de referência para os investidores em tecnologias de produção de energia renovável. O **Crédito Energias Renováveis** é um crédito pensado para quem quer investir em formas de energia alternativa, através da compra de equipamentos que, além de poderem reduzir as suas despesas energéticas, são amigos do ambiente.

O Banco Santander é uma das instituições de crédito que subscreveu os protocolos de colaboração com o Fundo de Inovação Financeira de Desenvolvimento (FITEC) para a disponibilização das **Linhas de Crédito para a Eficiência Energética e para a Economia Circular**.

O processo de análise para operações de *Project Finance* ou outros financiamentos corporativos com destino conhecido é o seguinte:

- Para as operações de financiamento a projetos com um valor igual ou superior a 10 milhões de dólares, ou financiamentos corporativos com destino conhecido com valor total da operação igual ou superior a 100 milhões de dólares, no qual a posição do Banco Santander seja igual ou superior a 50 milhões de dólares, aplica-se um questionário inicial desenhado para estabelecer o risco do projeto em matéria sócio-ambiental (segundo as categorias A, B, C do maior para o menor risco, respetivamente);
- Para os projetos identificados com um maior risco (A e B) é preenchido um questionário mais exaustivo, adaptado ao setor da atividade. Do mesmo modo, sobre estes projetos é realizada uma auditoria social e ambiental (efetuada por assessores externos independentes). O processo de aplicação dos “Princípios do Equador” é auditado periodicamente pelos auditores externos/internos. As políticas setoriais ampliam o âmbito da aplicação além dos critérios recolhidos pelos “Princípios do Equador”.

O ano de 2018 foi o décimo primeiro ano de avaliação e classificação de acordo com as diretrizes dos “Princípios do Equador”. Durante o ano, o Santander Totta participou numa operação de *Project Finance* no setor das energias renováveis. Esta operação totalizou 40 milhões de euros de financiamento para 52 MW de energia eólica, e foi classificada com *rating C* na notação dos “Princípios do Equador”. Em histórico, foram contratadas catorze operações portuguesas submetidas a este processo pelo Santander Totta e todas elas obtiveram a classificação C.

Em 2018, o Santander Totta participou também, em conjunto com o Banco Europeu de Investimento, no financiamento à construção do novo *Campus* da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Nova, em Carcavelos.

Enquadramento da Atividade

Internacional

A economia mundial, em 2018, manteve um ritmo de crescimento dinâmico, prolongando a trajetória de recuperação do período pós-crise. Contudo, evidenciou também sinais de moderação, seja porque o ciclo económico começa a atingir uma fase de maturidade, seja porque alguns dos riscos económicos já identificados se começam a materializar, como sejam as tensões comerciais e a proximidade do *Brexit*.

Esta desaceleração foi incorporada nas mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional, que, na atualização de janeiro de 2019 do *World Economic Outlook*, reviu o crescimento estimado, em 2018, para 3,7% (-0,2pp face ao cenário de julho, em grande medida devido à maior desaceleração da atividade nas economias avançadas (-0,2pp) e, dentro destas, na zona euro (-0,4pp).

Crescimento Económico Mundial

	2016	2017	2018
Mundo	3,3	3,8	3,7
Países Avançados	1,7	2,4	2,3
EUA	1,5	2,2	2,9
UEM	1,8	2,4	1,8
Reino Unido	1,8	1,8	1,4
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,4	4,7	4,7
África	1,5	2,9	2,9
Ásia	6,5	6,5	6,5
China	6,7	6,9	6,6
Europa de Leste	3,2	6,0	3,8
Médio Oriente	5,0	2,2	2,4
América Latina	-0,6	1,3	1,2
Brasil	-3,5	1,1	1,3

Fonte: FMI (janeiro de 2019)

As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Por exemplo, a desaceleração da economia chinesa, que em 2018 registou a mais baixa taxa de crescimento desde 1990 (uma variação de 6,6% em termos reais, mas que foi a maior variação anual, em termos absolutos) foi compensada pela dinâmica de outras economias, como a indiana, com um crescimento estimado de 7,3%, acima dos 6,7% observados em 2017.

A **China** foi particularmente afetada pelas tensões comerciais com os EUA e subsequente imposição unilateral de tarifas

aduaneiras, bem como pela desaceleração da economia europeia.

Os **EUA**, por seu lado, mantêm um ritmo de crescimento sustentado, apoiado também pelo “choque fiscal” adotado no início de 2018, e que teve repercussões positivas sobre o consumo privado, assim como sobre o investimento, permitindo mesmo uma aceleração do crescimento, em termos homólogos, ao longo de todo o ano, materializando-se num crescimento de 2,9% em média anual. O ciclo de expansão aproxima-se do máximo de 120 meses observado no período de 1990 a 2000, e que foi o mais longo ciclo de crescimento registado.

A menor exposição da economia norte-americana ao comércio internacional (as exportações representam 12% do PIB) permitiu imunizar parcialmente o crescimento face aos riscos associados às tensões comerciais. Por outro lado, o facto de os EUA terem alcançado um acordo comercial com o México e o Canadá – o designado USMCA – para substituir o NAFTA, também contribuiu para a minimização dos riscos.

No entanto, subsistem riscos, como evidenciados recentemente pelo encerramento temporário do Governo Federal, no “braço de ferro” entre a Administração Trump e o Congresso (desde Janeiro de 2019 dominado por uma maioria democrata na Câmara dos Representantes) relacionado com a construção do muro na fronteira com o México.

A Reserva Federal dos EUA manteve, ao longo de 2018, a sua estratégia de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por quatro vezes, em movimentos de 25p.b., para o intervalo de 2,25%-2,50%. Na sequência da maior incerteza quanto à envolvente futura, e já em 2019, a Reserva Federal alterou o seu discurso no sentido de sinalizar que alterações futuras das taxas de referência e/ou da normalização do balanço estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras, deste modo ganhando margem de manobra.

A **zona euro** iniciou, em 2018, um movimento de abrandamento do crescimento económico, que se manteve e, em alguns casos, acentuou mesmo durante o segundo trimestre do ano. O PIB terá, em média anual, crescido cerca de 1,8%, ainda acima da respetiva tendência de longo prazo.

Inicialmente afetado por fatores pontuais, como condições climáticas adversas, o crescimento desacelerou também pela conjugação de outros fatores. Por um lado, as tensões comerciais, com a imposição ou ameaça de imposição, pelos EUA, de tarifas aduaneiras sobre produtos de relevo para a economia europeia, tais como automóveis, e os efeitos indiretos da imposição de tarifas à China. Por outro lado, e ainda relacionado com o setor automóvel, uma maior redução da atividade, na Alemanha e no segundo semestre, também devido à discussão em curso sobre a transição energética e a utilização dos motores a diesel.

Um terceiro fator prende-se com questões políticas, englobando o denominado “protesto dos coletes amarelos”, em França, e o “diferendo” entre o novo governo italiano, constituído por uma coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas, e a Comissão Europeia, quanto à evolução da política orçamental. A intenção de prossecução de uma política mais expansionista conduziu a um movimento de subida das taxas de juro da dívida soberana, em Itália, e consequente alargamento de *spreads* face à Alemanha. A incerteza daí decorrente refletiu-se numa desaceleração do crescimento económico em Itália. Um terceiro fator político prende-se com o *Brexit*.

	PIB	Inflação
UEM	1,9	1,7
Alemanha	1,5	1,9
França	1,5	2,1
Espanha	2,5	1,7
Itália	1,0	1,2

Fonte: CE (fevereiro 2019)

Apesar deste contexto de maior incerteza, o Banco Central Europeu iniciou o processo de “normalização” da política monetária. Numa primeira fase, houve uma comunicação de que os estímulos seriam gradualmente reduzidos, em especial ao nível do programa de aquisição de ativos financeiros. Com efeitos a partir de setembro, o volume mensal de ativos a adquirir foi reduzido em metade, para 15 mil milhões de euros por mês, tendo esse programa terminado em dezembro de 2018. Por outro lado, e ao nível das taxas de juro de referência, o BCE sinalizou que permaneceriam nos níveis mínimos até “durante o Verão de 2019”, posteriormente complementado que as alterações estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

No âmbito do processo de *Brexit*, em novembro foi alcançado um acordo de saída, entre o **Reino Unido** e os restantes 27 Estados-membros, juntamente com uma declaração política relativa à relação futura entre ambas as economias, cujo acordo terá que ser negociado durante o período de transição que termina no final de 2020.

O acordo de saída, à data de 12 de fevereiro de 2019, não tinha ainda sido ratificado pelo Parlamento Britânico. A “votação significativa” de 15 de janeiro saldou-se numa derrota do acordo, tendo a primeira-ministra Theresa May sido mandatada para renegociar os termos do acordo, nomeadamente o ponto relativo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. O designado “backstop” da Irlanda pressupõe que, ao abrigo dos acordos de paz de 1998, não exista uma fronteira física entre as duas Irlandas, o que pressupõe que a Irlanda do Norte permanece na união aduaneira com os demais 27 países. A fronteira comercial,

deste modo, teria que situar-se entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, assim impondo uma fronteira interna no Reino Unido. Para evitar esta situação, e até que a relação futura com a UE esteja definida, o RU manter-se-ia dentro da união aduaneira, ficando impedido de negociar acordos comerciais com terceiros, o que é visto pelos partidários do *Brexit* como uma violação dos resultados do referendo.

Apesar dos riscos colocados por este foco de incerteza, o Banco de Inglaterra, em agosto, subiu novamente a principal taxa de referência, em +25p.b., para 0,75%, invocando a redução da taxa de desemprego e a subida dos custos unitários do trabalho, visto que, nessa altura, e apesar de um abrandamento da atividade nos primeiros meses do ano, o crescimento económico estava em linha com o cenário central do banco central.

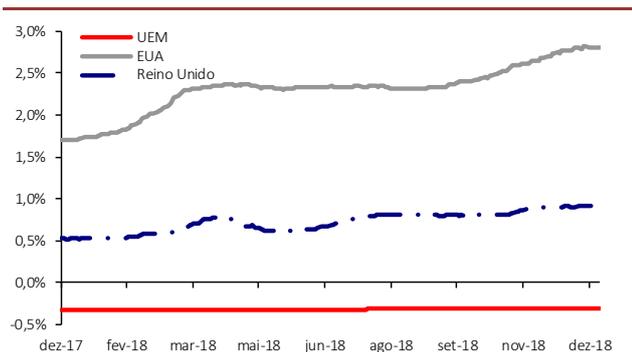
Nas **economias emergentes**, o crescimento económico estabilizou, embora com evoluções diferenciadas entre regiões. Como já referido, a economia chinesa manteve a tendência de desaceleração, refletindo a conjugação de vários fatores. Além das tensões comerciais, com os EUA, temas estruturais tiveram igualmente o seu papel, como a dinâmica demográfica e o elevado nível de endividamento da economia.

Na América Latina, a atividade manteve um ritmo de expansão moderado. Em ano eleitoral, que terminou um ciclo político dominado pelo PT, o **Brasil** cresceu cerca de 1,3%, alinhado com a dinâmica do ano anterior, mas ainda aquém do potencial. No **México**, o crescimento permaneceu igualmente num ritmo moderado, influenciado pelos receios quanto ao término do Acordo NAFTA, mas o qual foi substituído, no final do ano, pelo novo acordo USMCA (ainda em fase de ratificação).

A normalização da política monetária, através de uma subida das taxas de juro de referência, nos EUA e no Reino Unido, refletiu-se numa subida das **taxas de juro de curto prazo**. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses subiu para 2,9% no final do ano, consubstanciando o nível mais elevado desde 2008. Já no Reino Unido, a taxa Libor recuperou os níveis de 2012.

A divergência com a zona euro, do ponto de vista da evolução das taxas de juro de curto prazo, acentuou-se, apesar de o BCE ter iniciado o processo de normalização da política monetária. A indicação de que as taxas de juro de referência poderiam permanecer sem alterações “até durante o verão de 2019” resultou na estabilidade da taxa de juro Euribor 3 meses.

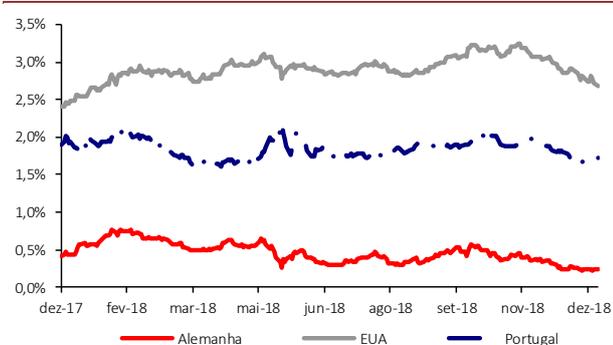
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Ao nível das **taxas de juro de longo prazo**, várias dinâmicas foram visíveis ao longo do ano. Nos EUA, em linha com a subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e num contexto de descida do desemprego e de aceleração da inflação, a taxa de juro a 10 anos subiu desde cerca de 2,5% até cerca de 3,2%, para posteriormente corrigir para cerca de 2,6%, no quadro dos receios de desaceleração económica e de maior volatilidade dos mercados financeiros, em especial os acionistas.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

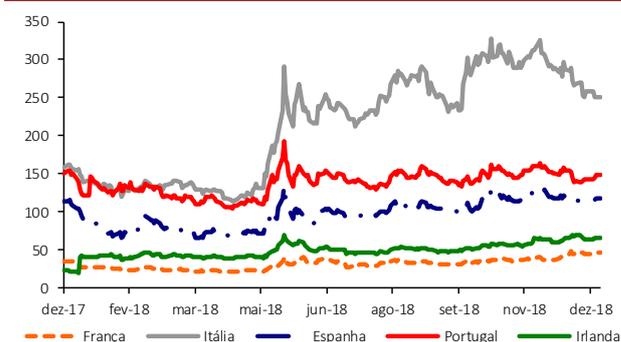
Na Alemanha, a *yield* dos 10 anos desceu, de forma quase uniforme, ao longo do ano, para os níveis mais baixos desde 2017, em linha com os sinais de desaceleração económica e apesar de o BCE ter comunicado o término do seu programa de aquisição de ativos financeiros. Parte desta dinâmica refletiu, também, um movimento de “fuga para a qualidade”, em especial a partir de maio, quando o novo Governo italiano procurou alterar a orientação da política orçamental, o que não foi bem acolhido pelos mercados, com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo.

Houve efeitos de contágio muito limitados, mas não impedindo que os *spreads* face à Alemanha subissem

relativamente aos mínimos que tinham sido observados durante o segundo trimestre.

Em Portugal, o *spread* 10 anos face à Alemanha estabilizou em redor de 150p.b., ligeiramente acima dos mínimos observados em maio. A revisão em alta, da notação de risco da República, para *investment grade*, pela agência Moody’s, que assim se juntou às demais agências, em outubro, contribuiu para a imunização relativa da dívida portuguesa face à dinâmica da italiana, resultando num diferencial superior a 100p.b., favorável à dívida portuguesa.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

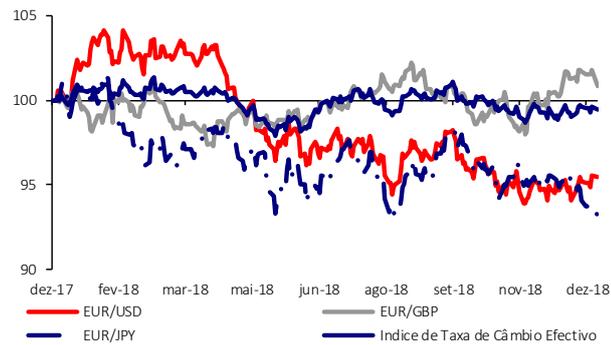


Fonte: Bloomberg

No **mercado cambial**, o euro evidenciou uma tendência de depreciação face às principais divisas, em especial a partir do segundo trimestre do ano. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,15 dólares, numa depreciação de cerca de 5%. A subida de taxas pela Reserva Federal dos EUA e a mensagem transmitida pelo BCE, em junho, de que as taxas de juro de referência se manteriam inalteradas por um período de tempo prolongado contribuíram para esta evolução.

A libra esterlina, por seu lado, e apesar de alguma volatilidade associada ao processo do *Brexit*, manteve-se relativamente estável face ao euro, com uma depreciação de apenas 0,6%, para próximo de 90p por euro, nível em redor do qual tem oscilado desde o referendo de 2016.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2017 = 100)

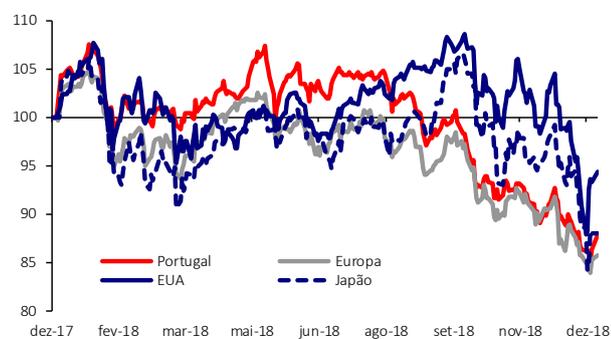


Fonte: BCE

No final do ano, as incertezas quanto à evolução da economia mundial traduziram-se num movimento de correção em alguns mercados financeiros, com especial destaque para os **mercados acionistas**.

Nos EUA, os mercados acionistas fecharam em queda, mas ainda acima dos mínimos do ano, isto após terem testado, durante o verão, sucessivos máximos históricos. As tensões comerciais tiveram, neste campo, também um impacto sobre as expectativas dos investidores.

Mercados Acionistas (Dez-17 = 100)



Fonte: Bloomberg

Na Europa, a tendência dominante durante o ano tinha sido já de correção, especialmente influenciada pela evolução do sector financeiro. A sucessiva revisão em baixa das expectativas de alteração das taxas de juro de referência influenciou as perspetivas de evolução dos resultados da banca, acrescendo aos demais fatores e à aversão ao risco generalizada observada nos últimos meses do ano.

Portugal não foi exceção na dinâmica europeia, com uma desvalorização do PSI-20 em cerca de 12%. O setor da banca foi também afetado, mas houve correções em setores como o retalho, construção e pasta e papel.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do **petróleo** terminou o ano com uma correção de cerca de 11%, para os 59 dólares por barril, recuperando níveis de meados de 2017, e acompanhando a correção noutros mercados. No entanto, tinha evidenciado uma tendência de valorização durante grande parte do ano, seja por acordos de redução da produção, seja por expectativas de continuação de forte procura, tendo registado um máximo de cerca de 82,5 dólares por barril, o nível mais elevado desde 2014.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O **ouro** revelou-se, no final do ano, como ativo de refúgio, tendo valorizado até cerca de 1.282 dólares por onça, depois de ter testado mínimos durante o verão.

Economia Portuguesa

O ciclo de expansão da economia portuguesa, iniciado em 2013, prolongou-se, durante o ano de 2018, mas, e em linha com a desaceleração sentida na economia europeia, iniciou uma tendência de moderação, embora ainda com ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo.

Dados Macroeconómicos

	2016	2017	2018
PIB	1,9	2,8	2,1
Consumo Privado	2,4	2,3	2,5
Consumo Público	0,8	0,2	0,8
Investimento	1,8	9,2	5,6
Exportações	4,4	7,8	3,7
Importações	4,7	8,1	4,9
Inflação média	0,6	1,4	1,0
Desemprego	11,1	8,9	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,0	-3,0	-0,7
Dívida pública (% do PIB)	129,2	124,8	122,1
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,6	1,4	0,4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

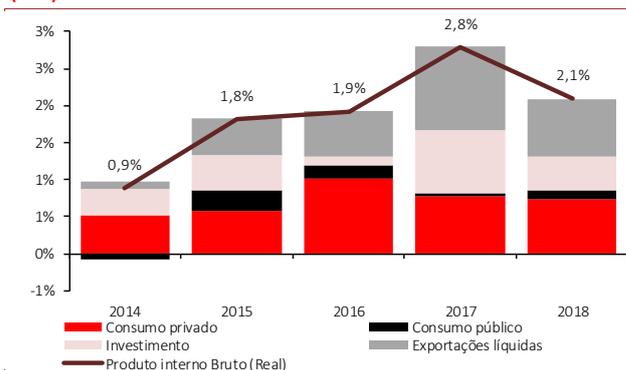
Em 2018, o **PIB** cresceu 2,1%, uma ligeira desaceleração face aos 2,8% observados no ano de 2017, fruto de um abrandamento das exportações que, contudo, e conjuntamente com o investimento, permaneceu um dos motores da expansão.

O **consumo privado** permaneceu relativamente dinâmico, com um crescimento de 2,5%, em linha com a evolução nos anos mais recentes, e apoiado na descida do desemprego, que se situou em 6,7% entre os segundo e quarto trimestres do ano. As expectativas de uma subida dos preços dos automóveis, no final do verão, devido às novas regras de medição de emissões poluentes, resultaram numa antecipação da aquisição de viaturas para o segundo trimestre, alterando o perfil intra-anual de despesa das famílias.

Ao nível do **investimento**, assistiu-se a uma moderação, embora mantendo um ritmo de expansão ainda dinâmico, fruto de (i) um maior volume de despesa de capital em 2017, por exemplo, com a renovação da linha de montagem da AutoEuropa; e (ii) uma moderação da despesa em construção, embora ainda num contexto de elevado investimento sobretudo em reabilitação urbana.

Os níveis de utilização da capacidade instalada estão em linha, ou mesmo acima, da média histórica, o que se tem revelado positivo para a realização de despesa de investimento por parte das empresas.

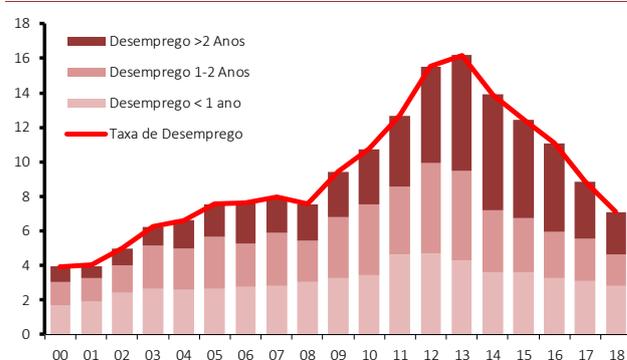
Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

Como mencionado, o **mercado de trabalho** continuou a melhorar ao longo do ano de 2018, com a redução da taxa de desemprego para o nível mais baixo desde 2008, em 6,7% (7,0% em média anual), e com a redução a ser mais pronunciada ao nível do desemprego de mais longo prazo. Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

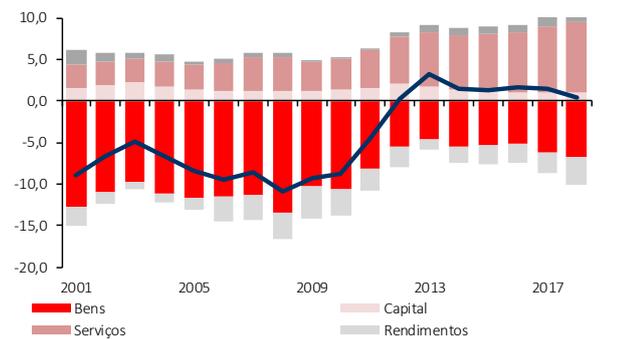
Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2018, a **taxa de poupança** das famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível bruto, apesar de um crescimento similar ao nível do rendimento disponível da despesa de consumo, fruto de uma aceleração do investimento (em 2018, a produção de crédito à habitação atingiu quase 10 mil milhões de euros, o que não sucedia desde 2010).

As **exportações** mantiveram um crescimento sustentado, apesar de uma desaceleração face aos anos transatos, em grande medida devido a fatores pontuais verificados no final do ano, como a greve registada no Porto de Setúbal, e que penalizou pontualmente as exportações de automóveis pela

AutoEuropa (e que se prolongou durante quase todo o mês de novembro).

As **importações** também desaceleraram mas, no ano de 2018, cresceram mais do que as exportações, resultando numa deterioração da balança de bens, mas que foi em grande medida compensada pelo excedente na balança de serviços. Em consequência, o excedente da balança corrente e de capital terá permanecido em redor de 1,4%, em linha com o observado em anos anteriores.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com um saldo positivo de cerca de 8,5% do PIB, largamente explicado pelo setor do turismo, cujas exportações já representam cerca de 7% do PIB.

A correção dos desequilíbrios macroeconómicos prosseguiu o seu curso, destacando-se a **redução do endividamento** da economia, que se situou em 199% do PIB (uma redução de 66p.p. face aos máximos observados em 2012), para o setor privado, embora permaneça ainda em níveis elevados. No quarto trimestre de 2018, o endividamento das famílias tinha-se reduzido para 71% do PIB (dos quais 50% respeitam a crédito hipotecário), enquanto o endividamento das empresas não financeiras se situava em cerca de 130% do PIB.

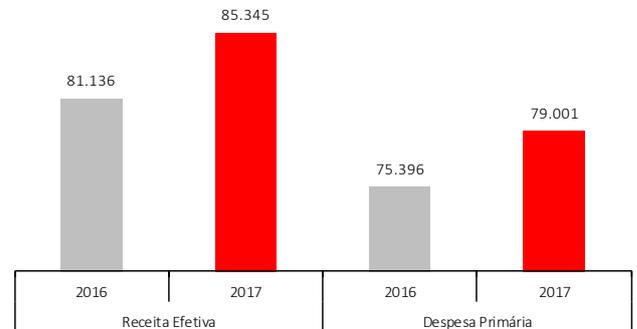
Fruto da liquidação plena do empréstimo do FMI, no final de 2018, a **dívida pública**, na ótica de Maastricht, situou-se em 122% do PIB no final do ano, uma redução de cerca de 3pp face ao ano anterior.

Em 2018, foi mantido uma política de consolidação orçamental, com, o **défice público** a reduzir-se para 0,7% do PIB, de acordo com as estimativas preliminares, e abaixo da meta constante no OE2018, de um défice de 0,9% do PIB.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 5,2% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +4,5%).

O orçamento de Estado para 2019 prevê um défice orçamental das administrações públicas de 0,2% do PIB.

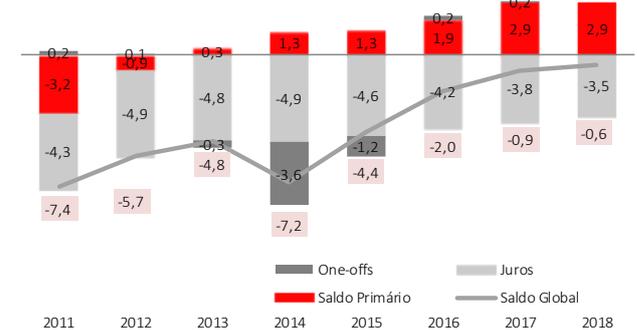
Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

A melhor execução orçamental, no ano de 2018, associada à descida do rácio da dívida pública e à notação de risco em *investment grade* pelas principais agências de *rating*, permitiram imunizar as taxas de juro da dívida pública face às tensões sentidas quando do diferendo entre a Itália e a Comissão Europeia quanto à proposta de orçamento para 2019. A *yield* dos 10 anos, no final de janeiro de 2019, situava-se abaixo de 1,7%, correspondendo a um diferencial de menos de 150p.b. face à Alemanha (e com um *spread* negativo, de cerca de 100p.b. face à Itália).

Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O Tesouro manteve um regular acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo obtido financiamento de médio e longo prazo em conduções mais favoráveis, que lhe permitiu liquidar na totalidade o empréstimo do FMI obtido no âmbito do Programa de Ajustamento negociado com a União Europeia, BCE e FMI. O empréstimo do FMI, no montante de aproximadamente 26 mil milhões de euros foi, deste modo e nos últimos anos, substituído por

financiamento de mercado com maturidades mais longas e taxas de juro mais baixas.

O Tesouro manteve também o seu programa de colocação de produtos de aforro para as famílias, destacando-se a emissão de OTRV. Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2018, subiram mais de 5 mil milhões de euros.

O setor bancário português prosseguiu, em 2018, o abrangente processo de reestruturação, destacando-se o saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o *stock* de NPEs foi reduzido em quase 6 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 11,3%. Este processo continuou no quarto trimestre do ano, com várias vendas de

carteiras não produtivas. Contudo, o rácio permanece ainda muito acima da média europeia de cerca de 5%.

Este processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados que crédito, apesar de se ter verificado um acréscimo dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 9,5% face a 2017, para 31,6 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 18,1%, para 9,8 mil milhões de euros (o nível mais elevado desde 2010, mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

No conjunto do ano, o *stock* de crédito a empresas reduziu-se em 5% (com uma redução de cerca de 40% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário terá estabilizado.

Principais riscos e incertezas para 2018

A atividade bancária envolve, por definição, a gestão de riscos. Além dos riscos que lhe estão intrinsecamente associados, há um conjunto adicional de fatores de risco que podem influenciar o desenvolvimento da atividade no ano de 2019, como sejam a envolvente económica, interna e externa, ou o contexto regulatório e de supervisão.

Embora a envolvente económica, como descrita no capítulo anterior, tenha continuado a evoluir positivamente, verificaram-se alguns sinais de abrandamento, fruto da materialização de alguns fatores de risco, que deverão continuar a condicionar a conjuntura, em 2019.

Por um lado, subsistem riscos geopolíticos, com vários conflitos em diferentes pontos do globo, em curso e latentes, que contribuem para algum sentimento de aversão ao risco pelos agentes económicos.

Por outro lado, permanecem riscos de maior protecionismo por parte de alguns países e/ou blocos económicos. A possibilidade de reversão de alguns acordos comerciais importantes ou a imposição unilateral de tarifas ou outras barreiras ao livre comércio podem influenciar adversamente a dinâmica de crescimento, e em 2018 terão tido já um impacto nos volumes de comércio mundial.

Na Europa, subsistem vários fatores de risco. As eleições europeias, em maio, serão um novo teste, com riscos de maior representatividade, no Parlamento Europeu, de forças populistas, com implicações sobre a capacidade de uma rápida formação de nova equipa para a Comissão Europeia.

A data de efetiva saída, pelo Reino Unido, da União Europeia está marcada para as 23 horas do dia 29 de março de 2019. A 14 de Fevereiro, o acordo de saída ainda não tinha sido aprovado pelo Parlamento Britânico, pelo contrário tinha sido rejeitado, contribuindo para uma incerteza elevada quanto ao desfecho, que quase se limita à opção binária entre uma saída sem acordo ou mesmo à não saída.

Em Portugal, subsistem vários fatores de risco, sendo um dos mais relevantes a envolvente externa, na medida em que o crescimento tem sido liderado pela dinâmica de exportações, em especial de bens, mas também de serviços.

Uma diminuição da procura externa, se associada a um eventual aumento da aversão ao risco, a nível global, pode influenciar a dinâmica do investimento, com repercussões quer sobre o emprego, quer sobre a possível procura de crédito.

A restrição orçamental continua presente, apesar da redução do défice para mínimos históricos (meta de 0,2% do PIB para o défice em 2019) e da redução do rácio da dívida pública face ao PIB para 122%. Apesar da boa evolução, a notação de risco da República está, em algumas agências, ainda apenas no primeiro nível de *investment grade*.

Em 2019, ocorrerão eleições legislativas, mas as sondagens não revelam uma alteração do atual enquadramento político, o que pode mitigar eventuais impactos sobre a incerteza e dinâmica de investimento.

Relativamente ao setor financeiro, os riscos e incertezas estão associados, por um lado, ao cenário de baixas taxas de juro, que continua a afetar a rentabilidade do setor. No contexto de incerteza, o Banco Central Europeu poderá adiar o ciclo de subida das taxas de juro de referência, seja adiando a primeira subida, seja dilatando no tempo um eventual ciclo de subida.

Em sentido inverso, se o Banco Central Europeu iniciasse uma subida mais célere das taxas de juro de referência, isso poderia afetar a capacidade creditícia dos clientes em cumprir as suas responsabilidades.

Em 2019, o sistema financeiro, além dos temas de rentabilidade, estará focado na necessidade de iniciar o cumprimento com o requisito mínimo para os fundos próprios e para os passivos elegíveis (*MREL – Minimum Requirement on Eligible Liabilities*), como definido na Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (BRRD).

Ainda do ponto de vista regulatório, além dos processos de alteração à CRD IV e à CRR, em curso, decorrem discussões sobre alterações ao cômputo dos ativos ponderados pelo risco (RWA). Acresce o processo de transformação do sector, com o início de atividades por algumas *large tech* no segmento de *e-money*, que lhes permite processar pagamentos eletrónicos, em concorrência com o sector bancário.

Áreas de Negócio (através das sociedades participadas)

Banca Comercial

Particulares

No ano de 2018, prosseguiu a estratégia de transformação comercial assente na simplificação de processos e no desenvolvimento da plataforma digital o que permitiu a melhoria da eficiência e da qualidade de serviço ao cliente. Esta estratégia tem vindo a traduzir-se no aumento do número de clientes de Banco principal e digitais, com crescimentos anuais de 10% e 32%, respetivamente. Quanto ao número de clientes digitais, utilizadores da *App* e/ou NetBanco, registou-se um incremento acima dos 82 mil clientes, no período, representando 42% dos clientes ativos.

O número de clientes do **Mundo 1|2|3**, clientes com conta, cartão e seguro de proteção, ultrapassou os 245 mil, com um crescimento no período acima de 40 mil clientes. O Mundo 1|2|3 é uma solução multiproduto dirigida a clientes particulares do Banco que, para além das vantagens da conta 1|2|3, pode proporcionar um conjunto adicional de benefícios, via *cash-back* na conta-cartão Mundo 1|2|3.

Mundo 123

29,4M€
cash back to customers

through the comprehensive discount program associated with the product.

246K
clients Mundo 1|2|3

with account, card and insurance, an increase of 40.1 thousand customers in the year 2018.



O crédito à habitação manteve-se dinâmico, ao longo de 2018, registando-se um aumento de cerca de 20% nos novos créditos contratados e uma quota de mercado de cerca de 22%.



No que respeita ao crédito pessoal, o “CrediSimples”, lançado em janeiro de 2017, produto que está disponível exclusivamente nos canais digitais, representou 28% da produção.

A evolução dos recursos de particulares evidenciou a maior diversificação das aplicações dos clientes, tendo o Banco disponibilizado um conjunto de alternativas de aplicação das poupanças.



Em dezembro foi lançada a conta **Happy**, com o objetivo de atrair novos clientes (até aos 20 anos de idade), acompanhando-os no seu crescimento e relacionamento com o Banco. Associada à conta está um conjunto de serviços e não tem custos de manutenção.

O crédito concedido ao segmento de Negócios/PME's, em 2018, foi superior ao do período homólogo, muito sustentado no alargamento da base de clientes com crédito.

Em Meios de Pagamento, prosseguiu a oferta de soluções distinta para os diferentes segmentos de clientes. Na vertente de cartões, o destaque vai para a compra do negócio de cartões de crédito e de débito emitidos pela Wizink Bank e comercializados pela rede de balcões do ex-Banco Popular Portugal, com o objetivo de prestar um serviço integrado a todos os clientes do Banco.

No segmento de Particulares, promoveu-se a colocação do cartão Mundo 1|2|3, pilar essencial do ecossistema Mundo 1|2|3, e na rentabilização do portefólio através de várias iniciativas inovadoras para promoção da utilização dos cartões e respetivos serviços associados. No segmento de Empresas, a oferta *Advance* manteve-se nas vertentes de cartões e de POS, assim como o desenvolvimento e a disponibilização de serviços que vão de encontro às necessidades de transacionalidade destes clientes.

No que respeita à área de *Private Banking*, 2018 revelou-se um ano de grandes desafios e dificuldades para a indústria de gestão de patrimónios global, com a grande maioria dos ativos financeiros a revelarem rendibilidades negativas ao longo do ano. Ainda assim, os objetivos estabelecidos para o *Private Banking* do Santander Totta, nomeadamente no que se refere ao crescimento de volume dos patrimónios geridos, crescimento do número de clientes, quota de mercado e rentabilidade do negócio, foram sobejamente alcançados. Esta evolução reflete o modelo de negócio centrado na relação de confiança, proximidade e transparência com o cliente, através da oferta de soluções de investimento baseadas numa lógica de diversificação dos patrimónios geridos. O crescimento significativo dos volumes em fundos

de investimento, seguros financeiros e mandatos de gestão, corroboram a confiança que os clientes depositam no Banco.

A integração na divisão de *Private Wealth* do grupo Santander permite ao *Private Banking* do Santander Totta, alcançar soluções de elevada qualidade de produtos e serviços de investimento, tornando o cliente *Private* cada vez mais universal, algo apenas ao alcance de um Banco global como o Santander. Este facto materializa-se no desenvolvimento de novas plataformas tecnológicas que permitem a melhoria contínua de processos e que se traduz numa melhor experiência do cliente. No seguimento do crescimento já registado em anos anteriores, registou-se igualmente uma elevada adesão dos clientes aos canais digitais, reforçando assim a sua ligação permanente ao Banco.

O *Private Banking* do Santander Totta foi, pelo 8º ano consecutivo, distinguido como o melhor *Private Banking* a operar em Portugal, de acordo com a revista *Euromoney*, tendo também, e pelo 4º ano consecutivo, conseguido igual distinção pela revista *Global Finance*. Estas distinções reconhecem e reforçam a qualidade das equipas e das soluções de investimento do Banco.

Empresas

O Santander Totta continuou a apoiar o sector empresarial, com toda a oferta financeira e não financeira, no sentido de tornar cada vez mais próxima a relação com os clientes, através de um conjunto de programas, iniciativas e divulgação de conteúdos no *site Santander Advance*, que conta já com 9.100 empresas registadas.

O programa Santander *Advance* Empresas mantém assim uma posição de destaque no mercado, pelo conjunto de soluções não financeiras que coloca ao dispor das empresas portuguesas, as quais promovem a empregabilidade de jovens, a formação contínua dos seus quadros e colaboradores, apoios à internacionalização e reforços nas áreas do digital.

Santander Advance

696
Estágios em
empresas

permitiram a estudantes a oportunidade de ter experiências profissionais em empresas.

em programas de formação online e presencial.

Mais de 2.000
Empresas beneficiadas

6 iniciativas da “BOX – Santander Advance” no Porto, em Torres Vedras, Braga, São João da Madeira, Leiria e Santarém, em 2018.



Durante o ano de 2018, foram realizados 6 programas *Advance* de Gestão em Academia, dois em Lisboa, dois no Porto, um na Madeira e um nos Açores, destinados à formação intensiva de gestores, sócios gerentes, diretores financeiros e CEOs de PMEs, nas áreas de gestão, liderança e finanças, e ainda 2 programas *Advance Journey* na Madeira e nos Açores. Nestas iniciativas foram envolvidas mais de 300 empresas, contribuindo desta forma para o reforço da sua competitividade, ao melhorar as competências dos seus quadros e colaboradores.

Foram, ainda, realizadas seis “BOXs – Santander Advance”, no Porto, em Torres Vedras, Braga, São João da Madeira, Leiria e Santarém, consolidando a política de proximidade com as empresas, organismos, associações locais e universidades, através de troca de experiências, opiniões e partilha de conhecimento com todos os participantes.

Também no âmbito do programa Santander *Advance* Empresas, o Santander lançou a solução “Conecte o Seu Negócio”, com vista a alargar ainda mais a sua proposta de valor e ajudar as empresas na sua transformação digital. Esta solução permite a criação de uma *App* de um modo simples, rápido e com baixo custo, facilitando, deste modo, uma maior presença no mundo digital e a possibilidade de melhor fidelizar os seus clientes, incrementar as vendas e destacar-se dos concorrentes.

Relativamente ao crédito protocolado, destaca-se a liderança do Banco nas linhas de crédito PME Investimentos com uma quota de mercado de 23%, em valor, e de 21% em número de operações. Também na linha “Capitalizar 2017”, o Banco é líder com uma quota de mercado de 25% no sistema. É de salientar, ainda, que na linha IFRRU 2020, o Banco tem vindo

a promover o apoio aos clientes na reabilitação urbana, assumindo a maior linha do mercado.



O Santander Totta continua a ter em carteira as maiores empresas portuguesas como utilizadoras de produtos de gestão de tesouraria, tendo reforçado a sua presença junto das PMEs, com a incorporação dos clientes de *factoring* e *confirming* oriundos do ex-Banco Popular Portugal. Esta *performance* foi conseguida graças à introdução de novos produtos e soluções no mercado, nomeadamente a “Tesouraria Flexível”, e à adaptação das estruturas das operações às necessidades cada vez mais exigentes das empresas, de que é exemplo a disponibilização da nova plataforma de NetBanco *Factoring*.

Em 2018, o número de empresas parceiras de negócio internacional do Santander Totta aumentou 4% em relação a 2017 o que se refletiu na subida de 5% no que respeita às receitas desta atividade, sendo de salientar os aumentos de 4% em comissões, 84% das quais correspondem ao negócio de *trade finance* e *cash management*.

Na rede de *International Desk*, o Banco captou um número significativo de clientes estrangeiros maioritariamente originados nas geografias onde o grupo Santander está presente, com impacto importante no investimento direto realizado em Portugal.

Em 2018, a revista *Global Finance* distinguiu o Santander Totta com o prémio “**Best Trade Finance Provider**”, como o Banco preferencial na montagem de todas as operações financeiras de apoio ao comércio externo das empresas portuguesas.

Promotores e Mediadores

A área de Promotores e Mediadores Imobiliários manteve a estratégia de proximidade com os seus parceiros dos canais

de promotores externos e mediadores imobiliários, procurando adequar os respetivos modelos de negócio às realidades do mercado, nomeadamente às alterações que resultam da entrada em vigor do Regime Jurídico dos Intermediários de Crédito.

Mais concretamente, e no que diz respeito aos promotores externos, consolidaram-se as alterações que foram introduzidas na relação com estes parceiros, efetuando uma racionalização das carteiras destes e dos clientes por eles captados, mantendo, simultaneamente, a preocupação de os motivar e com a ambição de contribuírem para os resultados do Banco, através de diversas iniciativas como campanhas e concursos que assentaram, nomeadamente, na captação e vinculação dos clientes angariados por este canal.

A atividade esteve completamente envolvida no processo de transição da relação do Banco com o canal de mediadores imobiliários para um novo modelo de negócios ajustado ao Regime Jurídico que veio introduzir a figura do intermediário de crédito.

No final do ano, foi necessário reajustar procedimentos em resultado da prorrogação do período transitório previsto no DL 81/C-2017, que inicialmente terminava a 31/12/2018 mas que foi estendido até 31/07/2019. Esta prorrogação abrange apenas as entidades que tenham apresentado pedido de autorização ao Banco de Portugal até 31/12/2018, permitindo assim que um conjunto muito alargado de atuais parceiros do Banco possa continuar a colaborar com o Santander enquanto aguardam decisão sobre o seu processo de candidatura.

Paralelamente, o Santander marcou presença no SIL – Salão Imobiliário de Portugal, principal evento deste setor no país, e à semelhança dos promotores externos a atuação foi pautada pela proximidade com os parceiros, seja em convenções e eventos por eles organizados, seja em diversas reuniões de trabalho e de esclarecimento relacionadas com o processo de transição para o RJIC já referido.

Cross-Segment

O *Cross-Segment* foi, em 2018, uma das principais alavancas de captação de clientes.

Como principais fatores de captação salientam-se:

- As parcerias comerciais celebradas através de protocolos coletivos, nas quais o Banco concede condições financeiras e não financeiras vantajosas para os colaboradores de cada empresa;
- A dimensão e a universalidade do Banco, que oferece soluções atrativas para clientes dos diferentes segmentos, sejam eles empresas ou particulares;
- A disponibilização de soluções digitais que permitiram divulgar as soluções para cada segmento de clientes.

A articulação entre as redes comerciais do Banco foi fundamental para a captação de clientes particulares e empresas, permitindo aumentar sua vinculação e transacionalidade.

Banca Institucional

O segmento de Banca Institucional engloba (i) todas as entidades públicas, exceto as que pertencem às indústrias extrativas, de produção e afins, e as que pertencem ao setor financeiro; bem como (ii) todas as entidades privadas sem fins lucrativos, que vão das instituições religiosas às entidades que atuam na economia social, independentemente da sua finalidade e das valências que disponibilizam aos seus utentes, passando por todo um conjunto de organizações sem fins lucrativos dos âmbitos desportivos, recreativos, culturais, científicos, laborais, profissionais e empresariais.

A atividade da Banca Institucional assentou, maioritariamente, no apoio à Administração Pública Regional e Local, indo assim ao encontro das suas necessidades, tanto na vertente do crédito como na vertente da transacionalidade, disponibilizando aos clientes deste segmento um leque diversificado e inovador de produtos e serviços.

O crédito a clientes, neste segmento, situou-se em 1.389 milhões de euros, no final do ano, não sofrendo grandes alterações face a 2017. Já no que respeita aos recursos, os mesmos ascenderam a 1.309 milhões de euros, representando um acréscimo de 35,3% face ao ano anterior, resultado do enfoque do Banco no incremento da transacionalidade dos clientes junto do Santander Totta.

Omnicanalidade

Em 2018, o Santander Totta continuou a implementação do Plano de Transformação Multicanal, de acordo com a estratégia definida para os canais diretos, com o objetivo de modernizar, simplificar e estar mais próximo dos clientes, capacitando e aumentando a oferta digital dos serviços do Banco.

Neste contexto, foram implementadas novas funcionalidades e realizadas melhorias nas plataformas digitais, para tornar a oferta mais ampla e melhorar a experiência dos clientes, aumentando significativamente a adesão aos canais não presenciais e as vendas neles realizadas.

Foi ainda assegurada a integração dos clientes do ex-Banco Popular Portugal, tendo sido implementados processos de migração dos clientes digitais para as plataformas do Banco.

Site Público



Manteve-se a estratégia de redesign do *site* público de particulares, focada nos elementos de conversão (*call-to-action* e/ou adesão *online*) e de simplificação de conteúdos. Reforçou-se o investimento em ferramentas de métricas e análise de otimização de conteúdos (SEO).

Desenvolveram-se campanhas digitais para venda *online* e geração de *leads* de crédito pessoal e lançou-se o concurso “Cliente Digital” e outros passatempos, para apoio à captação de clientes digitais.

Destaca-se, ainda, o lançamento da nova área pública de residentes não habituais em Portugal, novas páginas agregadoras de informação, de carácter didático (*mains*) e novas páginas de informação de produtos, nomeadamente para contas, poupanças e fundos.

Na área do *site* público de Empresas, promoveu-se a *App* Santander Empresas através de vídeos e novos conteúdos. Foram criadas novas páginas com a apresentação das linhas de crédito protocoladas para apoio ao financiamento das empresas.



Foi lançado o serviço de disponibilização de *Apps* Mobile personalizadas, para empresas e negócios, e foi disponibilizada uma nova página sobre as conferências “Conversas Soltas” e a *Box* Santander *Advance* Empresas, com destaque para os programas, vídeos e cobertura de imprensa.

O *site* público teve uma média de 1,2 milhões de visitantes únicos por mês e mais de 8,7 milhões de visualizações por mês.

Netbanco



No segmento de particulares, o ano de 2018 foi marcado por um investimento na melhoria da experiência de utilização dos canais por parte dos clientes, através da disponibilização de novas funcionalidades que tornam os canais mais práticos e úteis para os clientes digitais:

- Passou a ser disponibilizado na *App* o acesso aos extratos digitais, à semelhança do que já era feito no NetBanco;
- Os menus da *App* foram reformulados para permitir um acesso mais fácil às funcionalidades que não estão disponíveis nos botões do ecrã inicial e o ecrã de património da *App* foi completamente redesenhado;
- A área de cartões da *App* foi renovada, para melhorar a informação sobre os saldos e movimentos dos cartões e proporcionar maior facilidade nas operações de cada cartão (pagar cartão, gerir notificações, entre outras);

- Foram lançadas as contas em moeda estrangeira na *App*;
- A informação e descritivos dos movimentos foram melhorados, assim como a informação sobre o histórico de cotações dos fundos;
- Nas transferências, o cliente passou a ser previamente informado dos custos e prazos de execução;
- No NetBanco, foi disponibilizado o questionário de conhecimentos e experiência (MIFID) para clientes *private*;
- Foi disponibilizado, na *App*, um questionário para avaliar a satisfação dos clientes;
- Do ponto de vista da comercialização de produtos, os marcos mais relevantes foram os seguintes lançamentos:
 - Serviço de consultoria pontual, que gera para os clientes um conjunto de hipóteses de investimento disponíveis no Santander, decorrentes de respostas dadas por estes a questionários específicos e da análise da concentração do seu património;
 - Seguro “Serviços Domésticos”, um seguro de acidentes de trabalho da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros S. A. vocacionado especificamente para os serviços domésticos.

Em 2018, o NetBanco Empresas manteve uma estratégia de continuar a disponibilizar novas funcionalidades, sempre com foco num *design* intuitivo, que permita melhorar a usabilidade. Destacam-se algumas funcionalidades:

- Nova forma de login, simplificada e com segurança;
- Nova funcionalidade de gestão de TPA/POS, para consultas, fechos e estatísticas, por terminal ou por grupo de terminais;
- Nova funcionalidade para amortizações de contas caucionadas;
- Acesso ao NetBanco Empresas, para os clientes, através dos quiosques – Ponto-e que estão disponíveis nos balcões e nas Direções Comerciais de Empresas;
- Transferências imediatas;
- Nova funcionalidade de *leasing*;
- Novas funcionalidades de *factoring* e *confirming*.

Em outubro, foi feita a integração dos utilizadores digitais do ex-Banco Popular Portugal.

A *App* Empresas, lançada em 2017, foi claramente uma prioridade durante todo o ano de 2018, tornando-se num meio fundamental para captar a transacionalidade e vinculação das empresas sendo acessível e simples de utilizar.



Destacam-se algumas funcionalidades:

- 4 formas de acesso: login com PIN de 4 dígitos ou com impressão digital (*touch ID*) ou com Face ID (iOS) ou através dos códigos habituais do NetBanco Empresas;
- Aprovação de operações pendentes de autorização;
- Notificações de alerta (*push notifications*) para aviso de operações pendentes;
- Transferências imediatas;
- Pagamentos de serviços e ao Estado;
- Consulta de movimentos e de extratos de cartões débito/crédito e cancelamento;
- Consulta de detalhe dos empréstimos.

Contact Center



A atividade em 2018 manteve os crescimentos verificados em anos anteriores, acentuando-se a alteração do *mix* de contactos, com maior peso do suporte aos canais digitais e incorporando a atividade do ex-Banco Popular Portugal.

Foram realizados cerca de 2 milhões e 300 mil contactos com clientes, sendo 74% chamadas com atendimento humano, 14% chamadas com atendimento automático (IVR) e os restantes 12% contactos digitais (e-mail, *chat* e resposta a iterações nas páginas e perfis de redes sociais do Banco).

Os contactos de empresas no *Contact Center* têm um peso de 10% no total da atividade.

O *Contact Center* continua a ser o principal ponto de suporte à atividade digital, não apenas como ponto de apoio para esclarecimento de dúvidas e suporte aos clientes, nomeadamente nos processos de adesão à *App* e Netbanco, como também na promoção e derivação de atividade de clientes para os canais digitais.

Durante 2018, foram implementadas diversas funcionalidades, das quais se destacam:

- Serviço de apoio à diretiva RGPD;
- Centro de atendimento à atividade de *confirming*;
- Piloto de derivação de chamadas dos balcões da rede de Particulares e Negócios;
- Adequação à diretiva PSD2, com o lançamento dos pagamentos imediatos em destaque;
- Implementação de várias ações comerciais de apoio às iniciativas e campanhas digitais.

A gestão do *Contact Center* do ex-Banco Popular Portugal foi transferida para o mesmo espaço, ainda no 1º semestre de 2018. A partir de 14 de outubro, e decorrente da integração tecnológica, o atendimento foi totalmente transferido para

os serviços de *Contact Center* do Santander, tendo sido descontinuadas as linhas anteriores.

Durante 2018, foi alargada a avaliação pelos clientes, no final da chamada, à maioria dos serviços com valores médios de NPS (*Net Promoter Score*) acima de 80%, o que representa uma elevada satisfação com o atendimento prestado.

Em maio, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado o “Melhor *Contact Center* de Portugal no Sector Financeiro” – prémio atribuído pelos especialistas do sector, a Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

Em novembro, foi considerado o “Melhor *Contact Center* até 150 posições de atendimento”, na *Global Contact Center* – conferência anual organizada pela IFE.

Atividade Internacional – residentes no estrangeiro

O segmento de clientes residentes no estrangeiro é composto por dois subsegmentos: (i) clientes particulares portugueses residentes no estrangeiro; e (ii) clientes particulares estrangeiros residentes em Portugal com o estatuto de residentes não habituais.

A área de clientes residentes no estrangeiro tem como principal função apoiar as redes comerciais de particulares e negócios do Banco na criação de laços comerciais fortes e de proximidade com as comunidades de portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, através da sua rede de escritórios de representação presentes em 7 países (África do Sul, Alemanha, Canadá, França, Reino Unido, Suíça e Venezuela) bem como na promoção e na captação de clientes e negócio em estrangeiros que escolhem Portugal para investir e estabelecer a sua residência não habitual.

Em 2018, além do foco na captação de novos clientes e na captação e retenção de remessas, a área de clientes residentes no estrangeiro intensificou fortemente o seu trabalho no sentido de sensibilizar os clientes deste segmento para a importância da sua adesão aos canais digitais do Banco Santander Totta (Netbanco e Mobile) e, desse modo, poderem aceder, de uma forma simples e rápida, à oferta criada especificamente para ir ao encontro das suas necessidades.

A presença do Banco nas diferentes geografias através dos escritórios de representação, alavancada pelo lançamento da campanha de transferências junto dos clientes residentes no estrangeiro e pela solidez financeira do Santander Totta, traduziu-se num incremento significativo das remessas recebidas do exterior, bem como no alargamento da base de clientes deste segmento, permitindo assim alcançar bons resultados tanto na captação e vinculação de clientes, como na evolução do volume de negócios.

Seguindo a estratégia comercial de proximidade e acessibilidade multicanal com os clientes residentes no estrangeiro:

- Dotaram-se os canais digitais de novas funcionalidades que permitem aumentar e alargar o potencial de adesão, consulta e subscrição de produtos *online*, nomeadamente a subscrição de fundos, seguros financeiros e de vida, bem como a consulta e subscrição de produtos de poupança em moeda estrangeira;
- Promoveram-se visitas de diretores de balcão e diretores comerciais às comunidades portuguesas no exterior. Complementarmente, realizaram-se visitas dos responsáveis dos escritórios de representação a balcões e imobiliárias em localidades em Portugal, que permitissem maximizar os resultados comerciais e a articulação com as redes comerciais;
- Elaboraram-se brochuras digitais para os residentes não habituais e para os Portugueses residentes no estrangeiro com origem no Continente, Açores e Madeira, com o objetivo de reforçar a comunicação e o posicionamento do Banco neste segmento;
- Foi disponibilizado o sub-*site* público de residentes não habituais no Netbanco em português e inglês.

No final do ano, deu-se por concluído o projeto de encerramento da sucursal de Londres. Para assegurar a continuidade do apoio à comunidade portuguesa no Reino Unido, o Banco irá abrir, no início de 2019, um escritório de representação.

Corporate & Investment Banking

Ao longo do ano de 2018, a área de *Corporate & Investment Banking* desenvolveu a sua atividade, acompanhando a tendência dos clientes em explorar novas oportunidades de investimentos. A carteira de crédito aumentou 5% face ao período homólogo e o produto bancário subiu cerca de 3%, reforçando a presença e o compromisso do Santander com os grandes grupos económicos em Portugal.



No âmbito da estratégia de desenvolvimento da oferta dos serviços do Banco através dos canais digitais, para o segmento de particulares, procedeu-se à introdução de novas funcionalidades no **eBroker** (plataforma de negociação online do Santander) e foram lançadas novas iniciativas com a ambição de acelerar o crescimento da quota de mercado do Banco. Para o segmento de Empresas, ficou disponível, no final de 2018, uma plataforma de contratação de câmbios que permitiu alargar a oferta de meios para que os clientes possam gerir melhor as suas necessidades de operações cambiais. Esta plataforma assumirá, ao longo de 2019, um papel importante na melhoria do serviço.

O ano de 2018 ficou marcado pela conclusão de diversas operações relevantes de assessoria e financiamento num conjunto alargado de setores como energias renováveis,

transportes e logística, bebidas e telecomunicações, entre outros, sendo de salientar, também, diversos financiamentos e refinanciamentos no sector das renováveis e no sector imobiliário, nomeadamente centros comerciais e promoção imobiliária para residências *prime* e apartamentos turísticos.

Nos mercados obrigacionistas, é de sublinhar a participação do Santander Totta, como *Bookrunner*, na emissão inaugural de *Bonds* da NOS a 5 anos, na emissão de *Bonds* a 10 anos para a Região Autónoma da Madeira e na securitização de dívida tarifária para a EDP.

Na Tesouraria, a área de *Fixed Income & FX* revelou um forte crescimento na atividade, fundamentalmente resultante do aumento de volatilidade nos principais pares de moedas (Euro-US Dólar e Euro-GBP), do aumento do comércio externo e da inversão da tendência das taxas de juro, que face à progressiva retirada de alguns estímulos do Banco Central Europeu, apresentaram, no último trimestre do ano, uma tendência de subida.

Neste enquadramento, o Santander Totta intensificou a sua presença junto dos clientes, apresentando as propostas de gestão de risco que melhor se adequam nas necessidades das empresas. Esta proximidade traduziu-se num aumento significativo do número de operações de crédito formalizadas com taxa fixa, protegendo os financiamentos face a subidas de taxas de juro e, simultaneamente, num significativo incremento do número de operações cambiais.

Na área de Produtos Estruturados, a permanência de taxas de juro historicamente baixas tem condicionado a diversidade de estruturas apresentadas aos clientes. Assim, durante o ano de 2018, foram comercializados dois seguros financeiros estruturados, com um montante total de 133,6 milhões de euros e nove depósitos estruturados (cinco emissões denominadas em euros e quatro denominadas em dólares norte-americanos), cujo montante total atingiu aproximadamente 182,4 milhões de euros.

Na área de *Cash Equities*, apesar de um ano particularmente negativo, especialmente no último trimestre de 2018, o

Banco conseguiu reforçar a sua quota de mercado, de acordo com as estatísticas de receção de ordens publicadas pela CMVM. O volume das ordens recebidas pelos intermediários financeiros a operar em Portugal registou uma queda de 20,1% enquanto no Santander Totta cresceu 21,8%. No mercado *online*, o Banco cresceu 13%, o que compara com uma queda de 8,9% do mercado.

Seguros e fundos de investimento comercializados

A atividade de Seguros prosseguiu uma estratégia de consolidação da relação comercial de proximidade com os clientes, procurando diversificar os produtos, numa ótica multicanal e digital. Em paralelo, o Santander continuou a fomentar uma atitude de serviço, com um plano intensivo de iniciativas pós-venda que visam a contínua melhoria na qualidade do serviço e experiência do cliente.

Ao longo do ano, foram lançados os seguros “Proteção Serviços Domésticos” (1º seguro de proteção na *App* Santander) e “+Auto”, no NetBanco. No que diz respeito a planos de poupança reforma (PPRs), o Banco continua a apoiar os seus clientes a preparar o futuro, sendo que foram lançados vários PPRs, atingindo já um volume de colocações de cerca de 350 milhões de euros.

Na vertente digital, as contratações *online* dos seguros “Proteção Safecare”, “Vida”, “Viva Mais”, “Acidentes Pessoais”, “Serviços Domésticos” e “+Auto” representaram 37% do total destes produtos e a contratação de seguros financeiros no NetBanco continua a ter uma evolução bastante positiva nos canais digitais.

No ano de 2018, as comissões de seguros financeiros e de risco representaram 26% do total de comissões do Santander. As comissões de seguros de proteção autónomos e vinculados a crédito contribuíram para os resultados, com cerca de 80 milhões de euros.

Factos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Perspetivas para 2019

A atividade económica, apesar de uma tendência de desaceleração, deve manter uma dinâmica de crescimento, com as taxas de crescimento a convergir para o potencial, à medida que se consolida o ciclo económico.

Em Portugal, o PIB poderá continuar a crescer próximo de 2%, enquanto na Europa a desaceleração é um pouco mais pronunciada.

Os bancos continuarão, assim, a desenvolver a sua atividade num contexto de crescimento económico moderado, enquanto as taxas de juro deverão permanecer em níveis baixos.

O quadro regulamentar deve permanecer exigente, no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, no quadro da revisão do quadro legislativo de referência em curso na União Europeia, e com a anúncio formal pelo Conselho Único de Resolução dos requisitos de MREL (*minimum requirements on own funds and eligible liabilities*), com o consequente impacto estrutural na rendibilidade das instituições financeiras

Para 2019, mantém-se os principais objetivos de incremento das quotas de mercado e de vinculação de clientes, rendibilidade dos capitais próprios e dos volumes de negócio, em simultâneo com a gestão prudente da carteira de crédito.

A integração do ex-Banco Popular Portugal, concluída em outubro de 2018, irá permitir o reforço da posição competitiva do Santander no mercado, como maior Banco privado na atividade em Portugal, continuando a ser o Banco de referência no apoio à comunidade.

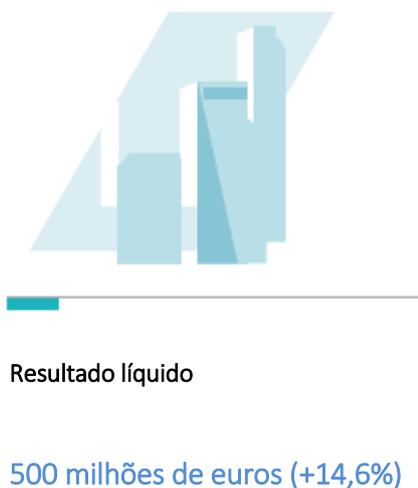
O Santander em Totta prosseguirá a sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, aliada a uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

No domínio do processo de transformação comercial que tem vindo a ser implementado, o Santander Totta prosseguirá a política de simplificação dos processos; o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes; e agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Fomentar uma cultura interna transparente, partilhada por todos, na qual os colaboradores se revejam, promovendo simultaneamente a colaboração entre as diferentes áreas e o foco no cliente será também um dos eixos estratégicos para 2019.

Informação Económica e Financeira

Atividade Consolidada



Destaques em 2018

- A integração tecnológica e operacional do ex-Banco Popular Portugal foi concluída no dia 14 de outubro, tendo decorrido de acordo com a estratégia definida. A partir dessa data todos os serviços passaram a ser assegurados através dos sistemas Santander, numa integração plena dos dois universos;
- O Santander Totta reforça a sua posição como maior banco privado do país em ativos e crédito (atividade doméstica);
- A estratégia de transformação comercial e digital tem vindo a refletir-se no aumento do número de clientes de Banco principal e digitais, com crescimentos anuais de 10% e 32%, respetivamente;
- A evolução anual da conta de resultados reflete o impacto da integração do ex-Banco Popular Portugal.

No exercício de 2018, a Santander SGPS registou um resultado líquido de 500,0 milhões de euros, 14,6% acima do valor alcançado no ano de 2017, equivalente a uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) de 12,4%.

O rácio de eficiência atingiu 50,1%, mediante o crescimento de 8,0% do produto bancário e de 17,6% dos custos operacionais.

O crédito a clientes bruto situou-se em 40,7 mil milhões de euros, decrescendo 1,6% em comparação com o período homólogo, influenciado pela alienação de carteiras não produtivas. Caso se exclua este efeito, o crédito a clientes teria estabilizado. O crédito a particulares cresceu 0,5% e o crédito a empresas diminuiu 6,0%.

O rácio de *Non-Performing Exposure* atingiu 4,0%, com uma cobertura por provisões de 51,0%.

Os recursos de clientes totalizaram 39,3 mil milhões de euros, equivalendo a uma subida anual de 7,1%, mediante a subida de 6,1% em depósitos e de 13,2% em recursos fora de balanço.

O rácio CET 1 (*fully implemented*) alcançou 14,0% acima do requisito mínimo exigido pelo Banco Central Europeu ao abrigo do SREP-*Supervisory Review and Evaluation Process*.

A reserva de ativos disponíveis para obtenção imediata de liquidez totalizou 9,0 mil milhões de euros, no final de 2018.

O financiamento obtido junto do Eurosistema, no valor de 3,1 mil milhões de euros, permaneceu estável em relação ao

final do ano passado, assente exclusivamente em instrumentos de longo prazo (TLTRO). No final de 2018, o Santander Totta reduziu a exposição líquida junto do Banco Central Europeu (tomadas deduzidas das aplicações junto desta instituição), para 1,5 mil milhões de euros, comparativamente a 2,5 mil milhões de euros em dezembro do ano anterior.

No financiamento de curto prazo (*repos*), o Santander Totta prosseguiu a política de diversificação de contrapartes, prazos e tipo de colateral utilizado para o efeito, fechando o exercício de 2018 com um valor de 2,0 mil milhões de euros.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV situou-se em 152%, cumprindo a exigência regulamentar em base *fully implemented* em vigor em 2018.

Em 2018, a agência Moody's subiu as notações de *rating* dos depósitos do Banco para Baa2/P-2 e da dívida de longo prazo para Baa3/P-3. A agência DBRS subiu o *rating* de longo prazo do Banco, de A (baixo) para A. As atuais notações financeiras da dívida de longo prazo do Banco, em comparação com as da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB); Moody's – Baa3 (Portugal – Baa3); S&P – BBB- (Portugal – BBB-); e DBRS – A (Portugal – BBB).

A conta de resultados e o balanço incluem o impacto da integração do ex-Banco Popular Portugal, após a operação de aquisição e fusão realizada no final de 2017.

Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)	2018	2017	Var.
Margem financeira	866,3	696,9	+24,3%
Rendimento de instrumentos de capital	1,7	2,9	-42,5%
Comissões líquidas	372,4	331,1	+12,5%
Outros resultados de exploração	(14,2)	(14,7)	-3,6%
Atividade de seguros	19,8	11,0	+80,4%
Margem comercial	1.245,9	1.027,2	+21,3%
Resultados em operações financeiras	(5,9)	120,5	-
Produto bancário	1.240,0	1.147,7	+8,0%
Custos operacionais	(621,1)	(527,9)	+17,6%
Custos com o pessoal	(357,2)	(311,2)	+14,8%
Gastos gerais administrativos	(222,0)	(179,1)	+24,0%
Depreciações e amortizações	(41,8)	(37,7)	+11,1%
Resultado de exploração	619,0	619,7	-0,1%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados*	63,0	(38,3)	-
Resultados de associadas	14,6	9,3	+56,8%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam*	696,5	590,8	+17,9%
Impostos*	(216,6)	(154,2)	+40,4%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam*	479,9	436,5	+9,9%
Interesses que não controlam	0,0	(0,2)	-
Resultados líquidos não recorrentes	20,1	0,0	+100,0%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS	500,0	436,3	+14,6%

Nota: As políticas contabilísticas utilizadas na demonstração de resultados referente a 2018 são consistentes com as utilizadas em 2017, exceto as que decorrem de alterações normativas que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018

* Exclui resultados não recorrentes

A margem financeira totalizou 866,3 milhões de euros, um crescimento de 24,3%, face ao valor apurado no final do período homólogo.

As comissões líquidas alcançaram 372,4 milhões de euros, uma subida de 12,5% em relação ao período de 2017, influenciada pela evolução favorável em diversos segmentos de negócio como gestão e manutenção de contas, meios de pagamento, fundos comercializados pelo Banco e seguros.

Os outros resultados de exploração apresentaram um custo de 14,2 milhões de euros, que abrange o custo de 22,2 milhões de euros da contribuição do Banco para o Fundo de Resolução (14,7 milhões de euros para o Fundo Único de Resolução e 7,5 milhões de euros para o Fundo de Resolução Nacional).

A atividade de seguros atingiu 19,8 milhões de euros, um aumento de 80,4% face ao final de 2017, em consonância com a incorporação da atividade seguradora do ex-Banco Popular Portugal, no exercício de 2018.

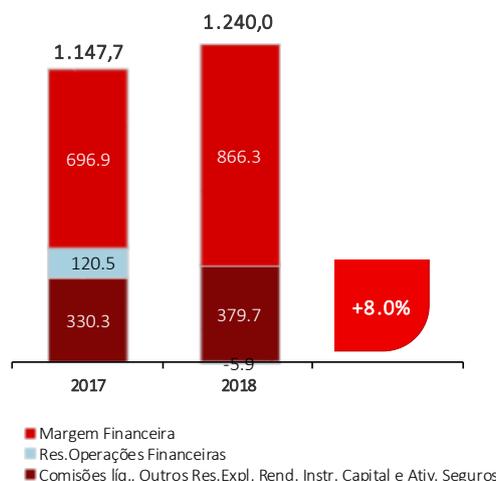
A margem comercial, no valor de 1.245,9 milhões de euros, subiu 21,3% em relação ao montante apurado em 2017.

O produto bancário situou-se em 1.240,0 milhões de euros, crescendo 8,0% face ao exercício de 2017, com a subida de 21,3% da margem comercial, que absorveu na totalidade a redução verificada no resultado de operações financeiras.

Na estrutura do produto bancário, constata-se que o contributo da margem financeira é preponderante com 70% (9 pontos percentuais acima do verificado um ano antes).

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais ascenderam a 621,1 milhões de euros, evidenciando um aumento homólogo de 17,6%.

O incremento de custos foi transversal a todos os agregados, refletindo o impacto da integração do ex-Banco Popular Portugal. Os custos com o pessoal totalizaram 357,2 milhões de euros (+14,8% em termos homólogos). Os gastos gerais administrativos atingiram 222,0 milhões de euros (com uma subida homóloga de 24,0%). As depreciações e amortizações cifraram-se em 41,8 milhões de euros (+11,1%, em relação ao final de 2017). No que diz respeito à estrutura dos custos operacionais, verifica-se que os custos com o pessoal são responsáveis por 58% do total, seguidos dos gastos gerais

administrativos com 36% e as depreciações e amortizações com 7%.

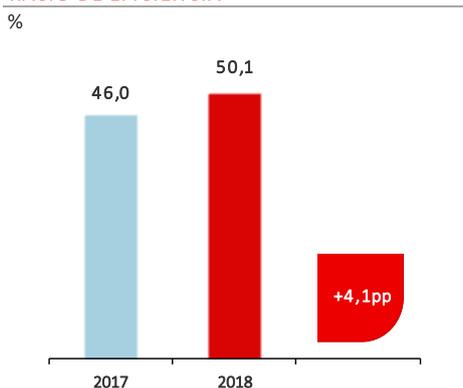
No âmbito da transformação comercial e da digitalização, o Santander Totta procedeu ao ajustamento da dimensão da rede comercial que, no final de 2018, se fixou em 572 postos de atendimento, menos 110 que no final do ano anterior. Refletindo a melhoria concretizada na otimização das estruturas, a Santander Totta, SGPS contava com 6.517 colaboradores no final de 2018, menos 299 que em 2017.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)	2018	2017	Var.
Custos com o pessoal	(357,2)	(311,2)	+14,8%
Gastos gerais administrativos	(222,0)	(179,1)	+24,0%
Depreciações e amortizações	(41,8)	(37,7)	+11,1%
Custos operacionais	(621,1)	(527,9)	+17,6%
Rácio de eficiência	50,1%	46,0%	+4,1 p.p.

A evolução conjugada do produto bancário e dos custos operacionais levou a uma variação do rácio de eficiência de

4,1 pontos percentuais, fixando-se em 50,1%, no final de 2018, em comparação com o valor alcançado em 2017.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA



O resultado de exploração atingiu 619,0 milhões de euros, tendo ficado quase em linha com o valor observado no período homólogo.

A imparidade e provisões tiveram uma evolução favorável no exercício de 2018, com a reduzida entrada em incumprimento conjugada com critérios conservadores de concessão do crédito. O custo do crédito diminuiu de 0,11% no final do exercício de 2017 para 0,01% em dezembro de 2018.

O resultado de ativos não correntes detidos para venda ascendeu a 21,1 milhões de euros, decorrente de operações de gestão de carteiras de ativos imobiliários e o resultado de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial ascendeu a 14,6 milhões de euros, equivalente a uma subida anual de 56,8%.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam (excluindo resultados não recorrentes) cifrou-se em 696,5 milhões de euros, equivalente a um incremento de 17,9% em relação ao valor apurado no mesmo período de 2017.

Os impostos (excluindo resultados não recorrentes) ascenderam a 216,6 milhões de euros, um aumento homólogo de 40,4%. Os impostos incluem a contribuição especial sobre o setor bancário que totalizou 22,7 milhões de euros no ano de 2018.

A conta de resultados do exercício de 2018 incluiu resultados não recorrentes no valor de 20,1 milhões de euros.

No final do ano de 2018, o resultado líquido da Santander Totta, SGPS alcançou 500,0 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 14,6% em relação ao período homólogo.

Balanço e Atividade

No final de 2018, o volume de negócio totalizou 80,0 mil milhões de euros, o que equivale a um aumento homólogo

de 2,5%, decorrente da subida de 7,1% dos recursos de clientes, que compensou o decréscimo de 1,6% do crédito.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

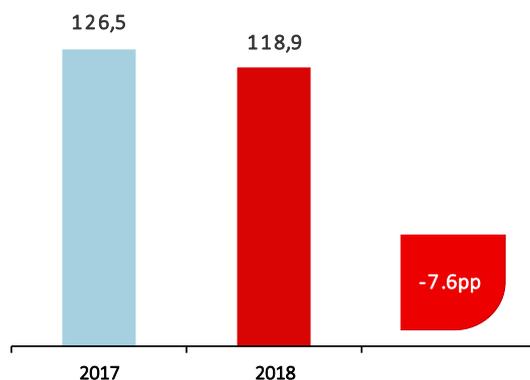
	2018	2017	Var.
Volume de Negócio	80.018	78.085	+2,5%
Crédito a clientes (bruto)	40.707	41.387	-1,6%
Recursos de Clientes	39.312	36.698	+7,1%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, atingiu 118,9% em dezembro de 2018,

menos 7,6 pontos percentuais, face aos 126,5% registados em 2017.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (rácio de transformação)

%



Em 2018, a carteira de crédito a clientes (bruto) alcançou 40,7 mil milhões de euros, descendo 1,6%, em comparação com o período homólogo de 2017.

Esta evolução resultou da diminuição de exposições não produtivas através de alienações e de *write offs* da carteira

de crédito, que se efetuaram ao longo do ano. Caso se exclua o efeito destas operações, a carteira de crédito a clientes estaria estável em comparação com o valor registado um ano antes.

CRÉDITO (milhões de euros)	2018	2017	Var.
Crédito a clientes (bruto)	40.707	41.387	-1,6%
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	21.550	21.438	+0,5%
<i>do qual</i>			
Habituação	19.462	19.091	+1,9%
Consumo	1.635	1.598	+2,3%
Crédito a empresas	18.051	19.194	-6,0%

Nota: O crédito a empresas inclui créditos a institucionais e administrações públicas

O crédito a particulares cifrou-se em 21,5 mil milhões de euros, com um aumento homólogo de 0,5%, transversal nas suas principais componentes: 1,9% no crédito à habitação para 19,5 mil milhões de euros e 2,3% no crédito consumo para 1,6 mil milhões de euros. A quota de mercado dos novos empréstimos de crédito à habitação situou-se em 22%, até ao final de novembro.

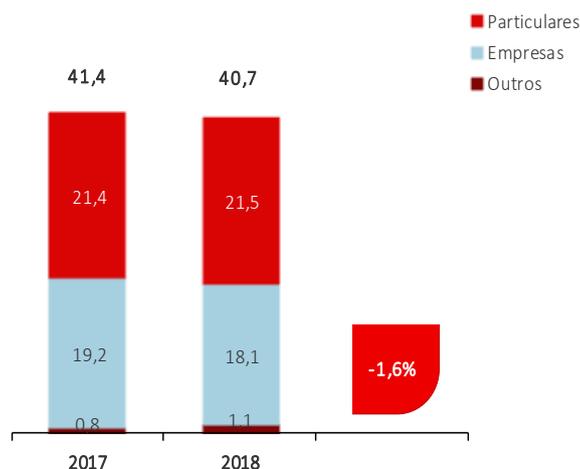
O crédito a empresas atingiu 18,1 mil milhões de euros, apresentando um decréscimo de 6,0% no último ano, justificado pela venda de carteiras de crédito não produtivas.

No entanto, destaca-se a estratégia da Santander Totta, SGPS de apoio ao tecido empresarial nacional, com um crescimento de 24% no número de clientes de banco principal, enquadrado numa política de maior proximidade com os clientes, nomeadamente na oferta não financeira do Santander *Advance* Empresas.

Na estrutura do crédito a clientes, a carteira de particulares e de empresas representa 53% e 44%, respetivamente, do total do crédito.

CRÉDITO BRUTO

milhões de euros



O rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA, atingiu 4,0%, em dezembro de 2018, equivalente a uma diminuição de 1,7 pontos percentuais em relação ao final do ano anterior, traduzindo a

qualidade dos ativos do Santander, sustentada pela política rigorosa de concessão de crédito, sendo a cobertura por imparidade de 51,0%.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	2018	2017	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	4,0%	5,7%	-1,7 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	51,0%	55,4%	-4,4 p.p.
Custo do crédito	0,01%	0,11%	-0,10 p.p.

Em dezembro de 2018, os recursos de clientes atingiram 39,3 mil milhões de euros, subindo 7,1%, em relação ao período homólogo do ano anterior.

RECURSOS (milhões de euros)

	2018	2017	Var.
Recursos de clientes	39.312	36.698	+7,1%
Recursos de balanço	33.383	31.458	+6,1%
Depósitos	33.383	31.458	+6,1%
Recursos fora de balanço	5.929	5.240	+13,2%
Fundos de investimento comercializados pelo Banco	1.926	1.944	-0,9%
Seguros e outros recursos	4.003	3.296	+21,4%

Os depósitos cifraram-se em 33,4 mil milhões de euros, progredindo 6,1% no último ano, representando 85% do total dos recursos, o que demonstra a forte atividade da rede comercial e a confiança dos clientes no Banco.

Os recursos de clientes fora de balanço situaram-se em 5,9 mil milhões de euros, crescendo 13,2% em relação dezembro de 2017. Os fundos de investimento comercializados pelo

Santander de 1,9 mil milhões de euros diminuíram 0,9% no último ano, refletindo a conjuntura adversa verificada nos mercados financeiros e a consequente redução da exposição a este tipo de ativos. Os seguros e outros recursos atingiram 4,0 mil milhões de euros, progredindo 21,4% comparativamente ao valor registado no período homólogo influenciados pela aquisição do ex-Banco Popular Portugal que passou a incorporar a carteira da Eurovida, em 2018.

Rácios de Solvabilidade

No final do mês de dezembro de 2018, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1) situou-se em 14,0% (*fully implemented*), cumprindo todos os rácios de capital exigidos pelo Banco Central Europeu no âmbito do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (*SREP-Supervisory Review and Evaluation Process*).

CAPITAL (milhões de euros)	2018	2017	Var.
Common Equity Tier I	2.805	3.112	-9,8%
Tier I	3.405	3.712	-8,3%
Capital (total)	3.427	3.732	-8,2%
Risk Weighted Assets (RWA)	20.052	21.939	-8,6%
Rácio CET I	14,0%	14,2%	-0,2 p.p.
Rácio Tier I	17,0%	16,9%	+0,1 p.p.
Rácio capital (total)	17,1%	17,0%	+0,1 p.p.

Introdução

Para a Santander Totta, SGPS, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão continua a ser um fator decisivo, particularmente numa conjuntura de grande exigência.

A criação e implementação do programa Risk Pro, operacionalizado pela implementação de uma cultura de riscos corporativamente divulgada e que hoje está presente em toda a atividade, reforça esses princípios ao nível de toda a estrutura do Santander Totta influenciando decisivamente a forma como se realizam todos os processos, tendo em conta não só o meio envolvente mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada um demonstra face aos diferentes tipos de riscos que enfrenta.

O programa Risk Pro foi implementado para envolver todos os colaboradores do Santander na gestão de riscos, sendo que a cultura Risk Pro abrange um conjunto de comportamentos e condutas que cada um deve desenvolver no dia-a-dia para uma gestão proativa dos diversos riscos.

O modelo de gestão e controlo de riscos da Santander Totta, SGPS é baseado em três linhas de defesa. As funções de negócio e de apoio constituem a primeira linha de defesa e são responsáveis por assegurar que os riscos estão dentro de limites previamente definidos e aprovados. A segunda linha de defesa é constituída pela Função de Gestão de Riscos e pela função de Cumprimento e Conduta e supervisionam de forma independente as atividades realizadas pela primeira linha de defesa. Por último, a Auditoria interna é a terceira linha de defesa e avalia de forma regular que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e estão implementados efetivamente na gestão e controlo de todos os riscos.

Função de Gestão de Riscos

A Função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Grupo Santander Totta. A função está corporizada na denominada Área de Riscos, sob a responsabilidade exclusiva do *Chief Risk Officer*.

A função tem por missão geral a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos conforme o artigo 16º do citado Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adotadas para o seu controlo, mitigação e superação. As linhas de orientação de Governo Interno do EBA (emitidas em setembro de 2011 e revistas em setembro de 2017), por sua vez, reforçam e aprofundam de maneira pormenorizada as principais atribuições da FGR e do seu responsável no âmbito das funções de controlo de interno. Adicionalmente,

o Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) nº 575/2013 (EU), a Diretiva de Requisitos de Capital 2013/36/EU (CRDIV) e a Diretiva 2014/59/EU constituem a base do enquadramento jurídico da atividade das instituições de crédito e sociedades financeiras estando transpostas para o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92. Mais concretamente, o artigo 115.º-M do RGICSF determina o papel da Função de Gestão de Riscos na garantia da identificação, avaliação e reporte adequado de todos os riscos materiais, na participação da estratégia e decisão da gestão de riscos materiais, e na independência e isenção de conflitos de interesses do responsável pela FGR.

A FGR foi criada e desempenha as suas atribuições com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade direta sobre qualquer função de negócio, execução ou controlo de primeira linha sobre as atividades a avaliar.

Foram conferidos a esta função os mais amplos poderes para o exercício da sua atividade de supervisão, a qual se baliza na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as atividades da instituição bem como a toda a informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objetividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de crédito, mercado, liquidez, cambial, taxa de juro, liquidação, operacional, tecnológico, cumprimento, reputacional e estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efetuar a ligação entre a equipa local e as áreas corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e ao Comité de Riscos o relatório anual relativo à função de gestão de riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o *Chief Risk Officer* tem acesso direto e independente ao Comité de Riscos e ao Conselho de Administração, podendo elevar a estes órgãos qualquer questão relativa à gestão e controlo de riscos.

No desempenho da FGR a Área de Riscos coordena ou participa nos seguintes processos enquanto segunda linha responsável por assegurar um questionamento efetivo e o controlo independente da gestão de riscos nas suas diversas vertentes:

- Aprovação de produtos e serviços;
- Consolidação de riscos;
- Definição e controlo da apetência de risco;
- Identificação e avaliação de riscos (Risk Identification and Assessment – RIA);
- Modelo de Controlo Interno;
- Autoavaliação da adequação de capital e liquidez internos;
- Planificação estratégica;
- Análise de cenários e stress test;
- Provisões para riscos;
- Planos de contingência e continuidade de negócio;
- Difusão da cultura de gestão de riscos;
- Governo e normativo de gestão de riscos.

Para efeitos da identificação e avaliação dos riscos materiais, a Área de Riscos coordena a realização de exercícios periódicos (acima designados RIA) que, em linha com a metodologia desenvolvida no Grupo Santander e com o normativo aplicável, permitem determinar o perfil de risco com base numa avaliação em três vertentes:

- Desempenho (Risk Performance) por tipo de risco e de negócio;
- Auto-avaliação do ambiente de controlo (Control Environment) e planos de ação (mitigantes);
- Identificação dos principais riscos (Top Risks).

A atividade desenvolvida pela função de gestão de riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, “Relatório da FGR”, datando o último de maio de 2018. Este documento destina-se a servir de apoio ao sistema de gestão de risco do Santander, sendo muito relevante o acompanhamento dos controlos e a promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas ações que constam do referido relatório.

Risco de Crédito

No exercício de 2018, a atividade da área de Risco de Crédito manteve como vetores principais os seguintes aspetos:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento do risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Realizou-se com sucesso a integração dos ativos e passivos referentes aos clientes do ex-Banco Popular, e procedeu-se à sua afetação interna aos respetivos grupos económicos. Sobre estes, e em linha com a normal operativa do Banco, como mencionado abaixo, procedeu a área de Riscos de Crédito à revisão de todas as operações de crédito integradas, nos clientes categorizados de encarteirados e à revisão dos estandardizados pelos sistemas automáticos já implementados;
- Ao nível dos riscos encarteirados manteve-se a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e detetar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso, incluindo os resultantes da integração do ex-Banco Popular;
- Esta atuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter os rácios de *non performing loans* controlados. Intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos processos com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão, ou previsivelmente venham a ser, afetados pelo contexto macroeconómico, com o objetivo de mitigar os rácios de crédito *non performing*. Manteve-se a política de revisões permanentes de carteira, de modo intensificado no 2º semestre de 2018, em resultado da integração de novos clientes provenientes do ex-Banco Popular, que permite concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e os níveis de imparidades estimados são, também eles, adequados;
- Realizaram-se as reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Santander, para a deteção antecipada de alertas nas carteiras de crédito;

- Revisão, desenvolvimento e aplicação de medidas de melhoria na gestão do processo de admissão de novos créditos, com o objetivo de incrementar a qualidade de serviço aos clientes, sempre que apresentam novas oportunidades de crédito;
- Decorrentes da integração da rede do ex-Banco Popular Portugal completaram-se diversos trabalhos de identificação e avaliação de riscos de crédito sobre as exposições creditícias, com um foco especial nas principais exposições. O processo temporário de admissão e acompanhamento das operações e de clientes oriundos daquela rede, nos modelos do Banco, foi descontinuado e a operativa de admissão prosseguiu nos moldes já implementados;
- Nos riscos estandardizados (ou não encarteirados), o Santander, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à atualização e manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Ainda ao nível dos riscos estandardizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitem adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros;
- Neste sentido mantiveram-se as já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Santander, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos clientes;
- Com o objetivo de dinamizar o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e em simultâneo potenciar a captação de novos clientes foram mantidas campanhas comerciais para o segmento de Negócios, visando a contratação de novos créditos e a retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Num cenário macroeconómico, agora menos adverso, onde os rácios de crédito *non performing* são ainda importantes mas menos significativos, manteve-se um forte enfoque ao nível da atividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a atividade de recuperações de gestão massiva e o acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Prosseguiu a política de reforço da negociação visando a redução do número de dações, para que, quando ocorrem, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à atuação judicial;

- Decorreu, também, o processo de modernização da área de Recuperações assente em desenvolvimentos informáticos criteriosamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e ação executiva;
- Manteve-se a vigilância sobre a metodologia de trabalho com vista à otimização dos vários processos tendo como objetivo “stressar” o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das ações para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, procurou-se proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir uma gestão adequada dos riscos do Banco;
- Manteve-se, igualmente, a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requisitos de fundos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão;
- Depois de terem sido estudados os requisitos normativos, procedeu-se ao desenvolvimento dos modelos e ferramentas informáticas para a aplicação das normas IFRS9.

Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes estandardizados ou de tratamento massivo (não encarteirados).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;

São clientes estandardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas

de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e banca maiorista global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigem.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo

de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações. O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II) reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Excetuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efetuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default* portefólio).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas quando se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegação de poderes.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Santander está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, entre outros).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pelas áreas de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Santander. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito e a sua solvência e rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o

perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada com base na segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A área de Recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares e Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, está dividida nas seguintes fases: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos

para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivadas, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2018 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma ligeira diminuição, refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, as operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro mantiveram-se, tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação. Contrataram-se novas operações de taxa de câmbio, contudo o valor da exposição dos derivadas com os Grupos Financeiros desceu ainda que de forma pouco significativa.

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e no *repricing* dos ativos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de *repricing*. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Santander.

São, também, calculados outros indicadores de risco, como o valor em risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições atuais de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

No final de 2018, o rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 152%,

cumprindo assim as exigências regulamentares em base *fully implemented* que estarão em vigor em 2019.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Enquadramento

O ano de 2018 fica indissociavelmente marcado pela plena integração do Grupo Popular Portugal na esfera do Santander Totta. A absorção de liquidez decorrente da operação de compra e fusão foi plenamente reposta, em linha com o delineado no plano de negócio.

Reserva de Liquidez

O Santander Totta tem por política maximizar a almofada de liquidez disponível para fazer face a eventos adversos de liquidez. O impacto da aquisição e fusão do Banco Popular Portugal foi integralmente acomodado logo na primeira metade do ano, fechando-se o ano de 2018 com uma reserva de liquidez de cerca de 3 mil milhões de euros acima da posição registada no final do ano de 2017. Esta evolução decorreu essencialmente de medidas pró-ativas de geração de ativos elegíveis conjugadas com o aumento da base de depósitos de clientes.

Funding

Durante o ano de 2018, registou-se uma redução progressiva do gap comercial por via sobretudo do aumento da base de depósitos de clientes, fechando-se o ano com um rácio de crédito-depósitos de 116%.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu manteve-se exclusivamente em operações de longo prazo: 3,1 mil milhões de euros de TLTROs. O reforço da base de depósitos de clientes permitiu uma redução da exposição líquida ao eurosistema, situando-se no final do ano de 2018 em cerca de 1,5 mil milhões de euros.

Manteve-se a política de diversificação de fontes e prazos relativo a financiamento de curto-prazo, bem como a diversificação de colateral alocado em operações com acordo de recompra obtidas junto de instituições financeiras.

Em termos de financiamento de longo prazo, além dos 3,1 mil milhões de euros junto do BCE, o Santander Totta termina 2018 com cerca de 0,9 mil milhões de euros de

titularizações, 0,9 mil milhões de euros de empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento com vista ao financiamento de projetos estruturantes da economia Portuguesa e ainda 3,5 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias.

Risco de Taxa de Juro

A atividade comercial de concessão de crédito e angariação de depósitos gera uma exposição naturalmente positiva ao risco de taxa de juro. Esta posição estrutural resulta sobretudo do facto de tradicionalmente o crédito concedido em Portugal ser praticamente todo indexado a taxas de mercado (Euribor) por oposição a uma base de depósitos (à vista) com uma duração média próxima dos 5 anos. Esta assimetria gera um diferencial de reapreciação entre ativo e passivo resultando numa sensibilidade positiva ao risco de taxa de juro.

O Santander tem por política minimizar este risco estrutural de balanço, utilizando para o efeito a manutenção de uma carteira estrutural de títulos a taxa fixa (ativos de alta qualidade de liquidez, sobretudo dívida soberana), bem como posições de derivados de cobertura de risco de taxa de juro. Estas posições visam contrariar a posição estrutural resultante da atividade comercial e alinhar o posicionamento em matéria de risco de taxa de juro com as perspetivas de evolução de mercado.

Risco de Mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos fatores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Santander opera.

Em função da finalidade do risco, as atividades são segmentadas do seguinte modo:

- **Negociação:** Neste título inclui-se a atividade de serviço financeiro a clientes;
- **Gestão de balanço:** riscos decorrentes da atividade comercial do Grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de ativos e passivos.

Metodologias

Atividade de Negociação

A metodologia aplicada no exercício de 2018, no âmbito do Santander Totta, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de

Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Adicionalmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

É efetuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

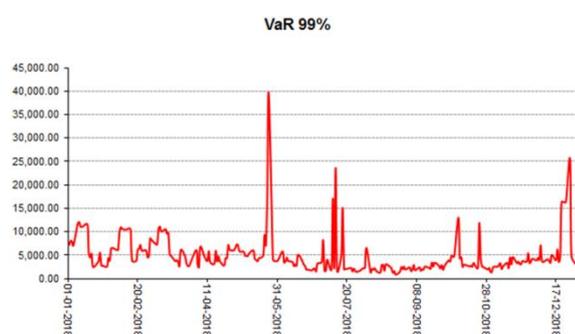
- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de

sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;

- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR ao longo do ano

A evolução do risco relativo à atividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2018, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 1 mil euros e os 39,5 mil euros.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Santander Totta define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou ativos, e é gerado internamente por pessoas e/ou sistemas, entre outros, ou como consequência de riscos externos como por exemplo atuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais no seu âmbito de atuação.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direcionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação e informação desse risco.

A prioridade do Santander Totta é, portanto, identificar e mitigar fontes de risco, independentemente de terem ou não ocasionado perdas. A medição também contribui para o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem, de forma periódica, o tratamento de aspetos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A função de risco operacional está estruturada em três linhas de defesa. A primeira é constituída por todas as áreas de negócio e de suporte, sendo, assim, responsável por identificar, avaliar, monitorizar, mitigar e comunicar este risco.

A segunda linha de defesa é responsável por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes variáveis e avaliar se o mesmo é administrado de acordo com o nível de tolerância estabelecido pela alta administração do Grupo. A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controle da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna que deve avaliar periodicamente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados garantindo que sejam efetivamente implementados na gestão.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Santander;
- Definir o perfil objetivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e tolerância de risco operacional, do orçamento e seu acompanhamento;
- Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional por meio de formação adequada;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios (Basileia, Banco de Portugal, entre outros) e o sector bancário;

- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições de risco operacional, implantar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e minimizar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional, e seu nível de controlo para a Administração e Áreas, bem como informar o mercado e organismos supervisores.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional;
- Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação);
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e sua atribuição às linhas de negócio e de suporte;
- As informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controlos, reduzir as perdas e a volatilidade da receita,
- Facilita o estabelecimento de limites de apetência de risco operacional.

Para levar a cabo a identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidas técnicas e instrumentos de carácter quantitativo e qualitativo, que se combinam para realizar um diagnóstico a partir dos riscos identificados e obter uma valoração através da medição/avaliação de cada área.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados interna, cujo objetivo é a captura da totalidade de eventos de risco operacional, quer tenham impactos contabilísticos ou não. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Base de dados externa, que proporcionam informação quantitativa e qualitativa permitindo uma análise mais detalhada e estruturada de eventos relevantes que ocorreram no sector;
- Análise de cenários, em que se obtém a opinião das diversas linhas de negócio, gestores de riscos e de controlos, com o objetivo de identificar eventos potenciais de baixa probabilidade de ocorrência e com uma elevada perda para a instituição. Avalia-se o possível

impacto e identifica-se controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que reduzam um possível impacto elevado para a instituição.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos ligados a perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional, cujo objetivo principal é identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar medidas de mitigação no caso em que os níveis de risco não sejam aceitáveis;
- Indicadores, que são estatísticas ou parâmetros que proporcionam informação sobre a exposição do risco. Os indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente, de forma a estarem ajustados à realidade;
- Recomendações de auditorias e reguladores proporcionam informação relevante sobre o risco, permitindo a identificação de debilidades e controlos.

Existem em complemento, diversos instrumentos que asseguram um sólido ambiente de controlo, através de políticas, processos e sistemas, controlos internos adequados, medidas de mitigação e estratégias de transferência apropriadas, nomeadamente:

- Ações corretivas;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

Através da implementação de um programa de gestão avançada de risco operacional, o Santander teve como objetivo impulsionar o envolvimento dos colaboradores, a conscientização dos mesmos, e o seu senso de responsabilidade e motivação, bem como melhorar a comunicação e o intercâmbio de experiências entre colaboradores do Santander em todos os níveis da organização para alcançar um objetivo comum, ou seja, elevar o nível de gestão de risco operacional e da cultura. Todas essas ações contribuíram para uma monitorização e avaliação mais eficientes do perfil de risco operacional, proporcionando, portanto, bases sólidas para as decisões de negócios

Adicionalmente está em curso a consolidação da implementação de uma ferramenta para gestão do risco operacional, que é comum a diversas áreas de controlo, maximizando sinergias entre as áreas e permitindo a utilização de metodologias comuns para avaliação dos riscos, nomeadamente alinhar a base de dados de riscos com os eventos identificados, controlo interno e respetivos planos de ação.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas dos riscos de cumprimento e reputacional têm por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definido nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Santander tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção e, sendo o caso, superação.

Em conformidade com o quadro legal e regulamentar aplicável, o Santander tem estruturada uma função de cumprimento corporizada na área de Cumprimento e Conduta, área de primeira linha na hierarquia e a quem,

especialmente, está atribuída a competência funcional de gestão dos riscos de cumprimento e reputacional.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, as políticas globais relativas aos riscos de cumprimento e reputacional abrangem, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Políticas de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos;
- Política de identificação e gestão de conflitos de interesses;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e proteção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente;
- Políticas de defesa corporativa;
- Políticas de financiamento para sectores sensíveis.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício, em termos individuais e referente ao ano de 2018, foi de 629.671.463,03€ (seiscentos e vinte e nove milhões, seiscentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três Euro e três cêntimos) e o Resultado consolidado, em 2018, foi de 499.964.162 € (quatrocentos e noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, cento e sessenta e dois Euro).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: 62.967.146,31€ (sessenta e dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, cento e quarenta e seis Euro e trinta e um cêntimos);
- Distribuição de Dividendos: 495.000.000€ (quatrocentos e noventa e cinco milhões Euro), dos quais já foram pagos 100.000.000€ (cem milhões Euro) a título de adiantamento sobre lucros do exercício;
- Resultados Transitados: 71.704.316,72€ (setenta e um milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e dezasseis Euro e setenta e dois cêntimos).

Lisboa, 9 de abril de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexos

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Santander Totta desenvolve a sua atividade seguindo políticas e critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Santander Totta cumpre com os deveres determinados pela Lei e dispõe de uma estrutura orgânica dedicada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na área de Cumprimento e Conduta. Adicionalmente, as equipas estão formadas nesta matéria e são regularmente atualizadas a fim de identificar e monitorizar as situações de eventual risco, efetuando de imediato as comunicações julgadas apropriadas aos órgãos competentes.

Do mesmo modo, o Santander utiliza ferramentas informáticas para acompanhar a operativa dos clientes e proceder à respetiva segmentação em função do potencial risco, aplicando medidas de diligência reforçada, sempre que se justifique, e satisfazendo os demais imperativos legais e regulamentares pertinentes.

Anualmente o sistema é objeto de auditoria.

Até outubro, foi aplicado um programa específico de acompanhamento da atividade das unidades de negócio do ex-Banco Popular Portugal, através dos procedimentos e ferramentas desta entidade, relativamente à monitorização, seguimento e controlo dos clientes e contas, tendo após aquela data, e com a integração tecnológica do ex-Banco Popular Portugal no Banco Santander Totta, passado a aplicar

integralmente os procedimentos automatizados e operativos do Banco.

Estrutura Acionista

Acionista	Nº ações	%
Santusa	196.996.017.344	99,85%

Movimento de Ações Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 30 de maio de 2018, a Santander Totta SGPS, S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de dezembro de 2017, a Santander Totta SGPS detinha 100.181.318 ações próprias correspondentes a 0,051% do seu capital social. Durante o ano de 2018, comprou 5.760.940 ações próprias, correspondente a 0,003% do seu capital social, fechando o ano com um total de 105.942.258 ações próprias.

A aquisição está inserida na política geral da Santander Totta SGPS, no sentido de adquirir ações de acionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O ANO DE 2018

Santander Totta SGPS, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2017	100.181.318	0,02	2.165.375	0,051%
Aquisição de ações	5.760.940	0,02	118.477	0,003%
Alienação de ações	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	105.942.258	0,02	2.283.853	0,054%

Movimentos de Ações e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447º Código das Sociedades Comerciais

	Entidade	Nº Ações em 31/dez/2017	Movimentos em 2018	Nº Ações em 31/dez/2018
António Basagoiti Garcia-Tuñón	Banco Santander, SA	419,325	15/11/2018: recebidas por dividendos: 3.409 ações 16/02/2018: atribuição corporativa: 6.716 ações - 5,60€/ação	422,734
António José Sacadura Vieira Monteiro	Banco Santander, SA	286,263	21/02/2018: atribuição corporativa: 63.403 ações - 5,60€/ação 05/11/2018: recebidas por dividendos: 2.898 ações	359,280
José Carlos Brito Sítima	Banco Santander, SA	36,145	16/02/2018 - depósito títulos: 3.453 ações - 5,60€/ação 21/02/2018 - depósito títulos: 31.793 ações - 5,60€/ação	71,971
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Banco Santander, SA	29,956	05/11/2018 - aumento de capital incorporação de reservas: 580 ações 16/02/2018 - atribuição corporativa: 2.790 ações - 5,60€/ação 21/02/2018 - atribuição corporativa: 24.086 ações - 5,60€/ação 27/04/2018 - venda: 945 ações - 5,30/ação	51,245
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander, SA	81,392	27/04/2018 - venda: 900 ações - 5,30/ação 27/04/2018 - venda: 3.752 ações - 5,30/ação 27/04/2018 - venda: 403 ações - 5,30/ação 05/11/2018 - aumento de capital incorporação de reservas: 413 ações 16/02/2018: atribuição corporativa: 2.930 ações - 5,60€/ação 21/02/2018: atribuição corporativa: 22.751 ações - 5,60€/ação	107,942
	Totta Ireland	1	05/11/2018 - aumento de capital incorporação de reservas: 2 ações	1
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Banco Santander, SA	72,720	16/02/2018 - depósito títulos: 3.615 ações - 5,60€/ação 21/02/2018 - depósito títulos: 31.439 ações - 5,60€/ação 05/11/2018 - aumento de capital incorporação de reservas: 876 ações	108,650
Ricardo Castro		0	-	0
Fernando Vieira		0	-	0
José Luís Areal Alves da Cunha		0	-	0
José Duarte Assunção Dias		0	-	0

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração da Santander Totta, SGPS noutras sociedades

Cargos em Acumulação

	No perímetro da consolidação	Fora do perímetro da consolidação
António Basagoiti Garcia-Tuñón	Banco Santander Totta, SA Presidente Conselho de Administração	ATKeamey (Conselho Consultivo Externo); Fujitsu (Conselho Consultivo Externo); Fund. Eugenio Rodriguez Pascual (Pres. CA); Real Club Nautico Calpe (Vice-Pres. CA); Fund. Princesa Asturias (Trustee); Fundación Santander (Trustee); Colegio Libre de Eméritos (Trustee); Fundación de estudios financieros (Trustee); Fundación Silos (Trustee)
António José Sacadura Vieira Monteiro	Banco Santander Totta, SA Vice-Presidente Cons. Administração Presidente Comissão Executiva	Universia (Pres. CA Não Executivo); Vieira Monteiro Lda (Manager); Câmara Comércio Luso Espanhola (Vice-Pres.); Fundação Alfredo de Sousa (Conselho de Curadores); Instituto Superior Técnico (Conselho Consultivo) e Nova (Conselho Geral)
José Carlos Brito Sítima	Banco Santander Totta, SA Vogal CA e CE	Universia (Pres. Mesa AG)
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Banco Santander Totta, SA Vogal CA e CE	Universia (Administrador Não Executivo)
Manuel António Amaral Franco Preto	Banco Santander Totta, SA (Vogal CA e CE) Taxigest (Pres. Cons. Administração) Totta Ireland (Administrador) Gamma (Pres. Cons. Administração)	Banco Santander Consumer (Membro Conselho Fiscal)
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Banco Santander Totta, SA Vogal CA e CE	ACEGE (NE Director); Centro Paroquial São Francisco de Paula (NE Director); ISEG (Conselho Geral)
José Duarte Assunção Dias	Santander Totta Seguros (Suplente do Conselho Fiscal) Gamma (Presidente do Conselho Fiscal) Aegon Santander Portugal Vida (Presidente do Conselho Fiscal) Aegon Santander Portugal Não Vida (Presidente do Conselho Fiscal) Popular Seguros (Suplente do Conselho Fiscal) Eurovida (Suplente do Conselho Fiscal)	Alves da Cunha, A.Dias & Associados SROC (sócio)
Fernando Jorge Marques Vieira	Gamma (membro do Conselho Fiscal)	BBVA IFIC (Auditor) BPI Gestão de Activos (Auditor) Banco Brasil (Auditor) IMGA (auditor dos FIM) Novo Banco (Auditor FP) Clube do Autor (Administrador executivo)
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Gamma (membro do Conselho Fiscal)	CFO&F SA (CFO) Rimaduvica Lda (Gerente) Kruda Material Edições Lda (Gerente)

Tabela de indicadores não financeiros

Informamos que o Santander preparou um Relatório de Banca Responsável separado do Relatório de Gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, sendo o mesmo publicado no sítio de internet do Grupo Santander Totta no prazo legal.

Governo Societário

I – Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

1. A Santander Totta, SGPS tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sediada em Portugal
2. O capital social da sociedade é detido em 99,848% pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL.
3. As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

4. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem ações.
Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao terceiro dia útil anterior à data de realização da mesma.
5. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.
6. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do CSC.

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

7. O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projetos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

8. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

II – Política de Remuneração

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

DA SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

(A «Declaração»)

A seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de Administração e Fiscalização da Santander Totta SGPS, S.A. (a «Sociedade»), a vigorar no ano de 2018, é proposta à Assembleia Geral de acionistas de aprovação das contas do exercício de 2017.

1. Enquadramento

O Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através das suas práticas, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.

2. A remuneração dos órgãos sociais da Sociedade

2.1. Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal:

- a) **Assembleia Geral.** Os seus membros não são remunerados pelo exercício das funções na Sociedade.
- b) **Conselho Fiscal.** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual pago 12 vezes ano.
- c) **Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações, pensões de reforma ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, nomeadamente pela sua principal filial, o Banco Santander Totta.

Os montantes pagos aos administradores e aos membros do órgão de fiscalização, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, totalizaram, no ano de 2017, o valor global de 6,3 milhões de euros.

3. Aspetos complementares

Todas as filiais da sociedade aplicam práticas remuneratórias consistentes entre si, nomeadamente as práticas decorrentes da política de remunerações em vigor a cada momento do Grupo Santander.

Lisboa, 24 de abril de 2018

Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Santander Totta utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

“Rendimentos de juros” deduzidos dos “Encargos por juros”.

Comissões líquidas

“Rendimentos de serviços e comissões” deduzidos dos “encargos com serviços e comissões”.

Atividade de seguros

“Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro” adicionado de “margem bruta de atividade de seguros”

Comissões líquidas, outros resultados de exploração e atividade de seguros

Comissões líquidas adicionado de “outros resultados de exploração” e de atividade de seguros.

Margem comercial

Soma da “margem financeira”, “rendimentos de instrumentos de capital”, “comissões líquidas”, “outros resultados de exploração” e “atividade de seguros”.

Resultado em operações financeiras

Soma de “Ativos e passivos ao justo valor através de resultados”, de “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, de “reavaliação cambial” e de “Alienação de outros ativos”.

Produto bancário

Margem comercial adicionada de resultado em operações financeiras.

Custos operacionais

“Custos com o pessoal” adicionado de “gastos gerais administrativos” e de “depreciações e amortizações”.

Resultado de exploração

Produto bancário subtraído dos custos operacionais.

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados (expurgado de resultados não recorrentes)

Soma de “provisões líquidas de anulações”, de “imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado”, de “imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, de “imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações” e de “Resultados de ativos não correntes detidos para venda”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam (expurgado de resultados não recorrentes)

Resultado de exploração subtraído de imparidades, provisões líquidas e outros resultados e adicionado de “resultados de associadas e outros”.

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam (expurgado de resultados não recorrentes)

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam deduzido de impostos.

Resultados líquidos não recorrentes

Agrega diversos conceitos distribuídos pelas várias linhas da Demonstração de resultados consolidados da ST, SGPS. Em 2018, inclui valores decorrentes de operações não orgânicas, constantes das rubricas de provisões líquidas de anulações e de impostos, entre outras rubricas menores.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST, SGPS / Resultado líquido

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam, deduzido de “interesses que não controlam” e adicionado de outros resultados líquidos não recorrentes.

Rácio de eficiência

Rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 23/2011 do Banco de Portugal.

Gap comercial

Diferença entre o “crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” e os “recursos de clientes e outros empréstimos”.

Volume de Negócio

Soma do crédito a clientes (bruto) com os recursos de clientes

Crédito a clientes bruto

Corresponde à rubrica de balanço “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” antes de imparidade.

Crédito a clientes líquido

Corresponde à rubrica de balanço “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” líquido de imparidade.

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

Rácio de *non-performing exposure*

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extra-patrimoniais.

Custo do crédito

Rácio entre a “imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado” (da demonstração dos resultados) e a média do “crédito a clientes bruto” (do balanço).

Cobertura de *non-performing exposure*

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

Depósitos

Corresponde à rubrica de balanço “Recursos de clientes e outros empréstimos”.

Recursos fora de balanço

Soma dos fundos de investimento e seguros comercializados e outros recursos, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

Recursos de Clientes

Soma de Recursos de clientes de balanço (depósitos) com os Recursos fora de balanço.

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o resultado líquido do exercício (anualizado) e os capitais próprios do início do período

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o resultado líquido e o ativo líquido

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, S.G.P.S., S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2018, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho de Administração

António José Sacadura Vieira Monteiro

Presidente

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Vice-Presidente

José Carlos Brito Sítima

Vogal

Manuel António Amaral Franco Preto

Vogal

Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2018, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho Fiscal

Presidente: José Duarte Assunção Dias

Vogais: Fernando Jorge Marques Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

ATIVO	Notas	31-12-2018		31-12-2017		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2018	31-12-2017
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Imparidade e Amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	1.655.732	-	1.655.732	1.039.555	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	850.898	-	850.898	658.155	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.239.713	1.527.098
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1.204.674	-	1.204.674	1.509.744	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19	3.175.960	2.430.798
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	8	3.053.810	-	3.053.810	1.976.263	Passivos financeiros ao custo amortizado			
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9	5.995.073	3	5.995.070	4.990.322	Recursos de bancos centrais	20	3.050.040	3.080.538
Ativos financeiros ao custo amortizado						Recursos de outras instituições de crédito	20	3.539.911	4.351.906
Aplicações em instituições de crédito	10	675.115	84	675.031	826.367	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	33.382.504	31.457.910
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	10	40.706.612	1.109.486	39.597.126	39.646.179	Responsabilidades representadas por títulos	20	4.322.597	4.543.288
Investimentos detidos até à maturidade			-		108.808	Outros passivos financeiros	20	200.336	
Derivados de cobertura	11	73.464	-	73.464	15.349	Derivados de cobertura	11	90.556	39.275
Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	43	60.024	-	60.024		Correções de valor em passivos inseridos em operações de cobertura	43	10.399	
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	12	113.294	1.918	111.376	122.170	Provisões	21	297.992	178.273
Propriedades de investimento	13	297.625	-	297.625	353.957	Provisões técnicas	16	742.857	411.816
Outros ativos tangíveis	14	607.546	260.733	346.813	353.520	Passivos por impostos	15	254.269	238.068
Ativos intangíveis	14	80.348	49.731	30.617	36.586	Instrumentos representativos de capital reembolsáveis	22	69.560	69.026
Ativos por impostos	15	683.733	-	683.733	479.328	Outros passivos	23	490.707	808.762
Provisões técnicas de resseguro cedido	16	40.365	-	40.365	22.941	Total do Passivo		<u>50.867.401</u>	<u>49.136.758</u>
Outros ativos	17	442.242	109.483	332.759	942.477	Capital próprio			
Ativos não correntes detidos para venda	18	48.190	18.168	30.022	87.269	Capital	24	1.972.962	1.972.962
						Outros instrumentos de capital	24	600.000	600.000
						Reservas por rendimento integral acumulado	24	(235.157)	(304.565)
						Outras reservas e resultados transitados	24	1.434.376	1.477.498
						(Ações próprias)	24	(2.284)	(2.166)
						Resultado do período atribuível aos acionistas da ST SGPS	25	499.964	436.337
						Dividendos antecipados	24	(100.000)	(150.000)
						Capital próprio atribuível aos acionistas da ST SGPS		4.169.861	4.030.066
						Interesses que não controlam	26	1.877	2.166
						Total do Capital Próprio		<u>4.171.738</u>	<u>4.032.232</u>
Total do Ativo		<u>56.588.745</u>	<u>1.549.606</u>	<u>55.039.139</u>	<u>53.168.990</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>55.039.139</u>	<u>53.168.990</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2018	2017
Rendimento de juros	28	1.227.567	1.059.210
Encargos por juros	29	(361.289)	(362.282)
Margem financeira		866.278	696.928
Rendimentos de instrumentos de capital	30	1.674	2.911
Rendimentos de serviços e comissões	31	452.893	398.254
Encargos com serviços e comissões	32	(80.495)	(67.144)
Resultados em operações financeiros			
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	33	(29.877)	(11.942)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	33	26.774	81.915
Reavaliação cambial	33	9.524	8.377
Alienação de outros ativos	33	(12.344)	42.133
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	34	10.777	7.150
Margem bruta da atividade de seguros	34	9.003	3.817
Outros resultados de exploração	35	(14.190)	(14.723)
Produto bancário		1.240.017	1.147.676
Custos com o pessoal	36	(357.209)	(311.214)
Gastos gerais administrativos	37	(222.012)	(179.064)
Depreciações e amortizações	14	(41.846)	(37.659)
Provisões líquidas de anulações	21	(250.652)	(32.351)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	21	(2.800)	(38.760)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	21		(168)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	21	(31.118)	33.005
Resultados de associadas	38	14.568	9.292
Resultados de ativos não correntes detidos para venda		21.107	
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		370.055	590.757
Impostos	15	129.897	(154.227)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		499.952	436.530
Interesses que não controlam		12	(193)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas da ST SGPS		499.964	436.337
Ações em circulação	25	197.194.357.634	197.197.631.117
Resultado por ação básico e diluído (em Euros)	25	0,0025	0,0022

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Atribuível aos</u> <u>acionistas da ST SGPS</u>	<u>Atribuível a Interesses</u> <u>que não controlam</u>	<u>Atribuível aos</u> <u>acionistas da ST SGPS</u>	<u>Atribuível a Interesses</u> <u>que não controlam</u>
Resultado consolidado do exercício	499.964	(12)	436.337	193
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios atuariais e financeiros relativos a pensões:				
. Valor bruto	(27.794)	(7)	36.767	71
. Impacto fiscal	6.948	2	(11.420)	(19)
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial:				
. Justo valor	(986)	-	639	-
. Impacto fiscal	575	-	(358)	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial por variações de justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral:				
. Justo valor	536	-	1.020	1
. Impacto fiscal	(143)	-	(258)	-
. Variações de justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral:				
. Justo valor	78.914	26	454.086	202
. Impacto fiscal	(22.838)	(7)	(136.879)	(62)
. Variações de justo valor de investimentos detidos até à maturidade:				
. Justo valor	-	-	840	1
. Impacto fiscal	-	-	(244)	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa:				
. Justo valor	45.817	20	3.778	3
. Impacto fiscal	(14.203)	(6)	(818)	(1)
. Variações na "shadow reserve":				
. Justo valor	3.323	-	(1.159)	-
. Impacto fiscal	(741)	-	273	-
	<u>69.408</u>	<u>28</u>	<u>346.267</u>	<u>196</u>
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>569.372</u>	<u>16</u>	<u>782.604</u>	<u>389</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Ações Próprias	Outros Instrumentos de Capital	Reservas por rendimento integral acumulado			Outras reservas e resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado exercício	Interesses que não controlam	Total
				De Justo valor	De impostos diferidos	Sub-total					
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.972.962	(2.125)	600.000	(880.018)	229.024	(650.994)	1.405.915	(28.734)	395.674	1.744	3.694.442
Aplicação do resultado de 2016:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(117.288)	28.734	(135.477)	-	(224.031)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	162	162	260.035	-	(260.197)	-	-
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	(62.665)	-	-	-	(62.665)
Aquisição e Fusão do Banco Popular Portugal	-	-	-	-	-	-	(8.411)	-	-	-	(8.411)
Distribuição de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	-	(150.000)
Remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	-	(24)	-	-	-	(24)
Compra de ações próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(41)	-	-	-	-	-	-	-	-	(41)
Outros	-	-	-	-	-	-	(64)	-	-	33	(31)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2017	-	-	-	495.971	(149.704)	346.267	-	-	436.337	389	782.993
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.972.962	(2.166)	600.000	(384.047)	79.482	(304.565)	1.477.498	(150.000)	436.337	2.166	4.032.232
Aplicação do resultado de 2017:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	125	150.000	(392.015)	(275)	(242.165)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	44.322	-	(44.322)	-	-
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	(61.200)
Distribuição de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Impacto de abertura de aplicação da IFRS9	-	-	-	-	-	-	(26.196)	-	-	-	(26.196)
Remunerações com base em ações	-	-	-	-	-	-	343	-	-	-	343
Compra de ações próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(118)	-	-	-	-	-	-	-	-	(118)
Outros	-	-	-	-	-	-	(516)	-	-	(30)	(546)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2018	-	-	-	99.810	(30.402)	69.408	-	-	499.964	16	569.388
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.972.962	(2.284)	600.000	(284.237)	49.080	(235.157)	1.434.376	(100.000)	499.964	1.877	4.171.738

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.578.703	1.329.105
Pagamento de juros e comissões	(399.081)	(413.207)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(650.342)	(512.196)
Contribuições para os fundos de pensões	(46.534)	(59.329)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	93.805	5.165
Recuperação de créditos abatidos ao ativo	9.176	12.890
Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros	89.505	130.972
Fluxos de caixa antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>675.232</u>	<u>493.400</u>
(Aumentos)/diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	148.512	(200.867)
Ativos financeiros detidos para negociação	305.297	270.549
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	342.846	(2.735.070)
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	638.877	(311.384)
Ativos não correntes detidos para venda	65.633	(22.960)
Propriedades de investimento	56.332	17.503
Outros ativos	261.263	152.680
	<u>1.818.760</u>	<u>(2.829.549)</u>
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(842.000)	415.182
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.020.988	(38.796)
Passivos financeiros detidos para negociação	(873.437)	(257.613)
Outros passivos	(230.156)	108.071
	<u>75.395</u>	<u>226.844</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	2.569.387	(2.109.305)
Impostos pagos	(92.228)	(39.735)
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>2.477.159</u>	<u>(2.149.040)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.674	2.911
Aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1.299.965)	(607.441)
Alienação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	688.612	2.757.033
Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	(490.570)	135.093
Rendimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	119.864	150.625
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(66.285)	(40.394)
Vendas de ativos tangíveis	13.036	(3.100)
Aquisições do Banco Popular Portugal	-	(554.000)
Aquisições da Eurovida	(88.000)	-
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(1.121.634)</u>	<u>1.840.727</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(341.890)	(374.031)
Emissão/(reembolso) de obrigações de caixa e outros	(231.987)	678.388
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(34.697)	(54.908)
Distribuição rendimento - "Additional Tier 1 Instruments"	(61.200)	(62.665)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(570)	(634)
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(670.344)</u>	<u>186.150</u>
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>685.181</u>	<u>(122.163)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.697.710	1.536.809
Aquisição da atividade da Eurovida	123.739	-
Aquisição da atividade do Popular Portugal	-	283.063
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.506.630	1.697.710

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta, SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta” “ST SGPS” ou “Grupo”) foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes ativos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco”). A Santander Totta tem por objeto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indireta do exercício de atividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Grupo adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Tendo em vista a reestruturação do negócio do Banco Popular em Portugal e a sua integração no Grupo Santander, o Banco e o Banco Santander, S.A., demonstraram intenção de alienar ao Banco todas as ações que representam o capital social e os direitos de voto do BAPOP para o Banco.

Neste sentido, o Banco Central Europeu em 22 de dezembro de 2017 comunicou a sua não oposição à compra pelo Banco da totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP e à fusão no Banco. Em consequência, a fusão foi registada em 27 de dezembro de 2017 (Nota 1.4).

A Santander Totta faz parte do Grupo Santander. Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2018 e 2017 encontram-se detalhados na Nota 41.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 527 balcões (635 balcões em 31 de dezembro de 2017), e de uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Em 31 de dezembro de 2018 a Sucursal do Banco em Londres foi encerrada. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras consolidadas e o Relatório de gestão de 31 de dezembro de 2018 foram aprovados em reunião do Conselho de Administração em 9 de abril de 2019.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2018, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2017, exceto as que decorrem de alterações normativas que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como pela União Europeia, o Banco adotou com referência a 1 de janeiro de 2018 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes'. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".
- **Alterações à IFRS 15**, 'Rédito de contratos com clientes'. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
- **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros'. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
- **IFRS 2 (alteração)**, 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
- **Melhorias às normas 2014 – 2016**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.
- **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada'. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Na sequência das normas e interpretações supra referidas foram identificados os seguintes impactos:

- a adoção e alteração da IFRS 15 não teve impacto nas atividades do Grupo, devido às mesmas serem essencialmente financeiras;
- a adoção das alterações à IFRS 2, não teve impacto pois o plano de incentivos de longo prazo com base em ações qualifica-se como “equity-settled”;
- os impactos da adoção da IFRS 9 estão apresentados na nota seguinte;
- as restantes alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras por não serem aplicáveis ou não terem existido transações no exercício.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Grupo, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- **IFRS 16** (nova), ‘Locações’. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.
- **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.
- **IFRIC 23** (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes’, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.
- **IAS 19 (alteração)**, ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”. O impacto no “asset ceiling” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.
- **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo 'principais utilizadores das demonstrações financeiras', sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- **Estrutura conceptual**, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
- **IFRS 17 (nova)**, 'Contratos de seguro'. Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

A adoção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações e da apresentação das demonstrações financeiras.

Quanto aos efeitos da aplicação da IFRS 16 e no que se refere ao regime de transição, o Grupo irá adotar abordagem retrospectiva modificada ajustando o saldo inicial no primeiro dia de aplicação (1º de janeiro de 2019). Durante o exercício de 2018 o Banco iniciou um projeto centrado na análise de todos os contratos de locação celebrados. A principal tipologia de contratos identificada que requer estimar um ativo por direito de uso e um passivo por locação são os arrendamentos do imóveis (balcões e serviços centrais) que estão afetos à atividade do Banco. A estimativa do ativo por direito de uso será aproximadamente 38.000 milhares de euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Comparabilidade da informação

O Banco adotou a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, em 1 de janeiro de 2018, utilizando o regime de transição “retrospectivo modificado”, o qual permite ao Banco não efetuar reexpressão dos valores comparativos e registar o efeito acumulado dos impactos da valorização dos ativos e passivos financeiros por contrapartida de resultados transitados a essa data. A IFRS 9 introduz novos requisitos no que respeita à (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas e (iii) contabilidade de cobertura. As principais variações foram:

ATIVO	31-12-2017	Classificação	Mensuração	01-01-2018
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.039.555	-	-	1.039.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.155	-	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.509.744	(842)	-	1.508.902
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.976.263	166.141	(27.971)	2.114.433
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.990.322	(165.299)	64.328	4.889.351
Ativos financeiros ao custo amortizado				
<i>Aplicações em instituições de crédito</i>	826.367	-	-	826.367
<i>Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado</i>	39.646.179	115.959	(28.142)	39.733.996
Investimentos detidos até à maturidade	108.808	(108.808)	-	-
Derivados de cobertura	15.349	-	-	15.349
Investimentos em associadas	122.170	-	-	122.170
Propriedades de investimento	353.957	-	-	353.957
Outros ativos tangíveis	353.520	-	-	353.520
Ativos intangíveis	36.586	-	-	36.586
Ativos por impostos	479.328	(2.217)	28.264	505.375
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.941	-	-	22.941
Outros ativos	942.477	-	-	942.477
Ativos não correntes detidos para venda	87.269	-	-	87.269
Total do Ativo	53.168.990	4.934	36.479	53.210.403
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.527.098	-	-	1.527.098
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.430.798	-	-	2.430.798
Passivos financeiros ao custo amortizado				
<i>Recursos de bancos centrais</i>	3.080.538	-	-	3.080.538
<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	4.351.906	-	-	4.351.906
<i>Recursos de clientes e outros empréstimos</i>	31.457.910	-	-	31.457.910
<i>Responsabilidades representadas por títulos</i>	4.543.288	-	-	4.543.288
Derivados de cobertura	39.275	-	-	39.275
Provisões	178.273	-	35.062	213.335
Provisões técnicas	411.816	-	-	411.816
Passivos por impostos	238.068	-	19.942	258.010
Instrumentos representativos de capital reembolsáveis	69.026	-	-	69.026
Outros passivos	808.762	-	-	808.762
Total do Passivo	49.136.758	-	55.004	49.191.762
Capital Próprio				
Capital	1.972.962	-	-	1.972.962
Outros instrumentos de capital	600.000	-	-	600.000
Reservas por rendimento integral acumulado	(304.565)	12.605	-	(291.960)
Outras reservas e resultados transitados	1.477.498	(7.671)	(18.525)	1.451.302
(Ações próprias)	(2.166)	-	-	(2.166)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do Banco	436.337	-	-	436.337
Dividendos antecipados	(150.000)	-	-	(150.000)
Capital próprio atribuível aos acionistas do Banco	4.030.066	4.934	(18.525)	4.016.475
Interesses minoritários	2.166	-	-	2.166
Total do Capital Próprio	4.032.232	4.934	(18.525)	4.018.641
Total do Passivo e do Capital Próprio	53.168.990	4.934	36.479	53.210.403

Os impactos apurados resultam maioritariamente do reconhecimento de perdas de crédito esperadas, da reavaliação de unidades de participação e de instrumentos de capital próprio ao seu justo valor e das alterações de classificação de ativos financeiros por via do modelo de negócio do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Para dar cumprimento ao regulamento n.º 1443/2017 do BCE e ao Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2019, a partir do exercício de 2018, o Banco procedeu à alteração da sua estrutura de apresentação das suas demonstrações financeiras. Caso essas alterações fossem aplicadas saldos comparativos relativos ao exercício de 2017, teriam as reclassificações apresentadas no quadro abaixo, e são divulgadas ao longo deste anexo, nas notas respetivas:

ATIVO	Notas	31-12-2017		Reportado reclassificado
		Reportado	Reclassificação	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 e 10	658.155	(108.569)	549.586
Ativos financeiros ao custo amortizado				
<i>Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado</i>	6, 10 e 17	39.646.179	165.730	39.811.909
Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	43	-	18.408	18.408
Outros ativos	10 e 17	942.477	(75.569)	866.908
		<u>41.246.811</u>	<u>-</u>	<u>41.246.811</u>
PASSIVO				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
<i>Recursos de clientes e outros empréstimos</i>	20	33.382.504	(107.159)	33.275.345
<i>Outros passivos financeiros</i>	20	-	362.051	362.051
Correções de valor em passivos inseridos em operações de cobertura	43	-	2.913	2.913
Outros passivos	20 e 23	808.762	(257.805)	550.957
		<u>34.191.266</u>	<u>-</u>	<u>34.191.266</u>
Demonstração de resultados				
Resultados em operações financeiras				
Alienação de outros ativos	33	42.133	(8.830)	33.303
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	21	(38.760)	32.281	(6.479)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	21	33.005	(32.281)	724
Resultados de ativos não correntes detidos para venda		-	8.830	8.830
		<u>36.378</u>	<u>-</u>	<u>36.378</u>

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre as atividades relevantes da investida para afetar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 26).

O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição são mensurados pelo justo valor determinado à data de aquisição.

Na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o ativo líquido da entidade adquirida, quando representam direitos efetivos na entidade. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Instrumentos representativos de capital". Os interesses que não controlam do Fundo Novimovest são reconhecidos como uma dedução à rubrica "Outros resultados de exploração" atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de “cash flows” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescentadas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

Por outro lado, o Grupo decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro, por contrapartida de resultados transitados. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos fixos tangíveis, permanecem refletidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para euros são registadas nos capitais próprios do Grupo na rubrica de “Reservas de reavaliação - De flutuação cambial”.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVPL”).

O Grupo avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Grupo.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Alienação de outros ativos”. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Grupo (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos custos de transação, e subseqüentemente são mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subseqüente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva por rendimento integral acumulado” até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantem em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de “Rendimentos de juros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os custos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu “bid-price” mais representativo, dentro do intervalo “bid-ask” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não introduziu alterações significativas face aos requisitos já previstos anteriormente, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere “accounting mismatch”. Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Conforme análise realizada pelo Grupo por referência a 1 de janeiro de 2018 não foram identificados impactos significativos da adoção da IFRS 9.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Grupo efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB.

Neste enquadramento, o Grupo decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável e para depósitos estruturados emitidos pelo Banco remunerados a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Grupo realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Grupo.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

O Grupo aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo sob o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Grupo mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Grupo adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito do Grupo e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de "impaired". Para esses ativos, o Grupo procede à sua classificação em Stage 3 pelo valor líquido da perda esperada. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Grupo monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (life time)) e não em 12 meses.

O Grupo utiliza sistemas de scorings e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Grupo usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta custos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e custos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Grupo para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Grupo avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Grupo de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Grupo mede a Perda Esperada para risco de Crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Análise individual

O processo análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default para efeitos de gestão interna de risco) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Grupo modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Grupo, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro-económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas. Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista, o cenário base e um cenário otimista. O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Grupo para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos são considerados como parte do custo inicial do seu respetivo custo, quando se traduzem em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das depreciações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de “Outros ativos”. Estes ativos foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

e) Ativos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

No exercício de 2018 o Grupo reconheceu 2.509 milhares de euros de ativos intangíveis gerados internamente. No exercício de 2017, o Grupo não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

f) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

g) Ativos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 17).

Quando se trata de unidades operacionais descontinuadas, de acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

O seu reconhecimento inicial é pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

h) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

i) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Banco Santander Totta S.A.

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 29 de 8 de agosto de 2016. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretores do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada em 2017, com base no método "*Projected Unit Credit*". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (87,64 euros por beneficiário e 37,93 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio na reforma – prémio fim de carreira. Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação e compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

Santander Totta Seguros (“Companhia”)

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. No entanto, nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o Grupo optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Grupo alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Grupo passou a registar na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rúbricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

j) Impostos sobre os lucros

A Sociedade e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

Com a redação dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2018 e 2017, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros (7% em 2017) 9%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31% (em 2017 29%).

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores, sendo este reduzido para cinco períodos de tributação ou prazo de reporte para prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2017. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, as entidades que apresentavam as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, emitidas pelo Banco de Portugal (NCA) passaram a aplicar as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, nas demonstrações financeiras individuais do Banco, a carteira de crédito de clientes e as garantias prestadas passou a estar sujeita ao registo de perdas por imparidade calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade IFRS 9 (em 2018) e IAS 39 (em 2017), em substituição do registo de provisões para risco específico, para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos anteriormente previstos no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95.

O Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro (Decreto Regulamentar) veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidades e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC no exercício de 2016. Esta metodologia foi também aplicada para o tratamento dos ajustamentos de transição relativos a imparidades do crédito das entidades que apresentavam anteriormente as suas demonstrações financeiras em NCAs.

Adicionalmente, o Decreto Regulamentar inclui uma norma transitória que prevê a possibilidade de a diferença positiva entre o valor de provisões para crédito constituídos a 1 de janeiro de 2016 ao abrigo do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95 e as perdas por imparidade registadas a essa mesma data referentes aos mesmos créditos ser considerada no apuramento do lucro tributável de 2016 apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e não utilizados. O Banco optou por aplicar a norma transitória.

O Decreto Regulamentar nº 11/2017 de 28 de dezembro veio prolongar para o exercício de 2017 o mesmo regime fiscal de 2016 e o Decreto Regulamentar nº 13/2018 de 28 de dezembro veio prolongar para o exercício de 2018 o mesmo regime fiscal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar para o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que viera a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e a Taxagest, BST, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma (em 2018) - sociedades dominadas.

O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria n.º 165-A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria n.º 121/2011, de 30 de março.

k) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., comercializa seguros de vida, e até dezembro de 2014, comercializou seguros não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos previstos na IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e do ramo não vida. A Santander Totta Seguros difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

- Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos ativos financeiros são classificados na rubrica de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, e as respetivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de “Reservas por rendimento integral acumulado” do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica “Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – “*shadow reserve*”)” por contrapartida de “Reservas por outro rendimento integral acumulado” do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados (“*shadow accounting*” previsto na IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

- Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

- Teste de adequacidade dos passivos

Nos termos da IFRS 4, a Santander Totta Seguros avalia a cada data de relato financeiro se os seus passivos por contratos de seguro reconhecidos são adequados, utilizando estimativas do valor atual dos fluxos de caixa futuros de acordo com os termos dos contratos. Se essa avaliação, designada por testes de adequacidade dos passivos, demonstrar que a quantia escriturada dos seus passivos por contratos de seguro é inadequada à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, a totalidade da insuficiência é reconhecida como perda na demonstração dos resultados.

I) Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização em conformidade com a Circular nº 9/2008, de 27 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

m) Reconhecimento de proveitos e custos – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da atividade de seguros – Prémios brutos emitidos, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados”.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos da IAS 39, como “Recursos de clientes e outros empréstimos”.

Os títulos afetos à atividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, com exceção dos títulos afetos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos “unit linked”), que se encontram registados na rubrica de “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados”.

n) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “*equity settled share-based payment transactions*”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 42.

o) Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital próprio pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica tem um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

1.4. Aquisição e Fusão do Banco Popular Portugal

Enquadramento

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do BAPOP.

Tendo em vista a reestruturação do negócio do Banco Popular em Portugal e a sua integração no Grupo Santander, o Banco e o Banco Santander, S.A., demonstraram intenção de transferir todas as ações que representam o capital social e os direitos de voto do BAPOP para o Banco.

Para o efeito, o Banco apresentou em 22 de setembro de 2017 ao Banco de Portugal e BCE um pedido de não oposição à aquisição de uma participação qualificada de 100% do capital e dos direitos de voto do BAPOP.

A aquisição pelo Banco justifica-se à luz do projeto estratégico do Grupo Santander, assente num grupo financeiro segmentado em filiais dotadas de autonomia em cada uma das principais geografias em que exerce a sua atividade, pretendendo-se que esta aquisição se assuma como um passo instrumental para permitir uma imediata e subsequente fusão por incorporação do BAPOP no Banco.

O Banco Central Europeu em 22 de dezembro de 2017 comunicou a sua não oposição à compra pelo Banco da totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP e à fusão do BAPOP no Banco. Em consequência, foi registada a fusão em 27 de dezembro de 2017.

O Banco adquiriu ao BAPOP as 513.000.000 ações representativas da totalidade do capital social pelo preço de 554.000 milhares de euros.

Impacto da Aquisição e Fusão

O resultado apurado na aquisição do BAPOP foi negativo em 8.411 milhares de euros, tendo sido determinado com base na estimativa do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, quando para alguns ativos e passivos o princípio de mensuração não é o previsto na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais.

O Banco aplicou a IAS 19 – Benefícios a empregados aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos.

Nos termos da IFRS 3, o Banco tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

A metodologia utilizada pelo Banco na determinação do justo valor dos principais ativos e passivos adquiridos pelo Banco pode ser resumida da seguinte forma:

- Relativamente às rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, atendendo à sua natureza, o justo valor estimado corresponde ao valor contabilístico dos ativos adquiridos.
- Quanto às rubricas “Aplicações em instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” atendendo à sua natureza, o justo valor estimado corresponde ao valor contabilístico dos ativos adquiridos.
- Para a rubrica “Crédito a clientes”, foi determinado o justo valor com base no valor bruto deduzido da imparidade estimada, como aproximação ao justo valor, dado que na determinação da imparidade é calculado o valor atual dos fluxos de caixa estimados.
- Relativamente à rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos”, para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os restantes depósitos de clientes, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados pelos clientes do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Relativamente aos títulos de dívida pública registados na rubrica “Ativos Financeiros disponíveis para venda” foram considerados os preços disponíveis em mercados ativos.
- Relativamente aos títulos de dívida pública registados na rubrica “Investimentos detidos até à maturidade” os mesmos foram reclassificados para a carteira “Ativos Financeiros disponíveis para venda” e valorizados aos preços disponíveis em mercados ativos.
- Relativamente aos imóveis recebidos em dação foram revistas as avaliações disponíveis e aplicados os critérios do Banco, para os imóveis com dificuldade de venda.

De forma subsequente à aquisição do BAPOP o Banco concretizou a operação de fusão através da transferência global do património do BAPOP segundo os valores constantes dos seus registos contabilísticos com referência à data de aquisição 27 de dezembro de 2017.

Apresentamos de seguida a reconciliação entre o balanço à data da aquisição e subsequente fusão e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos pelo Banco:

Balanço antes de aquisição e subsequente Fusão					
	Valor antes				
	de provisões,	Provisões,			
	imparidade e	imparidade e	Valor líquido	Justo valor	Valor ajustado
	amortizações	amortizações			
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	212.193	-	212.193	-	212.193
Disponibilidades em outras instituições de crédito	70.870	-	70.870	-	70.870
Ativos financeiros detidos para negociação	21.506	-	21.506	-	21.506
Ativos financeiros disponíveis para venda	281.749	-	281.749	558.852	840.601
Aplicações em instituições de crédito	60.497	-	60.497	-	60.497
Crédito a clientes	6.107.711	398.320	5.709.391	(263.417)	5.445.974
Investimentos detidos até à maturidade	519.495	-	519.495	(519.495)	-
Outros ativos tangíveis	112.987	55.598	57.389	-	57.389
Ativos intangíveis	6.328	4.692	1.636	-	1.636
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	31.081	3.680	27.401	(6.615)	20.786
Ativos por impostos correntes	10.425	-	10.425	47.088	57.513
Ativos por impostos diferidos	87.499	-	87.499	64.951	152.450
Outros ativos					
Ativos recebidos por recuperação de crédito	224.707	33.574	191.133	(72.000)	119.133
Outros ativos	134.449	423	134.026		134.026
Total de Ativo	7.881.497	496.287	7.385.210	(190.636)	7.194.574
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	20.758	-	20.758	-	20.758
Recursos de outras instituições de crédito	2.542.713	-	2.542.713	-	2.542.713
Recursos de clientes	3.954.233	-	3.954.233	-	3.954.233
Responsabilidades representadas por títulos	1.832	-	1.832	-	1.832
Derivados de cobertura	3.536	-	3.536	-	3.536
Provisões	9.706	-	9.706	-	9.706
Passivos por impostos diferidos	2.999	-	2.999	-	2.999
Outros passivos	87.208	-	87.208	26.000	113.208
Total de Passivo	6.622.985	-	6.622.985	26.000	6.648.985
Capital					
Capital	513.000	-	513.000	-	513.000
Prémios de emissão	10.109	-	10.109	-	10.109
Reservas de reavaliação	(43.285)	-	(43.285)	-	(43.285)
Outras reservas e resultados transitados	305.052	-	305.052	-	305.052
Resultado do exercício	(22.651)	-	(22.651)	-	(22.651)
Integração Popular	-	-	-	(216.636)	(216.636)
Total de capital	762.225	-	762.225	(216.636)	545.589
Total de Passivo + Capital	7.385.210	-	7.385.210	(190.636)	7.194.574
Valor de compra					(554.000)
Impacto da Fusão					(8.411)

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Justo valor

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são mensurados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Grupo independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*; e
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Banco apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Banco.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios de 2018 e 2017, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Grupo e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não concretizar-se.

Determinação dos passivos por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 1.3. k) acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2018 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida, de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão da Sociedade:

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Grupo nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação superior a 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Gestão de Seguros:

Esta área inclui os seguros de vida que, na estratégia de *cross selling*, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 31 de dezembro de 2018 e 2017 apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2018					
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	87.991	513.924	117.642	2.009	144.712	866.278
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	179	1.495	1.674
Margem financeira alargada	87.991	513.924	117.642	2.188	146.206	867.952
Comissões líquidas	47.007	313.883	28.498	(3.809)	(13.182)	372.398
Outros resultados da atividade bancária	-	3.420	-	764	(18.374)	(14.190)
Atividades seguradora	-	-	-	19.780	-	19.780
Margem comercial	134.998	831.227	146.141	18.923	114.651	1.245.940
Resultado de operações financeiras	13.732	4.433	1.631	16.786	(42.504)	(5.923)
Produto bancário	148.730	835.660	147.771	35.709	72.146	1.240.017
Custos de transformação	(24.147)	(498.580)	(38.368)	(14.794)	(3.332)	(579.221)
Amortizações do período	(2.786)	(37.554)	(837)	(670)	(0)	(41.846)
Margem de exploração	121.797	299.527	108.567	20.246	68.814	618.950
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	6.208	(22.483)	1.987	580	(249.755)	(263.463)
Equivalência patrimonial	-	-	-	7.344	7.224	14.568
Resultado antes de impostos	128.005	277.044	110.553	28.169	(173.716)	370.055
Impostos	(39.681)	(82.776)	(34.272)	(2.453)	289.079	129.897
Interesses minoritários	-	-	-	-	12	12
Resultado líquido do exercício	88.323	194.268	76.282	25.716	115.375	499.964

	31-12-2017					
	Corporate Investment Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Seguros	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira estrita	85.134	419.453	94.598	1.311	96.432	696.928
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	2.911	2.911
Margem financeira alargada	85.134	419.453	94.598	1.311	99.343	699.839
Comissões líquidas	39.744	285.753	18.329	(3.113)	(9.603)	331.110
Outros resultados da atividade bancária	-	5.923	-	(349)	(20.297)	(14.723)
Atividades seguradora	-	-	-	10.967	-	10.967
Margem comercial	124.878	711.129	112.927	8.816	69.443	1.027.193
Resultado de operações financeiras	12.166	3.961	1.860	(128)	102.624	120.483
Produto bancário	137.044	715.090	114.787	8.688	172.067	1.147.676
Custos de transformação	(22.936)	(423.024)	(32.564)	(9.203)	(2.551)	(490.278)
Amortizações do período	(2.853)	(33.001)	(1.069)	(735)	(1)	(37.659)
Margem de exploração	111.255	259.065	81.154	(1.250)	169.515	619.739
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	1.103	5.641	26.387	-	(71.405)	(38.274)
Equivalência patrimonial	-	-	-	3.015	6.277	9.292
Resultado antes de impostos	112.358	264.706	107.541	1.765	104.387	590.757
Impostos	(33.708)	(78.606)	(31.115)	518	(11.316)	(154.227)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(193)	(193)
Resultado líquido do exercício	78.650	186.100	76.426	2.283	92.878	436.337

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado exercício	
	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2017
SANTANDER TOTTA, SGPS,S.A.	Matriz	Matriz	100,00	100,00	3.900.018	3.730.898	3.866.379	3.659.916	629.671	447.754
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	99,96	99,96	99,96	99,96	55.173.578	52.850.084	3.404.774	3.510.488	475.535	695.630
TOTTA IRELAND, PLC (2)	-	-	99,96	99,96	491.050	449.882	460.759	449.743	2.790	812
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	-	-	99,96	99,96	239.145	122.175	25.662	116.184	(4.092)	1.819
TAXAGEST,SGPS,SA	1,00	1,00	99,96	99,96	55.740	55.745	55.739	55.742	(3)	(4)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	79,67	79,48	356.122	367.737	344.366	336.915	8.685	7.840
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	-	-	99,96	99,96	7.130	7.049	6.807	6.870	62	96
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	-	-	-	-	-	142	-	38	-	-
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	700.965	786.999	-3.481	(4.492)	1.011	1.294
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	679.746	755.365	-7.007	(4.329)	(2.678)	361
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	632.736	720.237	633.160	721.331	2.196	1.615
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	612.496	685.863	610.576	684.664	2.451	3.395
ATLANTES MORTGAGE NO 1 PLC	-	-	-	-	80.717	97.900	40	40	-	-
ATLANTES MORTGAGE NO 1 FTC	-	-	-	-	62.624	75.393	60.737	73.008	127	304
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	99,96	99,96	3.591.682	1.800.914	-	-	-	-
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	-	25,79	25,80	n.d.	11.273	n.d.	7.431	n.d.	252
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	-	-	21,85	21,85	347.331	347.928	107.282	102.658	20.234	24.309
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	-	-	25,76	25,76	105.824	143.683	100.304	98.294	2.010	3.887
BANIF INTERNACIONAL BANK, LTD	-	-	99,96	99,96	596	656	96	60	36	2.218
PRIMESTAR SERVICING, S.A. (3)	-	-	79,96	80,00	1.539	17.075	1.269	2.480	(169)	(1.392)
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	4.177.813	3.054.308	110.874	89.632	17.757	5.100
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	98.531	91.633	31.114	24.967	12.273	6.239
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	49,00	49,00	33.137	21.304	16.580	13.895	2.714	(87)
EUROVIDA - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A. (3)	-	-	-	-	15,93	-	984.565	-	108.669	-
POPULAR SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	-	-	100,00	-	20.455	-	9.364	-	217	-

As demonstrações financeiras de algumas empresas subsidiárias, associadas e entidades sob controlo conjunto estão pendentes de aprovação pelos respetivos Órgãos Sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que não haverá alterações com impacto significativo nos capitais próprios e no lucro consolidado do Grupo.

n.d. – não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
Santander Totta, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Integral
TOTTA IRELAND, PLC ⁽²⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽¹⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Portugal	Equivalência patrimonial
BANIF INTERNATIONAL BANK	Bancária	Bahamas	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA n° 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA n° 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA n° 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA n° 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	Fundo Imobiliário	Portugal	Equivalência patrimonial
PRIMESTAR SERVICING, S.A. ⁽³⁾	Gestão de investimentos	Portugal	Integral
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Equivalência patrimonial
EUROVIDA - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A. ⁽³⁾	Seguradora	Portugal	-
POPULAR SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral

- (1) A situação líquida desta subsidiária em 31 de dezembro de 2017 incluía prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros. Em setembro de 2018 as mesmas foram reembolsadas.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do “Resultado do período” correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.
- (3) As participações nestas sociedades estavam incluídas nos ativos adquiridos pelo Banco em Dezembro de 2017 na sequência da operação de aquisição e fusão do BAPOP descrita na Nota 1.4.

Em janeiro de 2018 a Sociedade adquiriu ao Banco Popular Espanha a sua participação na Eurovida. Em outubro de 2018 a Santander Totta Seguros adquiriu à Sociedade e ao Banco a participação na Eurovida, na mesma data procedeu à fusão por integração.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o balanço das sociedades Aegon Santander Portugal Vida e não Vida apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total	Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.313	4.385	6.698	2.415	1.461	3.876
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.272	21.226	85.498	65.562	12.518	78.080
Outros ativos tangíveis	45	-	45	88	-	88
Outros ativos intangíveis	7.158	4.361	11.519	7.614	4.636	12.250
Provisões Técnicas de resseguro cedido	14.822	649	15.471	14.256	288	14.544
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	9.896	2.373	12.269	1.680	1.761	3.441
Ativos por impostos e taxas	-	88	88	-	465	465
Acréscimos e diferimentos	12	55	67	8	175	183
Outros elementos do ativo	13	-	13	10	-	10
	<u>98.531</u>	<u>33.137</u>	<u>131.668</u>	<u>91.633</u>	<u>21.304</u>	<u>112.937</u>
Provisões Técnicas	48.802	8.380	57.182	48.748	4.895	53.643
Outros passivos financeiros	8.000	-	8.000	9.713	-	9.713
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	5.795	5.795	-	1.344	1.344
Passivos por impostos e taxas	3.092	1.412	4.504	1.180	132	1.312
Acréscimos e diferimentos	1.728	963	2.691	1.585	1.037	2.622
Capital	7.500	7.500	15.000	7.500	7.500	15.000
Reservas de reavaliação	837	86	923	1.133	121	1.254
Reservas por impostos diferidos	(218)	(21)	(239)	(283)	(27)	(310)
Outras Reservas	10.722	5.069	15.791	10.098	5.070	15.168
Resultados transitados	-	1.232	1.232	281	1.319	1.600
Resultado do período	12.273	2.714	14.987	6.239	(87)	6.152
	<u>98.531</u>	<u>33.137</u>	<u>131.668</u>	<u>91.633</u>	<u>21.304</u>	<u>112.937</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Carteira de títulos	3.379	3.210
Carteira de imóveis	297.625	353.957
Contas de terceiros	8.221	9.759
Disponibilidades	46.844	479
Acréscimos e diferimentos	54	332
	<u>356.123</u>	<u>367.737</u>
Capital do Fundo	344.366	336.915
Ajustamento e provisões	4.917	5.208
Contas de terceiros	4.540	23.186
Acréscimos e diferimentos	2.300	2.428
	<u>356.123</u>	<u>367.737</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 6.928 milhares de euros e 6.231 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Caixa	287.671	288.203
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	1.368.061	751.352
	<u>1.655.732</u>	<u>1.039.555</u>

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 de euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à RFI (nestas datas esta taxa é zero), o excesso tem uma penalização de 0,4%.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	195.767	6.548
Cheques a Cobrar	-	106.065
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à Ordem	655.131	543.038
Cheques a Cobrar	-	2.504
	<u>850.898</u>	<u>658.155</u>

Em 31 de dezembro de 2017, as sub-rubricas de “Cheques a cobrar” correspondiam a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, eram compensados nos dias úteis seguintes. Em 31 de dezembro de 2018 estas rubricas passaram a estar contabilizadas em “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” conforme Nota 10. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo destas sub-rubricas ascendiam a 108.569 milhares de euros conforme Nota 1.2.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem no montante de 66.131 milhares de euros e 78.870 milhares de euros, respetivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)7. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.201.295	1.505.691
Títulos – Unidades de participação	3.379	3.525
Ações	-	528
	<u>1.204.674</u>	<u>1.509.744</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>1.239.713</u>	<u>1.527.098</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão registados os seguintes derivados:

	<u>31-12-2018</u>			<u>31-12-2017</u>		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)
Forwards	2.157	1.817	340	7.344	7.254	90
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (Cross Currency Swaps)	692	688	4	-	-	-
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	7	7.055	(7.048)	161	4.988	(4.827)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.115.664	1.143.613	(27.949)	1.379.148	1.398.396	(19.248)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	2.868	7.170	(4.302)	7.792	4.584	3.208
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.877	1.846	31	2.405	2.362	43
Contratos de taxa de juro	-	-	-	154	154	-
Contratos sobre cotações	2.186	2.216	(30)	10.950	12.247	(1.297)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	75.844	75.308	536	97.737	97.113	624
	<u>1.201.295</u>	<u>1.239.713</u>	<u>(38.418)</u>	<u>1.505.691</u>	<u>1.527.098</u>	<u>(21.407)</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de ativo e passivo relativas a “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 15.550 milhares de euros e 22.716 milhares de euros de “*Credit Value Adjustments*” e de “*Debit Value Adjustments*”, respetivamente (25.000 milhares euros e 30.594 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 43.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Títulos - Unidades de participação” correspondia essencialmente a unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS OBRIGATORIAMENTE AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do tesouro	1.160.936	935.358
Dívida subordinada	56.755	-
Dívida não subordinada	125.232	77.152
Emitidos por não residentes		
De emissores públicos estrangeiros	296.928	81.777
De outros emissores não residentes	674.332	665.775
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	279.185	2.530
Emitidos por não residentes	460.442	213.671
	<u>3.053.810</u>	<u>1.976.263</u>

Os juros e os resultados da valorização destes ativos financeiros ao seu justo valor foram refletidos na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

Descrição	31-12-2018					31-12-2017			
	Produtos "Unit link"		Outros produtos		Justo Valor	Produtos "Unit link"		Outros produtos	
	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber		Capital	Juros a receber	Capital	Justo Valor
Instrumentos de dívida									
Emitidos por residentes									
Obrigações do Tesouro	1.142.510	18.426	-	-	1.160.936	917.012	18.346	-	935.358
Dívida subordinada	-	-	56.745	10	56.755	-	-	-	-
Dívida não subordinada	123.032	2.200	-	-	125.232	75.491	1.661	-	77.152
Emitidos por não residentes									
Emissores públicos estrangeiros	294.558	2.370	-	-	296.928	80.884	893	-	81.777
Dívida não subordinada	660.955	13.377	-	-	674.332	652.809	12.966	-	665.775
Instrumentos de capital									
Emitidos por residentes	102.629	-	176.556	-	279.185	1.957	-	573	2.530
Emitidos por não residentes	458.547	-	1.895	-	460.442	213.671	-	-	213.671
	<u>2.782.231</u>	<u>36.373</u>	<u>235.196</u>	<u>10</u>	<u>3.053.810</u>	<u>1.941.824</u>	<u>33.866</u>	<u>573</u>	<u>1.976.263</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			IFRS 9	Imparidade	Valor de balanço
			Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
(Nota 21)								
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Obrigações do Tesouro	4.535.206	83.915	395.533	(100)	395.433	-	-	5.014.554
Outros residentes								
Dívida não subordinada	70.937	1.564	225	(72)	153	-	(3)	72.651
Emitidos por não residentes								
De emissores públicos estrangeiros	742.006	5.383	23.917	(1.914)	22.003	-	-	769.392
Outros não residentes	57.296	476	506	(244)	262	-	-	58.034
	<u>5.405.445</u>	<u>91.338</u>	<u>420.181</u>	<u>(2.330)</u>	<u>417.851</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>5.914.631</u>
Instrumentos de capital								
Emitidos por residentes								
Valorizados ao justo valor	13.835	-	581	-	581	64.328	-	78.744
Emitidos por não residentes								
Valorizados ao justo valor	1.695	-	-	-	-	-	-	1.695
	<u>15.530</u>	<u>-</u>	<u>581</u>	<u>-</u>	<u>581</u>	<u>64.328</u>	<u>-</u>	<u>80.439</u>
	<u>5.420.975</u>	<u>91.338</u>	<u>420.762</u>	<u>(2.330)</u>	<u>418.432</u>	<u>64.328</u>	<u>(3)</u>	<u>5.995.070</u>

	31-12-2017						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de			Imparidade	Valor de balanço
			Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total		
(Nota 21)							
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do Tesouro	3.351.464	81.841	324.950	-	324.950	(90)	3.758.165
Outros residentes							
Dívida não subordinada	250.048	8.586	1.906	-	1.906	(230)	260.310
Dívida subordinada	63.138	14	-	(10.116)	(10.116)	(2.827)	50.209
Emitidos por não residentes							
De emissores públicos estrangeiros	761.893	5.777	20.775	(104)	20.671	-	788.341
Outros não residentes	2.598	74	27	-	27	-	2.699
	<u>4.429.141</u>	<u>96.292</u>	<u>347.658</u>	<u>(10.220)</u>	<u>337.438</u>	<u>(3.147)</u>	<u>4.859.724</u>
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Valorizados ao justo valor	102.715	-	807	(127)	680	(24.523)	78.872
Valorizados ao custo histórico	85.061	-	-	-	-	(35.026)	50.035
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	1.429	-	-	-	-	-	1.429
Valorizados ao custo histórico	1.660	-	-	-	-	(1.398)	262
	<u>190.865</u>	<u>-</u>	<u>807</u>	<u>(127)</u>	<u>680</u>	<u>(60.947)</u>	<u>130.598</u>
	<u>4.620.006</u>	<u>96.292</u>	<u>348.465</u>	<u>(10.347)</u>	<u>338.118</u>	<u>(64.094)</u>	<u>4.990.322</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As rubricas de Obrigações do Tesouro apresentavam as seguintes características:

Descrição	31-12-2018				31-12-2017				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal									
. Com vencimento a um ano	3.179	82	18	3.279	1.650	40	6	-	1.695
. Com vencimento entre um e três anos	18.718	267	542	19.527	8.036	197	207	-	8.440
. Com vencimento entre três e cinco anos	72.834	503	3.301	76.638	6.338	134	591	-	7.063
. Com vencimento entre cinco e dez anos	4.203.814	76.035	382.434	4.662.283	3.101.044	74.596	323.073	-	3.498.713
. Com vencimento a mais de dez anos	236.661	7.028	9.138	252.827	233.912	6.870	1.073	-	241.855
Outros	-	-	-	-	484	4	-	(90)	398
	<u>4.535.206</u>	<u>83.915</u>	<u>395.433</u>	<u>5.014.554</u>	<u>3.351.464</u>	<u>81.841</u>	<u>324.950</u>	<u>(90)</u>	<u>3.758.165</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha									
. Com vencimento a um ano	17.252	239	332	17.823	16.426	366	228	-	17.020
. Com vencimento entre um e três anos	37.049	769	1.277	39.095	32.057	535	1.956	-	34.548
. Com vencimento entre três e cinco anos	71.781	1.464	1.317	74.562	45.670	970	1.086	-	47.726
. Com vencimento entre cinco e dez anos	451.780	2.267	8.838	462.885	378.268	2.047	2.044	-	382.359
. Com vencimento a mais de dez anos	10.024	210	245	10.479	43.446	420	179	-	44.045
	<u>587.886</u>	<u>4.949</u>	<u>12.009</u>	<u>604.844</u>	<u>515.867</u>	<u>4.338</u>	<u>5.493</u>	-	<u>525.698</u>
Obrigações do Tesouro - Outros países									
. Com vencimento a um ano	33.289	1	1.247	34.537	644	2	3	-	649
. Com vencimento entre um e três anos	17.506	49	263	17.818	34.975	4	3.275	-	38.254
. Com vencimento entre três e cinco anos	45.904	251	1.355	47.510	18.287	163	269	-	18.719
. Com vencimento entre cinco e dez anos	44.912	121	1.845	46.878	50.675	187	5.862	-	56.724
. Com vencimento a mais de dez anos	12.509	12	5.284	17.805	141.445	1.083	5.769	-	148.297
	<u>154.120</u>	<u>434</u>	<u>9.994</u>	<u>164.548</u>	<u>246.026</u>	<u>1.439</u>	<u>15.178</u>	-	<u>262.643</u>
	<u>5.277.212</u>	<u>89.298</u>	<u>417.436</u>	<u>5.783.946</u>	<u>4.113.357</u>	<u>87.618</u>	<u>345.621</u>	<u>(90)</u>	<u>4.546.506</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 311.387 milhares de euros e 94.669 milhares de euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 20).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Instrumentos de dívida – Emitidos por outros residentes” incluía, entre outros, os seguintes títulos:

Descrição	31-12-2018				31-12-2017					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	-	-	-	-	199.827	7.144	295	-	207.265	
CGD 3% 2014/2019	50.000	1.442	29	(3)	51.468	49.991	1.611	-	53.044	
Altri / Celbi tx var 06-03-2024	701	5	(8)	-	698	-	-	-	-	
BCP 0.75 31-05-2022	2.091	9	32	-	2.132	-	-	-	-	
Celulose Beira Industria Tx Var 22-02-2024	450	4	-	-	454	-	-	-	-	
Celulose Beira Industria Tx Var 14-07-2027	695	7	(9)	-	693	-	-	-	-	
Brisa Concessao Rodov Sa 1,875 30-04-2025	199	3	5	-	207	-	-	-	-	
Cp Comboios De Portugal 4,17 16-10-2019	258	2	-	-	260	-	-	-	-	
Caixa Geral De Depositos 1 27-01-2022	3.636	33	44	-	3.713	-	-	-	-	
Refer-Rede Ferroviaria 4,25 13-12-2021	1.301	2	22	-	1.325	-	-	-	-	
Galp Energia Sgps Sa 1 15-02-2023	994	9	(35)	-	968	-	-	-	-	
Galp Gas Natural Distrib 1,375 19-09-2023	1.996	8	(11)	-	1.993	-	-	-	-	
Hovione Farmaciencia Sa Tx Var 02-10-2023	609	4	(8)	-	605	-	-	-	-	
Jose De Mello Saude Tx Var 09-06-2019	251	1	-	-	252	-	-	-	-	
Jose De Mello Saude Tx Var 17-05-2021	286	1	1	-	288	-	-	-	-	
Jose De Mello Saude 4 28-09-2023	700	7	8	-	715	-	-	-	-	
Parpublica 3,75 05-07-2021	716	13	42	-	771	-	-	-	-	
Saudacor Sa Tx Var 20-12-2019	907	1	-	-	908	-	-	-	-	
Saudacor Sa Tx Var 20-06-2022	800	1	13	-	814	-	-	-	-	
Sprhi Sa Tx Var 29-09-2021	735	7	14	-	756	-	-	-	-	
Parpublica 3,567 22-09-2020	376	4	15	-	395	-	-	-	-	
OB.HEFESTO STC SASERIE-1 CL-R	3.100	-	-	-	3.100	-	-	-	-	
Outros	136	1	(1)	-	136	230	-	(230)	-	
	<u>70.937</u>	<u>1.564</u>	<u>153</u>	<u>(3)</u>	<u>72.651</u>	<u>250.048</u>	<u>8.586</u>	<u>1.906</u>	<u>(230)</u>	<u>260.310</u>
Dívida subordinada										
CXGD Float 06/49	-	-	-	-	45.780	9	(8.520)	-	37.269	
CXGD Float 49-15	-	-	-	-	14.533	2	(1.596)	-	12.940	
BPSM97 - TOPS - OB. PERP. SUB	-	-	-	-	2.825	3	-	(2.827)	-	
	-	-	-	-	<u>63.138</u>	<u>14</u>	<u>(10.116)</u>	<u>(2.827)</u>	<u>50.209</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Instrumentos de dívida – Outros emissores não residentes” incluía os seguintes títulos:

Descrição	31-12-2018				31-12-2017			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço
BBVA 3.75% 17/1/18	-	-	-	-	1.302	47	-	1.349
Santan Consumer Finance 0.875 % 24-01-2022	7.524	61	(5)	7.580	-	-	-	-
Adif Alta Velocidad 1,875 22-09-2022	5.297	26	74	5.397	-	-	-	-
Edp Finance Bv 1,125 12-02-2024	3.006	30	(1)	3.035	-	-	-	-
Santan Consumer Finance 1 26-05-2021	2.125	13	3	2.141	-	-	-	-
Banco Bilbao Vizcaya Arg 0,75 11-09-2022	1.994	5	(26)	1.973	-	-	-	-
Ren Finance Bv 1,75 01-06-2023	1.905	19	57	1.981	-	-	-	-
Criteria Caixa Sa 1,5 410-05-2023	1.899	18	(41)	1.876	-	-	-	-
Crítéria Caixa Sa 1,625 21-04-2022	1.815	20	(8)	1.827	-	-	-	-
Nykredit 0,75 14-07-2021	1.508	5	-	1.513	-	-	-	-
Banco Bilbao Vizcaya Arg 0,625 17-01-2022	1.499	9	5	1.513	-	-	-	-
Banco Bilbao Vizcaya Arg 1 20-01-2021	1.424	13	(3)	1.434	-	-	-	-
Edp Finance Bv 4,875 14-09-2020	1.351	18	(1)	1.368	-	-	-	-
Banco De Sabadell 0,875 05-03-2023	1.195	9	(54)	1.150	-	-	-	-
Adif Alta Velocidad 3,5 27-05-2024	1.102	21	36	1.159	-	-	-	-
Cassa Depositi Prestiti 2,75 31-05-2021	1.095	17	4	1.116	-	-	-	-
Adif Alta Velocidad 0,8 05-07-2023	1.091	4	19	1.114	-	-	-	-
Volkswagen Leasing Gmbh 2,375 06-09-2022	1.059	8	(23)	1.044	-	-	-	-
State Grid Europe Develo 1,5 26-01-2022	999	14	24	1.037	-	-	-	-
Aurizon Network Pty Ltd 2 18-09-2024	995	6	29	1.030	-	-	-	-
Bharti Airtel International 3,375 20-05-2021	952	20	3	975	-	-	-	-
Dexia Credit Local 0,625 03-02-2024	898	5	17	920	-	-	-	-
Achmea Hypotheekbank Nv 2,75 18-02-2021	876	20	18	914	-	-	-	-
Caixabank Sa 1,125 17-05-2024	799	6	(16)	789	-	-	-	-
Spp Distribucia As 2,625 23-06-2021	714	10	21	745	-	-	-	-
Santander Consumer Bank 0,75 17-10-2022	700	1	(8)	693	-	-	-	-
Dvb Bank Se 1,25 22-04-2020	699	6	7	712	-	-	-	-
Cassa Depositi Prestiti 0 75 21-11-2022	699	1	(26)	674	-	-	-	-
Cellnex Telecom 3,125 27-07-2022	643	8	(7)	644	-	-	-	-
Edp Finance Bv 1,875 29-09-2023	638	3	10	651	-	-	-	-
Ep Energy As 5,875 01-11-2019	612	6	14	632	-	-	-	-
Myan Nv 1,25 23-11-2020	605	1	(1)	605	-	-	-	-
Cores 1,5 27-11-2022	599	1	28	628	-	-	-	-
Intesa Sanpaolo Spa 0,5 02-02-2020	597	1	(3)	595	-	-	-	-
Ren Finance Bv 2,5 12-02-2025	525	11	3	539	-	-	-	-
SANTAN 4% 7/4/20	512	15	14	541	-	-	-	-
Pko Fin Ab (Pko Bank Pl) 2,324 23-01-2019	500	11	-	511	-	-	-	-
British Sky Broadcasting 1,875 24-11-2023	500	1	22	523	-	-	-	-
Outros	6.345	33	77	6.455	1.296	27	27	1.350
	<u>57.296</u>	<u>476</u>	<u>262</u>	<u>58.034</u>	<u>2.598</u>	<u>74</u>	<u>27</u>	<u>2.699</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Instrumentos de capital” incluía os seguintes títulos:

Descrição	31-12-2018				31-12-2017			
	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	IFRS 9	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
SIBS - SGPS, S.A.	3.985	-	64.328	68.313	3.985	-	-	3.985
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A.	3.218	-	-	3.218	3.749	-	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. - PS	3.218	-	-	3.218	3.749	-	(531)	3.218
VISA INC series C	1.431	-	-	1.431	1.429	-	-	1.429
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	1.296	-	-	1.296	-	-	-	-
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOC. DE CAP. DE RISCO	850	-	-	850	1.065	-	(214)	851
LISGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	517	-	-	517	-	-	-	-
GARVAL - SOC. DE GARANTIA MUTUA S	287	27	-	314	201	19	-	220
FUNFRAP-FUNDICAO PORTUGUESA, S.A	274	491	-	765	274	491	-	765
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	-	-	-	-	40.366	(105)	-	40.261
AQUARIUS, FCR	-	-	-	-	19.753	-	-	19.753
ARRENDAMENTO MAIS -FIIFAH	-	-	-	-	14.431	-	-	14.431
UNICAMPOS-FEI IMOBILIARIO FECHADO	-	-	-	-	1.500	14	-	1.514
FCR PORTUGAL VENTURES VALOR 2	-	-	-	-	3.836	171	(3.099)	909
FII FECHADO GEF II	-	-	-	-	391	16	-	406
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	-	-	-	-	30.086	-	(12.715)	17.371
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent	-	-	-	-	18.850	-	(4.000)	14.850
BANIF PROPERTY	-	-	-	-	15.350	-	(10.000)	5.350
Títulos com imparidade a 100%	-	-	-	-	28.391	-	(28.391)	-
Outros	454	63	-	517	3.459	74	(1.466)	2.067
	<u>15.530</u>	<u>581</u>	<u>64.328</u>	<u>80.439</u>	<u>190.865</u>	<u>680</u>	<u>(60.947)</u>	<u>130.598</u>

A valorização da participação na SIBS foi efetuada com base em avaliações decorrentes de uma consulta ao mercado para uma potencial transação de uma participação minoritária da participada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor, apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

	31-12-2018				31-12-2017			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço
<u>Instrumentos de dívida</u>								
. Entre 0% e 25%	<u>130.609</u>	<u>703</u>	<u>(2.330)</u>	<u>128.982</u>	<u>83.736</u>	<u>142</u>	<u>(10.220)</u>	<u>73.658</u>
<u>Instrumentos de capital</u>								
. Entre 0% e 25%	-	-	-	-	40.463	-	(118)	40.345
. Entre 25% e 50%	-	-	-	-	19	-	(9)	10
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.482</u>	<u>-</u>	<u>(127)</u>	<u>40.355</u>
	<u>130.609</u>	<u>703</u>	<u>(2.330)</u>	<u>128.982</u>	<u>124.218</u>	<u>142</u>	<u>(10.347)</u>	<u>114.013</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)10. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica aplicações em instituições de crédito tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Aplicações em outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos	102.218	200.100
Empréstimos	87.354	121.627
Outras aplicações	-	260
Juros a Receber	497	3.219
	<u>190.069</u>	<u>325.206</u>
Aplicações em outras Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	66.292	78.897
Depósitos	270.562	275.006
Empréstimos	-	748
Outras aplicações	148.180	146.395
Juros a Receber	12	115
	<u>485.046</u>	<u>501.161</u>
	<u>675.115</u>	<u>826.367</u>
Perdas por imparidade (Nota 21)	(84)	-
	<u>675.031</u>	<u>826.367</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” inclui contas margem de 147.927 milhares de euros e 145.501 milhares de euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Crédito não titulado		
Crédito interno		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	208.795	253.651
Empréstimos	9.326.549	9.599.810
Crédito em conta corrente	1.126.534	1.337.239
Descobertos em depósitos à ordem	138.330	147.793
Créditos tomados - factoring	1.506.932	1.528.015
Locação Financeira	1.158.855	1.158.310
Outros Créditos	43.384	90.151
A particulares		
Habitação	14.514.864	15.636.395
Consumo e outros	2.148.876	2.305.899
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	394.738	273.386
Crédito em conta corrente	10.002	8.366
Descobertos em depósitos à ordem	646	78
Créditos tomados - factoring	65.353	50.832
Locação Financeira	3.708	4.650
Outros Créditos	7.254	55.817
A particulares		
Habitação	437.347	469.823
Consumo e outros	64.694	45.685
	<u>31.156.861</u>	<u>32.965.900</u>
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada	<u>4.081.130</u>	<u>4.280.415</u>
Ativos titularizados não desreconhecidos - particulares - crédito à habitação	4.419.095	2.835.628
Créditos e juros vencidos		
Até 90 dias	23.768	45.451
Há mais de 90 dias	599.360	1.187.846
	<u>623.128</u>	<u>1.233.297</u>
	<u>40.280.214</u>	<u>41.315.240</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	75.366	87.805
Crédito Titulado	16.463	15.263
Ativos titularizados não desreconhecidos	3.138	1.462
Correcções de valor de ativos objecto de cobertura	-	18.408
Despesas com encargo diferido	86.999	73.742
Cheques a cobrar	75.423	-
Devedores	297.961	-
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(128.952)	(124.876)
	<u>426.398</u>	<u>71.804</u>
	<u>40.706.612</u>	<u>41.387.044</u>
Imparidade em crédito a clientes e outros devedores (Nota 21)	<u>(1.109.486)</u>	<u>(1.740.865)</u>
	<u>39.597.126</u>	<u>39.646.179</u>

Em 31 de dezembro de 2018 esta rubrica passou a reconhecer os cheques a cobrar e os devedores diversos reclassificados da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" (Nota 6) e "Outros ativos" (Nota 17), respetivamente. Adicionalmente, foram reclassificados para rubrica própria do balanço as correcções de valor de ativos objeto de cobertura (ver Nota 43). Em 31 de dezembro de 2017, os saldos destas rubricas ascendiam a 165.730 milhares de euros conforme Nota 1.2.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 723.987 milhares de euros e 526.119 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registados no exercício de 2018 e 2017 ganhos líquidos nos montantes de (12.480) milhares de euros e 31.512 milhares de euros, respetivamente (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco e pelo ex-BAPOP nos montantes de 8.937.341 milhares de euros e 9.980.181 milhares de euros, respetivamente (Nota 20).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2018 e 2017 é apresentado na Nota 21.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Até três meses	23.767	45.451
Entre três meses e seis meses	28.287	26.243
Entre seis meses e um ano	61.971	220.723
Entre um ano e três anos	312.347	381.315
Mais de três anos	<u>196.756</u>	<u>559.565</u>
	<u>623.128</u>	<u>1.233.297</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte detalhe:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Perdas imparidade</u>	<u>Cobertura</u>
Stage 1	36.709.012	(79.592)	0,22%
Stage 2	1.962.197	(96.651)	4,93%
Stage 3	<u>2.035.403</u>	<u>(933.243)</u>	45,85%
	<u>40.706.612</u>	<u>(1.109.486)</u>	

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>			<u>31-12-2017</u>		
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	10.079	(67.509)	(57.430)	14.620	(34.412)	(19.792)
Swaps cotações (equity swap)	20	(1.714)	(1.694)	636	(2.184)	(1.548)
Opções AutoCallable	-	-	-	93	(492)	(399)
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	63.365	(332)	63.033	-	(2.187)	(2.187)
Forward sales	-	(21.001)	(21.001)	-	-	-
	<u>73.464</u>	<u>(90.556)</u>	<u>(17.092)</u>	<u>15.349</u>	<u>(39.275)</u>	<u>(23.926)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2018								
	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outras moedas
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
Compra	340	183.469	118.303	10.622	32.524	136	345.054	171.021	174.033
Venda		183.335	118.190	10.600	32.503	136	344.764	171.619	173.145
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra		744.584	-	400	-	-	744.984	1.301	743.683
Venda	(7.048)	750.876	-	417	-	-	751.293	749.943	1.350
Swaps taxas de juro	(27.949)	41.837	1.881.966	263.484	2.562.893	21.339.402	26.089.582	26.052.761	36.821
Swaps divisas (cross currency swaps)									
Compra	4	7.631					7.631	7.631	-
Venda		7.631					7.631	7.631	-
Swaps cotações (equity swap)	(4.302)	138.295	-	-	-	378.934	517.229	517.229	-
Opções de moeda									
Compras	31	52.276	50.603	101.607	5.240	-	209.726	-	209.726
Vendas		52.276	50.603	101.607	5.240	-	209.726	-	209.726
Opções de cotações									
Compras		64.728	49.450	90.693	146.926	-	351.797	351.797	-
Vendas	(30)	64.728	49.450	90.693	146.926	-	351.797	351.797	-
Outros (Caps & Floors)	536	257.600	773.410	440.105	265.011	889.194	2.625.320	2.625.320	-
	(38.418)	2.549.266	3.091.974	1.110.228	3.197.263	22.607.802	32.556.533	31.008.050	1.548.483
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(5.795)	-	-	-	-	80.000	80.000	80.000	-
Passivos e crédito	(51.635)	-	19.078	58.152	804.385	2.504.626	3.386.241	3.200.390	185.851
Swaps de cotações (equity swaps)	(1.694)	26.619	16.136	30.126	35.565	-	108.446	140	108.306
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Fluxos de caixa	63.033	56.746	192.081	1.102.594	9.000.000	-	10.351.421	10.351.421	-
Forwards sale	(21.001)	377.402	-	558.511	-	-	935.913	935.913	-
	(17.092)	460.767	227.295	1.749.383	9.839.950	2.584.626	14.862.021	14.567.864	294.157
31-12-2017									
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outras moedas
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
Compra	90	180.229	15.725	8.686	355	-	204.996	91.276	113.720
Venda		157.106	34.944	21.591	1.068	-	214.709	110.440	104.269
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra		699.485	4.202	279	-	-	703.967	10.681	693.286
Venda	(4.827)	704.179	4.290	284	-	-	708.753	698.094	10.659
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	(19.248)	30.006	58.895	33.119	4.201.883	21.507.196	25.831.099	25.791.355	39.744
Swaps cotações (equity swap)	3.208	-	-	298.077	138.295	259.126	695.497	695.497	-
Opções de moeda									
Compras	43	77.127	24.547	55.124	20.220	-	177.018	-	177.018
Vendas		74.799	24.547	55.124	20.220	-	174.690	-	174.690
Opções de cotações									
Compras	(1.297)	-	-	-	204.862	-	204.862	204.862	-
Vendas		-	-	-	204.862	-	204.862	204.862	-
Outros (Caps & Floors)	624	783	10.945	831.619	1.627.014	958.037	3.428.399	3.428.399	-
	(21.407)	1.923.715	178.095	1.303.903	6.418.778	22.724.359	32.548.850	31.235.465	1.313.386
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3.536)	50.000	-	30.000	-	-	80.000	80.000	-
Passivos e crédito	(16.256)	641	-	23.063	297.653	2.774.714	3.096.070	2.929.306	166.764
Opções auto-cancellable	(399)	196.916	-	-	-	-	196.916	196.916	-
Swaps de cotações (equity swaps)	(1.548)	141.339	396.089	65.439	69.644	-	672.511	542.766	129.745
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Fluxos de caixa	(2.187)	-	-	172.348	351.422	-	523.771	523.771	-
	(23.926)	388.895	396.089	290.851	718.719	2.774.714	4.569.268	4.272.759	296.509

O Grupo realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Grupo transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IFRS 9, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
No país				
AEGON Santander Portugal Não Vida	49,00	16.268	49,00	14.952
AEGON Santander Portugal Vida	49,00	33.627	49,00	30.616
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	1.918	25,79	1.853
EUROVIDA - Companhia de Seguros de Vida		-	15,00	22.579
Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest	25,77	25.847	25,77	25.329
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,86	35.634	21,86	32.373
		<u>113.294</u>		<u>127.702</u>
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 21)				
EUROVIDA - Companhia de Seguros de Vida		-		(3.679)
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(1.918)		(1.853)
		<u>(1.918)</u>		<u>(5.532)</u>
		<u>111.376</u>		<u>122.170</u>

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. era detida indiretamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe). Em setembro de 2018 o Banco adquiriu esta participação para a sua carteira.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer na Sociedade decorrentes das participações nas mesmas.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>297.625</u>	<u>353.957</u>

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Terrenos		
Urbanizados	14.643	15.023
Não urbanizados	1.141	1.109
Construções acabadas		
Arrendadas	222.946	260.872
Não arrendadas	41.070	60.198
Projetos de construção	17.825	16.755
	<u>297.625</u>	<u>353.957</u>

Por outro lado, durante os exercícios de 2018 e 2017, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Rendas (Nota 35)	15.252	15.586
Condomínio	(1.166)	(1.219)
Conservação e reparação	(12)	(878)
Seguros	(197)	(231)
	<u>13.877</u>	<u>13.259</u>

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” nos exercícios de 2018 e 2017 foi como segue:

	2018				Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 31-12-2017	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>353.957</u>	<u>2.399</u>	<u>(2.290)</u>	<u>(56.441)</u>	<u>297.625</u>
	2017				Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>378.374</u>	<u>-</u>	<u>(6.914)</u>	<u>(17.503)</u>	<u>353.957</u>

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias em propriedades de investimento” (Nota 35).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 18.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	31-12-2018	31-12-2017
Propriedades de investimento	297.625	353.957

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em	Valor em	Técnica de valorização	Inputs relevantes
		31-12-2018	31-12-2017		
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	34.447	34.398	Método do rendimento	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
S ^o Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Urbanizado	41.694	41.063	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	26.365	26.050	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.896	15.916	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.699	11.941	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.878	12.262	Método de rendimento / Método comparativo de mercado Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	12.128	12.240	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4	Arrendado (SPC 1)	-	10.312	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2
Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Não urbanizado	10.576	9.661	Método comparativo de mercado/ Método do custo Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de Construção e comercialização por m2
		<u>164.683</u>	<u>173.843</u>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017																				
	Transferências																	Valor líquido			
	31-12-2016			Fusão BAPOP			De/Para outros ativos						Entre ativos tangíveis/intangíveis		Amortizações do período	Dotações de Imparidade	Reversões de Imparidade		31-12-2017		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 21)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto					Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto
Ativos tangíveis																					
Imóveis																					
. Imóveis de serviço próprio	402.251	145.610	3.871	79.645	21.816	2.411	6.779	282	151	(16.786)	(5.767)	89	-	7.399	380	(381)	471.696	168.907	6.281	296.508	
. Despesas em edifícios arrendados	148.941	141.295	-	11.985	11.114	-	807	151	154	59	40	-	-	2.551	-	-	161.641	154.846	-	6.795	
. Outros imóveis	1.307	148	20	-	-	-	-	1.000	141	-	-	-	-	4	-	-	307	11	20	276	
Ativos tangíveis em curso																					
. Imóveis de serviço próprio	88	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	(89)	-	-	-	-	-	-	-	-	
	552.587	287.053	3.891	91.630	32.930	2.411	7.587	1.433	446	(16.727)	(5.727)	-	-	9.954	380	(381)	633.644	323.764	6.301	303.579	
Equipamento																					
. Mobiliário e material	23.944	20.164	-	2.303	2.183	-	2.522	83	82	-	-	-	-	924	-	-	28.686	23.189	-	5.497	
. Máquinas e ferramentas	6.068	5.499	-	309	261	-	603	3	3	-	-	(4)	-	164	-	-	6.973	5.921	-	1.052	
. Equipamento informático	96.891	85.071	-	9.170	8.841	-	2.727	923	906	-	-	-	-	4.155	-	-	107.865	97.161	-	10.704	
. Instalações interiores	28.698	15.644	-	2.365	2.036	-	6.177	21	15	(390)	(193)	-	-	2.321	-	-	36.829	19.793	-	17.036	
. Material de transporte	20.739	9.923	-	35	35	-	3.089	3.634	2.792	-	(1)	-	-	1.986	-	-	20.229	9.151	-	11.078	
. Equipamento de segurança	13.264	12.369	-	5.598	5.483	-	652	-	-	-	-	-	-	336	-	-	19.514	18.188	-	1.326	
. Outro equipamento	5.546	4.707	-	1.419	1.418	-	593	1	1	-	-	4	-	246	-	-	7.561	6.370	-	1.191	
. ativos tangíveis em curso	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9	
	195.150	153.377	-	21.208	20.257	-	16.363	4.665	3.799	(390)	(194)	-	-	10.132	-	-	227.666	179.773	-	47.893	
Outros ativos tangíveis																					
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-	
. Património artístico	1.826	-	-	149	-	-	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.048	-	-	2.048	
. Outros	3.464	3.464	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3.463	3.463	-	-	
	5.571	3.745	-	149	-	-	73	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5.792	3.744	-	2.048	
	753.308	444.175	3.891	112.987	53.187	2.411	24.023	6.099	4.246	(17.117)	(5.921)	-	-	20.086	380	(381)	867.102	507.281	6.301	353.520	
Ativos intangíveis																					
Software adquirido a terceiros	422.034	391.430	-	5.288	4.217	-	16.153	-	-	-	-	2.903	1	17.573	-	-	446.378	413.221	-	33.157	
Ativos intangíveis em curso	2.894	-	-	-	-	-	222	-	-	-	-	(2.903)	-	-	-	-	213	-	-	213	
Trespases	3.345	3.345	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.345	3.345	-	-	
Outros	-	-	-	1.040	475	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.040	475	-	565	
Diferenças de Consolidação	2.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.651	-	-	2.651	
	430.924	394.775	-	6.328	4.692	-	16.375	-	-	-	-	-	1	17.573	-	-	453.627	417.041	-	36.586	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Ativos por impostos correntes	34.909	19.783
Ativos por Impostos diferidos	648.824	459545
	<u>683.733</u>	<u>479.328</u>
Passivos por impostos correntes	10.310	73.801
Passivos por Impostos diferidos	243.959	164.267
	<u>254.269</u>	<u>238.068</u>
Impostos diferidos	<u>404.865</u>	<u>295.278</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Impostos correntes	(10.227)	(139.733)
Impostos diferidos	140.124	(14.494)
	<u>129.897</u>	<u>(154.227)</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2017	IFRS9	01-01-2018	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldo em 31-12-2018
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal:							
. Impostos diferidos ativos	290.093	19.593	309.686	-	(79.908)	859	230.637
. Impostos diferidos passivos	(5.398)	-	(5.398)	-	-	1	(5.397)
Reavaliação de ativos tangíveis							
. Impostos diferidos ativos	2.288	-	2.288	-	-	-	2.288
. Impostos diferidos passivos	(3.191)	-	(3.191)	-	210	-	(2.981)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.448	-	1.448	-	217.688	-	219.136
Pensões:							
. Desvios atuariais	71.963	-	71.963	-	(16.852)	-	55.111
. Reformas antecipadas	27.824	-	27.824	-	9.640	-	37.464
. Prémio para Benefícios de Longo Prazo	516	-	516	-	(516)	-	-
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	4.713	-	4.713	-	(512)	-	4.201
Atividade seguradora:							
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	4.951	-	4.951	(741)	-	-	4.210
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(138)	-	(138)	-	17	-	(121)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(94.491)	(22.159)	(116.650)	(23.156)	21	607	(139.178)
Derivados de cobertura de Fluxos de caixa	4.309	-	4.309	(14.209)	-	-	(9.900)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	8.671	8.671	-	12.569	-	21.240
Operações de titularização	(22.254)	-	(22.254)	-	(2.737)	(1)	(24.992)
Custos de incorporação e de reestruturação digital	13.538	-	13.538	-	4.201	(2)	17.737
Outros	(893)	-	(893)	-	(3.697)	-	(4.590)
	<u>295.278</u>	<u>6.105</u>	<u>301.383</u>	<u>(38.106)</u>	<u>140.124</u>	<u>1.464</u>	<u>404.865</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	Saldo em 31-12-2016	Outro rendimento integral	Resultados	Fusão BAPOP	Saldo em 31-12-2017
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal:					
. Impostos diferidos ativos	172.184	-	(16.010)	133.919	290.093
. Impostos diferidos passivos	(5.088)	-	(310)	-	(5.398)
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	2.140	-	148	-	2.288
. Impostos diferidos passivos	(3.148)	-	2	(45)	(3.191)
Prejuízos fiscais reportáveis	3.686	-	(2.238)	-	1.448
Pensões:					
. Desvios atuariais	83.578	-	(11.615)	-	71.963
. Reformas antecipadas	21.078	-	6.746	-	27.824
. Prémio de antiguidade e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	516	516
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	4.536	-	(11)	188	4.713
Atividade seguradora:					
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	4.678	273	-	-	4.951
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(156)	-	18	-	(138)
Ativos financeiros disponíveis para venda	35.882	(137.185)	-	6.812	(94.491)
Derivados de cobertura de Fluxos de caixa	5.128	(819)	-	-	4.309
Operações de titularização	(33.052)	-	10.798	-	(22.254)
Custos de incorporação e de reestruturação digital	7.317	-	(1.839)	8.060	13.538
Outros	(710)	-	(183)	-	(893)
	<u>298.053</u>	<u>(137.731)</u>	<u>(14.494)</u>	<u>149.450</u>	<u>295.278</u>

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2015, inclusive. Como resultado da inspeção, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios atuariais e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 21).

Os prejuízos fiscais do Banco podem ser utilizados em 51.655 milhares de euros até 2026 e 167.481 milhares de euros até 2027.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: - a Sociedade dominante Santander Totta, SGPS, e as sociedades dominadas: Taxagest, BST, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gama (em 2018).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)16. PROVISÕES TÉCNICAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Montante calculado	Custos de Aquisição diferidos	Valor de Balanço	Montante calculado	Custos de Aquisição diferidos	Valor de Balanço
Provisão matemática de seguro direto						
Santander Totta Seguros (ramo vida)						
- PPR/E Garantido	388.925	-	388.925	332.548	-	332.548
- PPR/E Maxinveste	11.147	-	11.147	12.298	-	12.298
- Temporários Individual	12.227	(14)	12.213	560	(77)	483
- Sistema Previdencial	8.708	-	8.708	7.994	-	7.994
- Plano Genesis	2.089	-	2.089	2.570	-	2.570
- Outros Produtos	39.228	-	39.228	4.184	-	4.184
- Super Investimento + Out Financ.	202.263	-	202.263	-	-	-
	664.587	(14)	664.573	360.154	(77)	360.077
Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto						
- Temporários Individual/Grupo	3.244	-	3.244	3.468	-	3.468
Provisão para compromissos de taxa	6.580	-	6.580	-	-	-
Provisão para sinistros de seguro direto - vida	36.440	-	36.440	26.863	-	26.863
Provisão para sinistros de seguro directo - não vida	740	-	740	-	-	-
	37.180	-	37.180	26.863	-	26.863
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:						
- Temporários Individual/Grupo	2.609	-	2.609	191	-	191
- Sistema Previdencial	96	-	96	101	-	101
- Plano Genesis	37	-	37	48	-	48
- Super Investimento + Out Financ.	282	-	282	-	-	-
- PPR/E Garantido	107	-	107	1	-	1
	3.131	-	3.131	341	-	341
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro direto:						
- PPR/E Garantido	13.065	-	13.065	15.675	-	15.675
- PPR/E Maxinveste	2.008	-	2.008	2.430	-	2.430
- Plano Genesis	289	-	289	354	-	354
- Outros Produtos	10.104	-	10.104	2.608	-	2.608
	25.466	-	25.466	21.067	-	21.067
Total de provisão para participação nos resultados	28.597	-	28.597	21.408	-	21.408
Provisão para prémios não adquiridos - não vida	3.041	(358)	2.683	-	-	-
Total de provisões técnicas de seguro direto	743.229	(372)	742.857	411.893	(77)	411.816
Provisão matemática de resseguro cedido	(11.034)	-	(11.034)	(446)	-	(446)
Provisão para participação de resultados de resseguro cedido	(1.979)	-	(1.979)	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(3.949)	-	(3.949)	(3.431)	-	(3.431)
Provisão para sinistros de resseguro cedido	(23.403)	-	(23.403)	(19.064)	-	(19.064)
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	(40.365)	-	(40.365)	(22.941)	-	(22.941)

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)17. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Devedores e outras aplicações	-	118.124
Devedores por seguro directo e resseguro	5.672	4.222
Contratos de suprimentos	-	734
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	356.659	397.886
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Fundo de pensões do Banco	-	37.417
Fundo de pensões da sucursal de Londres	-	(6.729)
Fundo de pensões do Banif	-	(31.936)
Fundo de pensões do Bapop	-	2.383
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.236
Outras disponibilidades	447	269
Outros rendimentos a receber	18.010	16.450
Despesas com encargo diferido	2.864	7.519
Outros	55.445	593.632
	<u>442.242</u>	<u>1.143.207</u>
Perdas por imparidade (Nota 21)		
Devedores e outras aplicações	(149)	(7.783)
Promessas de dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	(109.334)	(157.441)
Contratos de suprimentos	-	(693)
Outros ativos e contas de regularização	-	(34.813)
	<u>(109.483)</u>	<u>(200.730)</u>
	<u>332.759</u>	<u>942.477</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de devedores associadas ao custo amortizado, com as respetivas imparidades, foram reclassificadas para a rubrica “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros” inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	<u>31-12-2018</u>		<u>31-12-2017</u>	
	<u>Outros ativos</u>	<u>Outros passivos</u>	<u>Outros ativos</u>	<u>Outros passivos</u>
	(Nota 23)		(Nota 23)	
Valores a receber de swaps contratados com entidades do sector público português	-	-	394.152	-
Cheques, valores em trânsito e outras transações a regularizar	29.309	(58.888)	35.229	(73.354)
Saldo a regularizar em ATM's	2.720	-	2.967	-
Transferências no âmbito do SEPA	-	(117.895)	83.994	(211.271)
Outros	23.416	(26.919)	77.290	(50.385)
	<u>55.445</u>	<u>(203.702)</u>	<u>593.632</u>	<u>(335.010)</u>

Os valores a receber de swaps contratados com entidades do setor público português foram recebidos em janeiro de 2018.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação durante o exercício de 2018 e 2017, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2017										31 de dezembro de 2018		
	Valor		Valor		Entradas	Alienações	Utilização de imparidade	Transferências		Dotações para imparidade	Reposição de imparidade	Valor	
	Bruto	Imparidade	líquido	líquido				Capital	Imparidade			Bruto	Imparidade
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis recebidos em dação e pagamento	261.866	(116.109)	145.757	9.348	(141.194)	56.142	(20.700)	5.441	(3.194)	5.565	109.320	(52.155)	57.165
Promessas de Dação	12.315	(37)	12.278	987	(1.867)	-	-	-	(6)	-	11.435	(43)	11.392
Arrematações	57.170	(4.135)	53.035	39.113	(48.153)	-	1.690	-	(23.347)	30	49.820	(27.452)	22.368
Outros Imóveis	20.691	(6.095)	14.596	248.225	(127.639)	298	(1.858)	(4.711)	(1.601)	7.941	139.419	(4.168)	135.251
Massa Falida	1.783	(1.783)	-	1.924	(584)	-	(1.231)	-	(730)	621	1.892	(1.892)	-
Imóveis de serviço próprio para venda	44.061	(29.282)	14.779	4.495	(18.920)	12.014	15.137	-	(6.647)	291	44.773	(23.624)	21.149
	397.886	(157.441)	240.445	304.092	(338.357)	68.454	(6.962)	730	(35.525)	14.448	356.659	(109.334)	247.325

	31 de dezembro de 2016										31 de dezembro de 2017				
	Valor		Valor		Entradas	Alienações	Utilização de imparidade	Transferências		Dotações para imparidade	Reposição de imparidade	Fusão BAPOP		Valor	
	Bruto	Imparidade	líquido	líquido				Capital	Imparidade			Capital	Imparidade	Bruto	Imparidade
Ativos recebidos por dação em pagamento															
Imóveis recebidos em dação e pagamento	72.893	(29.330)	43.563	-	-	(28.754)	15.350	-	-	217.727	(102.129)	261.866	(116.109)	145.757	
Promessas de Dação	3.254	(224)	3.030	2.399	(4.589)	-	-	-	(18)	205	11.251	-	12.315	(37)	
Arrematações	19.593	(3.976)	15.617	35.508	(41.629)	-	3.772	-	(663)	594	39.926	-	57.170	(4.135)	
Outros Imóveis	8.393	(3.642)	4.751	9.390	(9.476)	51	(944)	-	(3.625)	2.932	13.328	(1.811)	20.691	(6.095)	
Massa Falida	2.268	(2.268)	-	3.124	(781)	30	(2.828)	-	(933)	1.388	-	-	1.783	(1.783)	
Imóveis de serviço próprio para venda	29.948	(21.407)	8.541	871	(1.831)	972	11.196	381	(7.820)	455	3.877	(1.863)	44.061	(29.282)	
	136.349	(60.847)	75.502	51.292	(58.306)	1.063	(17.558)	15.731	(13.059)	5.484	286.109	(105.803)	397.886	(157.441)	

18. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Imóveis recebidos em dação em pagamento	46.277	128.551
Equipamento	1.913	1.574
	48.190	130.125
Imparidade (Nota 21)	(18.168)	(42.856)
	30.022	87.269

O movimento ocorrido na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018												
	31-12-2017		Entradas	Alienações	Transferências				Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2018	
	Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 21)			Valor bruto	Dotações	Reversões	Utilizações				Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 21)
Imóveis:													
Recebidos em dação em pagamento	128.551	(41.575)	22.075	(126.690)	22.341	(18.654)	9.862	33.768	46.277	(16.599)	29.678		
Equipamento	1.574	(1.281)	486	(147)	-	(425)	85	52	1.913	(1.569)	344		
	130.125	(42.856)	22.561	(126.837)	22.341	(19.079)	9.947	33.820	48.190	(18.168)	30.022		
	2017												
	31-12-2016		Entradas	Alienações	Transferências				Dotações	Reversões	Utilizações	31-12-2017	
	Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 21)			Valor bruto	Dotações	Reversões	Utilizações				Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 21)
Imóveis:													
Recebidos em dação em pagamento	138.310	(49.667)	54.268	(92.781)	28.754	(23.493)	17.302	14.283	128.551	(41.575)	86.976		
Serviço próprio para venda e outros	4.109	(2.439)	-	-	(4.109)	-	2.439	-	-	-	-		
Equipamento	1.992	(1.591)	388	(806)	-	(525)	314	521	1.574	(1.281)	293		
Outros imóveis	100	-	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-		
	144.511	(53.697)	54.656	(93.587)	24.545	(24.018)	20.055	14.804	130.125	(42.856)	87.269		

Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nesta rubrica registam-se os passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro.

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	<u>3.175.960</u>	<u>2.430.798</u>

20. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica recursos de bancos centrais tem a seguinte composição

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	3.045.472	3.076.000
Depósitos de Outros Bancos Centrais		
Depósitos	<u>4.568</u>	<u>4.538</u>
	<u>3.050.040</u>	<u>3.080.538</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica recursos de outras instituições de crédito tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depósitos	192.207	271.047
Outros recursos	792	23
Juros a pagar	6	22
Receitas com rendimento diferido	44	-
	<u>193.049</u>	<u>271.092</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	1.957.342	2.710.621
Recursos consignados	900.000	950.000
Depósitos	376.488	378.798
Outros recursos	35.995	40.686
Recursos a muito curto prazo	76.856	-
Juros a pagar	181	709
	<u>3.346.862</u>	<u>4.080.814</u>
	<u>3.539.911</u>	<u>4.351.906</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra” tem a seguinte composição, por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	31-12-2018			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	311.387	(46)	(28)	311.313
Obrigações emitidas pelo grupo no âmbito de operações de titularização e recompradas pelo BST	721.177	-	-	721.177
Obrigações hipotecárias emitidas e readquiridas pelo BST	924.930	(62)	(16)	924.852
	<u>1.957.494</u>	<u>(108)</u>	<u>(44)</u>	<u>1.957.342</u>
Tipo de subjacente	31-12-2017			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	94.669	(11)	5	94.663
Obrigações não subordinadas emitidas por Instituições de Crédito no País	43.497	-	-	43.497
Obrigações emitidas pelo grupo no âmbito de operações de titularização e recompradas pelo BST	997.298	47	(8)	997.337
Obrigações hipotecárias emitidas e readquiridas pelo BST	1.575.134	(32)	22	1.575.124
	<u>2.710.598</u>	<u>4</u>	<u>19</u>	<u>2.710.621</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica recursos de clientes e outros empréstimos tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Depósitos a prazo	16.363.723	15.351.255
Depósitos á ordem	15.136.872	12.829.663
Depósitos estruturados	968.480	1.935.634
Depósitos de poupança	875.550	1.180.229
Outros	-	20.612
	<u>33.344.625</u>	<u>31.317.393</u>
Cheques e ordens a pagar	-	104.246
Juros e custos a pagar	15.243	18.131
Produtos de seguros financeiros sem participação nos resultados	22.636	21.053
Correções de valor por operações de cobertura	-	(2.913)
	<u>37.879</u>	<u>140.517</u>
	<u>33.382.504</u>	<u>31.457.910</u>

Em 31 de dezembro de 2018, os montantes de cheques e ordens a pagar foram reclassificados para a sub-rubrica “Outros passivos financeiros”. Foi também reclassificado para rubrica própria do balanço “Correções de valor em passivos inseridos em operações de cobertura” as correções de valor por operações de cobertura. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo destas rubricas ascendiam a 107.159 milhares de euros conforme Nota 1.2.

A sub-rubrica responsabilidades representadas por títulos tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	7.700.000	7.700.000
Readquiridas	(4.200.000)	(4.200.000)
Juros a pagar e outras periodificações	(11.222)	(14.137)
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	4.898.563	3.249.292
Readquiridas	(4.010.288)	(2.155.135)
Juros a pagar e outras periodificações	(62.904)	(71.536)
Obrigações de caixa		
Emitidas	-	1.072
Juros a pagar e outros custos	-	29
	<u>4.314.149</u>	<u>4.509.585</u>
Programa EMTN e outros		
Emitidas	711	25.744
Juros a pagar	2	224
	<u>713</u>	<u>25.968</u>
Outros passivos subordinados		
Emitidas	296.139	296.139
Readquiridas	(288.540)	(288.540)
Juros a pagar	136	136
	<u>7.735</u>	<u>7.735</u>
	<u>4.322.597</u>	<u>4.543.288</u>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias, das obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização, das obrigações de caixa e dos outros passivos subordinados são apresentadas nos Anexos I e II, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Entre maio de 2008 e dezembro de 2018, o BST procedeu a vinte e três emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	31-12-2018	31-12-2017
Credito a clientes (Nota 10)	8.937.841	9.980.181
Juros de credito	7.220	8.151
Comissões	(46.134)	(45.258)
Despesas com encargo diferido	2.518	2.130
Derivados	(65.587)	(105.205)
	<u>8.835.858</u>	<u>9.839.999</u>

O movimento ocorrido nas obrigações hipotecárias e de caixa e outra dívida emitida pelo Grupo durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.975.006	(4.473.260)	28.460
. Emissões BAPOP	1.072	-	729
. Emissões efetuadas	2.750.000	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.024.800)	273.233	-
. Emissões readquiridas	-	27	-
. Variação cambial	(206)	-	(3.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>7.701.072</u>	<u>(4.200.000)</u>	<u>25.744</u>
. Emissões reembolsadas	(1.072)	-	(25.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>7.700.000</u>	<u>(4.200.000)</u>	<u>711</u>

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2018 e 2017 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.509.231	(3.098.684)
Reembolsadas	(1.259.939)	974.005
Readquiridas:		
Hipototta 4 - Classe A	-	(30.456)
	-	(30.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>3.249.292</u>	<u>(2.155.135)</u>
Emitidas	2.266.000	-
Reembolsadas	(616.729)	584.189
Readquiridas:		
Hipototta 13	-	(2.266.000)
Hipototta 4 e 5	-	(172.842)
Azor mortgages B	-	(500)
	<u>1.649.271</u>	<u>(1.855.153)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>4.898.563</u>	<u>(4.010.288)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Cheques e ordens a pagar	56.413	
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	3.140	
Sector público administrativo	32.519	
Credores por contratos de factoring	50.442	
Outros	57.822	
	<u>200.336</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2018 a sub-rubrica “Outros passivos financeiros” incorporou os cheques e ordens a pagar reclassificados da sub-rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” e incorporou saldos de credores diversos reclassificados da rubrica de “Outros passivos” (ver Nota 23). Em 31 de dezembro de 2017, os saldos destas rubricas ascendiam a 362.051 milhares de euros conforme Nota 1.2.

21. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018							Saldo em 31-12-2018
	Saldo em 31-12-2017	IFRS 9	Fusão EUROVIDA	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para contingências fiscais	17.525	-	167	711	(248)	(690)	-	17.465
Provisões para pensões e outros encargos	39.931	-	-	148.819	-	(60.863)	1.684	129.571
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	24.022	35.062	-	6.688	(12.612)	-	-	53.160
Outras provisões	96.795	-	1.500	200.469	(93.175)	(26.109)	(81.684)	97.796
	<u>178.273</u>	<u>35.062</u>	<u>1.667</u>	<u>356.687</u>	<u>(106.035)</u>	<u>(87.662)</u>	<u>(80.000)</u>	<u>297.992</u>

	2017						Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Fusão BAPOP	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para contingências fiscais	18.304	-	-	(779)	-	-	17.525
Provisões para pensões e outros encargos	85.982	-	33.453	-	(79.504)	-	39.931
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	21.549	2.242	5.596	(5.365)	-	-	24.022
Outras provisões	105.939	7.464	64.982	(65.536)	(16.054)	-	96.795
	<u>231.774</u>	<u>9.706</u>	<u>104.031</u>	<u>(71.680)</u>	<u>(95.558)</u>	<u>-</u>	<u>178.273</u>

	2018							Recuperações de crédito vencido em resultados
	Saldo em 31-12-2017	IFRS 9	Fusão Eurovida	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	Saldo em 31-12-2018	
Imparidade em ativos financeiros								
Perdas de imparidade (Nota 10)	1.740.865	28.142	-	967.019	(955.020)	(671.436)	1.109.570	9.176
Perdas de imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	64.094	-	-	3.709	(3.797)	(64.003)	3	-
Imparidade por investimentos em associadas (Nota 12)	5.532	-	-	1.918	(1.853)	(3.679)	1.918	-
	<u>1.810.491</u>	<u>28.142</u>	<u>-</u>	<u>972.646</u>	<u>(960.670)</u>	<u>(739.118)</u>	<u>1.111.491</u>	<u>9.176</u>
Imparidade em ativos não financeiros								
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 18)	42.856	-	-	19.079	(9.947)	(33.820)	18.168	-
Ativos tangíveis (Nota 14)	6.301	-	-	4.689	(4.044)	(800)	6.146	-
Outros ativos (Nota 17)	200.730	-	792	35.525	(14.184)	(113.380)	109.483	-
	<u>249.887</u>	<u>-</u>	<u>792</u>	<u>59.293</u>	<u>(28.175)</u>	<u>(148.000)</u>	<u>133.797</u>	<u>-</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017					Saldo em 31-12-2017	Recuperações de crédito vencido em resultados
	Saldo em 31-12-2016	Fusão BAPOP	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações		
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10)							
Crédito interno	696.236	265.178	532.945	(709.986)	(18.457)	765.916	-
Crédito ao exterior	28.761	142	-	-	(28.761)	142	-
Crédito a clientes titularizados não desreconhecidos	10.719	-	405	(2.206)	-	8.918	-
Outros créditos e valores a receber titulados	4.053	913	-	(2.790)	-	2.176	-
Imparidade para crédito e juros vencidos							
Crédito interno	713.228	385.624	468.366	(138.924)	(543.405)	884.889	11.098
Crédito ao exterior	59.244	9.879	16.131	(10.993)	(44.333)	29.928	1.793
Crédito a clientes titularizados não desreconhecidos	147.560	5.279	19.013	(120.310)	(2.648)	48.894	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.002	-	-	-	(3.000)	2	-
	<u>1.662.803</u>	<u>667.015</u>	<u>1.036.860</u>	<u>(985.209)</u>	<u>(640.604)</u>	<u>1.740.865</u>	<u>12.891</u>
Imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	62.315	2.454	62	(247)	(490)	64.094	-
Imparidade por investimentos em associadas (Nota 12)	1.500	3.679	353	-	-	5.532	-
	<u>63.815</u>	<u>6.133</u>	<u>415</u>	<u>(247)</u>	<u>(490)</u>	<u>69.626</u>	<u>-</u>
Imparidade em ativos não financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 18)	53.697	-	24.018	(20.055)	(14.804)	42.856	-
Ativos tangíveis (Nota 14)	3.891	2.411	380	-	(381)	6.301	-
Outros ativos (Nota 17)	140.101	105.997	24.459	(61.807)	(8.020)	200.730	-
	<u>197.689</u>	<u>108.408</u>	<u>48.857</u>	<u>(81.862)</u>	<u>(23.205)</u>	<u>249.887</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2018	31-12-2017
Plano de reestruturação	103.166	15.811
Prémio na reforma BAPOP	1.684	-
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 41)	24.721	24.120
	<u>129.571</u>	<u>39.931</u>

22. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Credores e outros recursos	-	253.596
Encargos com pessoal		
Férias e subsídios de férias	39.758	38.507
Outras remunerações variáveis	29.692	28.350
Outros custos com pessoal	1.208	8.697
Outros encargos a pagar	182.370	138.688
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 39)		
Responsabilidades do Banco	972.776	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banco	(979.892)	-
Responsabilidades da sucursal de Londres	44.509	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	(38.891)	-
Responsabilidades do Banif	133.084	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif	(100.641)	-
Responsabilidades do ex-Popular	163.111	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do ex-Popular	(163.475)	-
Outras receitas com rendimento diferido	3.396	5.914
Operações passivas a regularizar (Nota 17)	203.702	335.010
	<u>490.707</u>	<u>808.762</u>

As sub-rubricas com saldo nulo a 31 de dezembro de 2018 foram reclassificados para “Outros passivos financeiros” (Nota 23). Em 31 de dezembro de 2017 o saldo destas sub-rubricas ascendiam a 257.805 milhares de euros conforme Nota 1.2.

24. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 ações, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	31-12-2018		
	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	194.248.356	0,10%	1.943
Ações próprias	105.942.258	0,05%	1.059
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>
	31-12-2017		
	Número de ações	% de participação	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960
Outros	200.009.296	0,10%	2.000
Ações próprias	100.181.318	0,05%	1.002
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.972.962</u>

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Sociedade procedeu à aquisição de 5.760.940 e 1.920.420 ações próprias pelos montantes de 118 milhares de euros e 41 milhares de euros, respetivamente.

Durante o exercício de 2017 a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos no montante de 224.031 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,0011 euros por ação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Durante o exercício de 2018 a Sociedade procedeu à distribuição de dividendos no montante de 243.165 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,00123 euros por ação.

Adicionalmente, em dezembro de 2018 e 2017 a Sociedade procedeu à distribuição de um dividendo antecipado no montante de 100.000 milhares de euros e 150.000 milhares de euros, respetivamente.

Outros instrumentos de capital

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do TAF e após aprovação do Banco Central Europeu.

Em 20 de Junho de 2016, a Sociedade fez uma segunda emissão de “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). A emissão deste instrumento foi realizada na sequência do reembolso das ações preferenciais do BST Porto Rico e após aprovação do Banco Central Europeu.

Reservas por rendimento integral acumulado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	409.740	337.974
De investimentos detidos até à maturidade	-	(7.148)
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	2.119	1.583
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa Fusão da Eurovida	31.922	(13.895)
Reservas resultantes da valorização da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral	8.002	-
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	(8.002)	-
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	(17.744)	(21.067)
Ganhos e perdas atuariais		
Fundo de Pensões do BST	(685.863)	(658.042)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(12.109)	(13.400)
Fundos de Pensões do ex-Banif	(8.515)	(8.004)
Fundo de Pensões do BAPOP	(753)	-
Ganhos e perdas atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(3.034)	(2.048)
	<u>(284.237)</u>	<u>(384.047)</u>
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(124.097)	(103.332)
De investimentos detidos até à maturidade	-	2.073
De ativos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(542)	(399)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(9.896)	4.307
Da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve")	4.210	4.951
Impacto fiscal dos desvios atuariais	181.610	174.662
Impacto fiscal por alterações de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	942	367
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis	(3.147)	(3.147)
	<u>49.080</u>	<u>79.482</u>
	<u>(235.157)</u>	<u>(304.565)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 milhares de euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. Durante o exercício de 2018, esta reserva foi transferida para outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Reserva legal	257.087	212.312
Reservas de fusão	640.575	640.575
Reservas Consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	672.308	703.484
Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	9.817	7.289
Resultados transitados	(145.411)	(86.162)
	<u>1.434.376</u>	<u>1.477.498</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)25. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2018 e 2017, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2018		2017	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do período da ST SGPS (atividade individual)	629.671	629.671	447.754	447.754
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	475.535	475.325	695.630	695.321
Totta Ireland, Plc.	9.902	9.898	105.195	105.148
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	20.234	4.421	24.309	5.224
Santander Totta Seguros, S.A.	17.757	17.757	5.100	5.100
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	(4.092)	(4.090)	1.819	1.818
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.	12.273	6.014	6.239	3.057
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	8.685	6.928	7.840	6.231
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	2.714	1.330	(87)	(43)
Taxagest, S.A.	(3)	(3)	(4)	(4)
Banif International Bank, LTD	36	36	2.218	2.217
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	2.010	518	3.887	1.001
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	63	63	96	96
Primestar servicing	(169)	(135)	-	-
Popular Seguros	217	217	-	-
		<u>518.279</u>		<u>825.166</u>
Anulação de dividendos recebidos:				
Banco Santander Totta, S.A.		(618.324)		(348.486)
Totta Ireland PLC		-		(107.586)
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(3.452)		(4.169)
Santander Totta Seguros, S.A.		-		(79.000)
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.		(2.889)		(2.695)
		<u>(624.665)</u>		<u>(541.936)</u>
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		(15.166)		(127.638)
Anulação de provisões para títulos e participações intragrupo		(4.185)		(5.027)
Ajustamento relacionado com a liquidação da Santotta		-		(167.728)
Outros		(3.970)		5.746
		<u>(23.321)</u>		<u>(294.647)</u>
		<u>499.964</u>		<u>436.337</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31-12-2018	31-12-2017
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da ST,SGPS	499.964	436.337
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	197.296.207.958	197.296.207.958
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	101.850.324	98.576.841
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	197.194.357.634	197.197.631.117
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas da ST,SGPS (em euros)	0,0025	0,0022

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

26. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2018 e 2017, o valor dos interesses que não controlam em balanço e em resultados corresponde à proporção das participações de terceiros no capital do Banco.

27. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.567.422	1.717.603
Créditos documentários abertos	388.488	347.498
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	166.024	176.242
Fundo de garantia de depósitos	88.059	85.814
Sistema de Indemnização aos Investidores	8.903	6.601
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	10.227.930	7.810.863
	<u>12 446 826</u>	<u>10 144 621</u>
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	5.229.923	5.077.633
Irrevogáveis	1.035.032	1.352.174
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Sistema de Indemnização aos Investidores	7.954	9.401
Facilidades de descobertos em conta	-	87.221
Outros compromissos revogáveis	216	215
	<u>6 342 094</u>	<u>6 595 613</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	27.348.561	27.857.381
Valores recebidos para cobrança	172.451	220.568
Outros valores	33.685	136.972
	<u>27 554 697</u>	<u>28 214 921</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2018 e 2017, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 44 milhares de euros e 21 milhares de euros, respetivamente (Nota 35).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estas responsabilidades ascendiam a 7.954 milhares de euros e 9.401 milhares de euros, respetivamente.

28. RENDIMENTOS DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Juros de disponibilidades		
Em instituições de crédito	820	101
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no país	2.853	2.931
Em instituições de crédito no estrangeiro	3.334	8.778
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	621.080	518.955
Crédito ao exterior	15.913	12.856
Outros créditos e valores a receber (titulados)	78.999	77.610
Ativos titularizados não desreconhecidos	40.894	25.470
Proveitos por comissões recebidas associadas ao custo amortizado	61.623	42.490
Juros de crédito vencido	8.075	10.909
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	114.908	116.186
Investimentos detidos até à maturidade	-	6.468
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.380	1.156
Derivados de cobertura	245.244	231.282
Outros juros e rendimentos similares	32.444	4.018
	<u>1.227.567</u>	<u>1.059.210</u>

29. ENCARGOS POR JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	61	4.740
Recursos de outros Bancos Centrais	3	4
Juros de recursos de outras Instituições de Crédito		
No país	289	297
No estrangeiro	3.851	2.030
Depósitos de Clientes		
Depósitos		
De residentes	52.268	56.401
De não residentes	5.357	5.010
Outros recursos	-	220
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	45.993	37.968
Outras responsabilidades representadas por títulos	89	660
Juros de passivos subordinados		
Empréstimos subordinados	570	634
Juros de derivados de cobertura	239.220	241.662
Outros juros	13.588	12.656
	<u>361.289</u>	<u>362.282</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.159	2.799
Unicampos-Fundo Especial de Invest. Imobiliário Fechado	109	92
Outros	406	20
	<u>1.674</u>	<u>2.911</u>

31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.244	15.792
Créditos documentários abertos	3.360	2.734
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	837	1.810
Linhas de crédito irrevogáveis	377	42
Por serviços bancários prestados		
Por transações com cartões	89.486	82.173
Depósitos á Ordem	65.720	52.069
Operações de crédito	51.540	46.574
Anuidades	27.256	23.602
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	26.983	20.858
Cobrança e administração de valores	12.470	11.192
Cheques	9.303	10.633
Depósito e guarda de valores	5.031	3.948
Outros serviços prestados	12.009	1.800
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	16.260	16.488
Outras	614	254
Outras comissões recebidas		
Por comercialização de seguros	98.443	96.974
Outras	16.960	11.311
	<u>452.893</u>	<u>398.254</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	3.101	3.785
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Transações de clientes	49.108	45.063
Operações de crédito	15.030	9.101
Cobrança e administração de valores	4.321	3.032
Outros serviços prestados	2.045	2.001
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	2.819	1.912
Outras operações realizadas por terceiros	2.107	1.772
Outras comissões pagas	1.964	478
	<u>80.495</u>	<u>67.144</u>

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As sub-rubricas de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e resultados de outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de capital	228	94
Instrumentos derivados:		
"Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	(512)	(279)
Contratos de taxa de juro	(2.714)	(31.486)
Contratos sobre cotações	(1.505)	(8.417)
Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	98	193
Contratos sobre cotações	4.807	13.291
Outros	(3.162)	14.867
	<u>(2.760)</u>	<u>(11.737)</u>
Outros ativos e passivos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados através de resultados		
Instrumentos de dívida	6.553	(9)
Instrumentos de capital	(33.657)	(119)
	<u>(27.104)</u>	<u>(128)</u>
Derivados de cobertura:		
"Swaps":		
Contratos de taxa de juro	(38.407)	5.291
Contratos sobre cotações	525	2.990
Opções - "Autocallable"	135	463
Correções de valor de ativos e passivos objecto de cobertura	37.734	(8.821)
	<u>(13)</u>	<u>(77)</u>
	<u>(29.877)</u>	<u>(11.942)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica resultados de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral tem a seguinte composição:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Dívida pública nacional	25.529	(119)	25.410	81.800	-	81.800
De emissores públicos estrangeiros	775	-	775	-	-	-
De outros	-	-	-	-	(26)	(26)
Instrumentos de capital	593	(4)	589	164	(23)	141
	<u>26.897</u>	<u>(123)</u>	<u>26.774</u>	<u>81.964</u>	<u>(49)</u>	<u>81.915</u>

A sub-rubrica resultados de reavaliação cambial tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Ganhos na reavaliação da posição cambial	206.177	393.257
Perdas na reavaliação da posição cambial	(196.653)	(384.880)
	<u>9.524</u>	<u>8.377</u>

A sub-rubrica resultados de alienação de outros ativos tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	43.511	33.524
Ganhos em ativos não correntes detidos para venda		10.286
Ganhos em outros ativos tangíveis	2.268	3.240
Ganhos na alienação de investimentos em filiais e associadas	106	-
Outros ganhos em operações não financeiras	1.175	427
	<u>47.060</u>	<u>47.477</u>
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	(55.991)	(2.012)
Perdas em ativos não correntes detidos para venda		(1.456)
Perdas em outros ativos tangíveis	(2.167)	(1.155)
Outras perdas em operações financeiras	(1.246)	(721)
	<u>(59.404)</u>	<u>(5.344)</u>
	<u>(12.344)</u>	<u>42.133</u>

Em 31 de dezembro de 2018 os ganhos/perdas em ativos não correntes detidos para venda foram reclassificados para rubrica própria da demonstração de resultados "Resultados de ativos não correntes detidos para venda".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)34. MARGEM BRUTA DA ATIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	30.023	28.124
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	64.172	101.190
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(48.508)	(21.960)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	(46.110)	(110.529)
Juros e rendimentos líquidos de ativos afetos a provisões técnicas	11.327	7.059
Ganhos líquidos de ativos afectos a provisões técnicas	978	-
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	<u>(2.879)</u>	<u>(67)</u>
	<u>9.003</u>	<u>3.817</u>
 Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	 <u>10.777</u>	 <u>7.150</u>

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos financeiros por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da atividade de seguros.

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica “Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro” apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Plano Poupança Reforma Educação (PPR/E)	66.525	126.043
Temporários Individual/Grupo	67.708	54.910
Seguros de capital diferido	6.108	-
Produtos tradicionais	196	219
Não vida	7.997	-
Outros produtos	<u>2.980</u>	<u>-</u>
	151.514	181.172
Resseguro cedido	<u>(87.342)</u>	<u>(79.982)</u>
	<u>64.172</u>	<u>101.190</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica “Custos com sinistros líquidos de resseguro” apresentava o seguinte detalhe:

	2018		
	Montantes pagos	Varição da provisão para sinistros	total
- Temporários Individual/Grupo	19.973	(2.764)	17.209
- PPR/E Garantido	20.805	320	21.125
- PPR/E Maxinveste	1.555	350	1.905
- Plano Genesis	582	105	687
- Outros produtos	18.700	116	18.816
- Não vida	4.061	740	4.801
	65.676	(1.133)	64.543
Resseguro Cedido	(16.919)	884	(16.035)
	<u>48.757</u>	<u>(249)</u>	<u>48.508</u>
	2017		
	Montantes pagos	Varição da provisão para sinistros	total
- Temporários Individual/Grupo	20.146	1.150	21.296
- PPR/E Garantido	17.394	402	17.796
- PPR/E Maxinveste	2.199	(6)	2.193
- Plano Genesis	765	(2)	763
- Outros produtos	345	(37)	308
	40.849	1.507	42.356
Resseguro Cedido	(18.847)	(1.549)	(20.396)
	<u>22.002</u>	<u>(42)</u>	<u>21.960</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na rubrica “Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro” foi como segue:

Variação das provisões para prémios não adquiridos

Saldo em 31 de dezembro de 2016	31
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	6
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 16)	37
Entrada da Eurovida e da Popular Seguros no perímetro de consolidação	2.144
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	(1.600)
Custos de aquisição diferidos	124
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 16)	705

Variação da provisão matemática e para compromissos de taxa

Saldo em 31 de dezembro de 2016	249.401
Variação da provisão matemática líquida de resseguro em 2017	110.111
Acréscimos referentes à distribuição de participação nos resultados	37
Custos de aquisição diferidos	82
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 16)	359.631
Provisões matemática e para compromissos de taxa, líquida de resseguro, Ex-Eurovida	254.269
Variação da provisão matemática líquida de resseguro em 2018	44.992
Acréscimos referentes à distribuição de participação nos resultados	1.195
Custos de aquisição diferidos	32
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 16)	660.119

Variação da provisão para participação nos resultados atribuída

Saldo em 31 de dezembro de 2016	508
Participação nos resultados liquidada em 2017	(460)
Transferência para provisão matemática	(37)
Participação nos resultados atribuída em 2017	330
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 16)	341
Provisão para participação nos resultados fusão Eurovida	2.796
Participação nos resultados liquidada em 2018	(321)
Transferência para provisão matemática	(2.527)
Participação nos resultados atribuída em 2018	2.562
Transferências a atribuir	280
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 16)	3.131

Variação da provisão para participação nos resultados a atribuir

Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.908
Variação em capitais próprios em 2017	1.159
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Notas 16 e 24)	21.067
Provisão para participação nos resultados fusão Eurovida	8.002
Transferências para provisões a atribuir	(280)
Variação em capitais próprios em 2018	(3.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Notas 16 e 24)	25.466

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Aluguer de terminais de pagamento automático	19.654	20.109
Rendas auferidas	16.031	15.660
Valias não realizadas em propriedades de investimento	3.787	3.452
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.792	3.108
Reembolso de despesas	2.710	2.729
Outros	13.347	2.959
	<u>58.321</u>	<u>48.017</u>
Outros encargos de exploração		
Contribuições para o Fundo de Resolução	(22.220)	(19.352)
Quotizações e donativos	(7.445)	(7.734)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(6.239)	(7.234)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(14.430)	(16.934)
Valias não realizadas em propriedades de investimento	(4.975)	(5.163)
Outros impostos		
Impostos indirectos	(3.202)	(1.433)
Impostos directos	(2.793)	(1.890)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 27)	(44)	(21)
Outros encargos e gastos operacionais	(11.163)	(2.979)
	<u>(72.511)</u>	<u>(62.740)</u>
	<u>(14.190)</u>	<u>(14.723)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Rendas auferidas” inclui os montantes de 15.252 milhares de euros e 15.586 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest (Nota 13).

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do BST dos anos de 2018 e 2017 ascendeu a 7.554 milhares de euros e 4.556 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito do mecanismo único de Resolução estas contribuições serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 milhares de euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015. Nos exercícios de 2018 e 2017 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 17.253 milhares de euros e 17.406 milhares de euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)36. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização (Nota 41)	9.549	9.231
Empregados	233.480	207.320
Plano de ações (Nota 42)	332	299
Outras remunerações variáveis	35.632	24.043
	<u>278.993</u>	<u>240.893</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	63.384	57.163
Fundos de pensões (Nota 39)	6.375	6.222
Outros encargos sociais obrigatórios	1.301	931
	<u>71.060</u>	<u>64.316</u>
Outros custos com pessoal		
Transferências de pessoal	1.388	569
Plano complementar de reforma (Nota 39)	307	583
Outros	5.461	4.853
	<u>7.156</u>	<u>6.005</u>
	<u>357.209</u>	<u>311.214</u>

37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	10.607	8.508
Material de consumo corrente	2.122	1.981
Outros fornecimentos	382	363
Serviços externos:		
Serviços especializados	86.429	67.400
Informática	47.532	40.787
Comunicações	15.006	11.997
Conservação e reparação	7.510	4.165
Publicidade e edição de publicações	13.458	11.507
Rendas e alugueres	15.358	13.631
Deslocações, estadas e representações	6.244	5.692
Transportes	4.660	3.665
Formação de pessoal	1.659	2.145
Seguros	1.831	1.292
Outros serviços de terceiros	9.214	5.931
	<u>222.012</u>	<u>179.064</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)38. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
AEGON Santander Portugal Não Vida	1.330	-
AEGON Santander Portugal Vida	6.014	3.015
Atlantes Finance 6	-	51
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A	-	(2)
Lusimovest - Fundo de Investimento Imobiliário	518	1.002
Unicre - Instituição Financeira de Crédito	6.605	5.226
Outros	101	-
	<u>14.568</u>	<u>9.292</u>

39. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de dezembro de 2018 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	264.141	289.518	314.119	303.523	308.223
. Pensionistas	38.877	34.059	31.526	26.928	26.343
. Reformados e reformados antecipadamente	509.295	475.916	424.970	399.942	415.679
	<u>812.313</u>	<u>799.493</u>	<u>770.615</u>	<u>730.393</u>	<u>750.245</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	148.351	147.942	147.207	151.544	151.903
- Subsídio por morte	5.076	5.132	6.372	5.759	5.543
- Prémio na reforma	7.036	6.802	8.082	-	-
	<u>972.776</u>	<u>959.369</u>	<u>932.276</u>	<u>887.696</u>	<u>907.691</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	979.892	996.786	932.465	914.204	910.580
	<u>979.892</u>	<u>996.786</u>	<u>932.465</u>	<u>914.204</u>	<u>910.580</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>7.116</u>	<u>37.417</u>	<u>189</u>	<u>26.508</u>	<u>2.889</u>
Desvíos actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	2.958	-	30.579	-	37.912
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(4.872)	(4.319)	23.815	(9.857)	6.580
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	29.753	(32.933)	2.050	(17.675)	1.111
	<u>24.881</u>	<u>(37.252)</u>	<u>25.865</u>	<u>(27.532)</u>	<u>7.691</u>
	<u>27.839</u>	<u>(37.252)</u>	<u>56.444</u>	<u>(27.532)</u>	<u>45.603</u>

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 milhares de euros.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tábua de mortalidade		
. Feminina	TV 88/90 ⁽⁻¹⁾	TV 88/90
. Masculina	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,10%	2,00%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,10%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de inflação	0,75%	0,75%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 66 anos, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Responsabilidades no início do exercício	959.369	932.276
Custo dos serviços correntes	4.075	4.536
Custo dos juros	18.418	17.912
(Ganhos)/perdas atuariais	(1.914)	(4.319)
Reformas antecipadas	39.021	51.367
Valores pagos	(48.637)	(44.873)
Contribuições dos empregados	2.444	2.470
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	972.776	959.369
	=====	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 36):

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo dos serviços correntes	4.075	4.536
Custo dos juros	18.418	17.912
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(18.418)	(17.912)
	-----	-----
Plano de benefício definido	4.075	4.536
Plano de contribuição definida	722	1.132
Plano do ex – BAPOP	1.255	-
Plano da Sucursal de Londres	323	554
	-----	-----
	6.375	6.222
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT (publicado no BTE nº 29 de 8 de Agosto de 2016). O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	695.584
Ganhos atuariais com pensões gerados	(1.437)
Ganhos financeiros com pensões gerados	(27.281)
Ganhos atuariais com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	(2.882)
Ganhos financeiros com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	(5.651)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	658.333
Ganhos atuariais com pensões gerados	(2.389)
Perdas financeiras com pensões gerados	24.699
Perdas atuariais com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	475
Perdas financeiras com cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio na reforma	5.054

Saldo em 31 de dezembro de 2018	686.172
	=====

Os desvios atuariais com pensões ocorridos nos exercícios de 2018 e 2017 podem ser explicados como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Alteração de pressupostos atuariais	2.619	-
Alteração da tabela salarial		
com impacto em pensões e salários	(1.708)	8.922
Alterações na população	(630)	(8.156)
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(5.757)	(5.111)
. Por permanência	1.789	2.432
Por pensões de sobrevivência e orfandade	4.949	2.489
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(3.651)	(2.013)
	-----	-----
	(2.389)	(1.437)
	=====	=====

Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspectivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais.

Os desvios atuariais com cuidados de saúde, com o subsídio por morte e com prémio na reforma ocorridos nos exercícios de 2018 e 2017 podem ser explicados como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Alteração de pressupostos	339	-
Alterações salariais e de nível	88	612
Outros	48	(3.494)
	-----	-----
	475	(2.882)
	====	=====

Em 2019 o BST espera efetuar uma contribuição de 7.234 milhares de euros para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Banco é de 15 anos, incluindo ativos e reformados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empregados no ativo ⁽¹⁾	4.582	4.789
Pensionistas	1.175	1.123
Reformados e reformados antecipadamente	5.689	5.561
	-----	-----
	11.446	11.473
	=====	=====

⁽¹⁾ Dos quais 340 e 274 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	Ativos			
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido	Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
Número total em 31 de dezembro de 2016	265	4.838	5.358	1.092
Saídas:				
. De ativos	(20)	(35)	-	(6)
. Por mortalidade	-	(3)	(101)	(29)
Transferências	-	(294)	294	-
Entradas	29	9	10	66
Número total em 31 de dezembro de 2017	274	4.515	5.561	1.123
Saídas:				
. De ativos	(7)	(40)	-	(9)
. Por mortalidade	-	(6)	(119)	(29)
Transferências	-	(228)	228	-
Entradas líquidas	73	1	19	90
Número total em 31 de dezembro de 2018	340	4.242	5.689	1.175

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do Banco durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2016	932.465
Contribuições do Banco (monetárias)	55.879
Contribuições dos empregados	2.470
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	17.912
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	32.933
Valores pagos	(44.873)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	996.786
Contribuições do Banco (monetárias)	40.634
Contribuições dos empregados	2.444
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	18.418
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(29.753)
Valores pagos	(48.637)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	979.892
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2018 e 2017 ascenderam a (0,98%) e 5,45%, respetivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
<i>Commodities</i>	0% a 5%

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	26.262	22.113
. Rating BBB	407.452	313.459
. Rating BB	14.055	58.132
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	53.931	104.686
Fundos de Investimento Imobiliário	154.781	160.019
Fundos de Investimento Mobiliário	175.316	186.024
Imóveis		
. Espaços comerciais	21.313	22.059
. Terrenos	844	863
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	161	366
. Ações portuguesas – não cotadas	-	-
. Ações estrangeiras – cotadas	34.030	51.642
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	2.288	771
	<u>890.433</u>	<u>920.134</u>
Depósitos	68.387	55.016
Outros	21.072	21.636
	<u>979.892</u>	<u>996.786</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 43), foi como segue:

	31-12-2018				31-12-2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	447.769	-	53.931	501.700	393.704	-	104.686	498.390
Fundos de investimento	164.181	-	165.916	330.097	155.688	-	190.355	346.043
Instrumentos de capital	34.191	-	-	34.191	52.008	-	-	52.008
Instrumentos financeiros derivados	2.288	-	-	2.288	771	-	-	771
Imóveis	-	-	22.157	22.157	-	-	22.922	22.922
	<u>648.429</u>	<u>-</u>	<u>242.004</u>	<u>890.433</u>	<u>602.171</u>	<u>-</u>	<u>317.963</u>	<u>920.134</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Imóveis arrendados	14.841	14.948
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	151.881	151.199
	-----	-----
	<u>166.722</u>	<u>166.147</u>
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Em 2018 e 2017 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 307 milhares de euros e 583 milhares de euros, respetivamente (Nota 36).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estavam abrangidos por este plano 88 e 95 colaboradores, respetivamente.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,7%	2,4%
Taxa de crescimento salarial	2,5%	2,4%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	2,0%
Taxa de inflação	2,5%	2,4%

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	44.509	47.440
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	38.891	40.711
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(5.618)	(6.729)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2018 e 2017, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2016	49.894
Custo dos serviços correntes	240
Custo dos juros	1.245
Ganhos atuariais	(3.182)
Valores pagos	(757)

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2017	47.440
Custo dos serviços correntes	163
Custo dos juros	1.120
Ganhos atuariais	(3.327)
Valores pagos	(887)

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2018	44.509
	=====

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2016	37.501
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	931
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(414)
Contribuição da Sucursal	3.450
Valores pagos	(757)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	40.711
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	960
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(2.030)
Contribuição da Sucursal	137
Valores pagos	(887)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	38.891
	=====

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos exercícios de 2018 e 2017 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo dos serviços correntes	163	240
Custo dos juros	1.120	1.245
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(960)	(931)
	----	----
	323	554
	====	====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.174

Ganhos atuariais com pensões	(3.182)
Perdas financeiras com pensões	414

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.406
Ganhos atuariais com pensões	(3.327)
Perdas financeiras com pensões	2.030

Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.109
	=====

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Instrumentos de dívida	20.908	22.332
Instrumentos de capital	1.773	5.900
Outros instrumentos	16.025	9.102
Depósitos	185	3.377
	-----	-----
Valor do Fundo	38.891	40.711
	=====	=====

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Banco (excluindo as associadas à Sucursal de Londres):

	2018		2017	
	(Redução)/ Acréscimo		(Redução)/ Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(6,7%)	(65.035)	(6,9%)	(54.871)
. Redução de 0,5%	7,5%	72.998	7,7%	61.806
Alteração da taxa de crescimento salarial:				
. Acréscimo de 0,5%	5,0%	48.876	5,9%	47.411
. Redução de 0,5%	(4,1%)	(40.070)	(4,8%)	(38.419)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	9,4%	91.311	8,9%	71.401
. Redução de 0,5%	(8,5%)	(82.610)	(8,1%)	(64.842)
Alteração da tábua de mortalidade:				
. Mais dois anos	(6,3%)	(61.300)	(6,4%)	(51.438)
. Menos dois anos	6,3%	61.408	6,5%	51.639

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

Fundo de Pensões – Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o Banco um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o Banco a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. O processo encontra-se em apreciação final pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os colaboradores do Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

O Banco assumiu as responsabilidades do Banif nos três planos de pensões. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a população abrangida é a seguinte:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Sub-população ex-Banif	Sub-população ex-BBCA	Total	Sub-população ex-Banif	Sub-população ex-BBCA	Total
Ativos	727	174	901	752	185	937
Reformados e pensionistas	96	161	257	94	156	250
Reformados antecipadamente	10	171	181	13	175	188
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	69	69	-	81	81
Reformados do plano contribuição definida	175	-	175	162	-	162
Número total	<u>1.008</u>	<u>575</u>	<u>1.583</u>	<u>1.021</u>	<u>597</u>	<u>1.618</u>

Planos de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos

	31-12-2018	31-12-2017
Plano II	470	500
Plano III	257	272
Número total	<u>727</u>	<u>772</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações Banif e ex-BBCA):

	31-12-2018				
	Responsabilidades				Total
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	21.605	6.155	102	846	28.708
Reformados e pensionistas	74.838	7.484	384	-	82.706
Reformados antecipadamente	13.821	3.450	-	-	17.271
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.241	1.158	-	-	4.399
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>113.505</u>	<u>18.247</u>	<u>486</u>	<u>846</u>	<u>133.084</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					100.641
Insuficiência de financiamento					<u>(32.443)</u>

	31-12-2017				
	Responsabilidades				Total
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	
Ativos	26.301	7.966	154	1.193	35.614
Reformados e pensionistas	75.104	7.187	183	-	82.474
Reformados antecipadamente	15.963	3.832	179	-	19.974
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.178	1.201	-	-	4.379
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>120.546</u>	<u>20.186</u>	<u>516</u>	<u>1.193</u>	<u>142.441</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					110.505
Insuficiência de financiamento					<u>(31.936)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira do Fundo de Pensões do Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	31-12-2018		31-12-2017	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	64.385	62,49%	63.879	56,51%
Fundo mobiliário	7.908	7,68%	22.015	19,48%
Fundo imobiliário	1.946	1,89%	3.010	2,66%
Imóveis	13.744	13,34%	14.680	12,99%
Instrumentos de capital	6.665	6,47%	2.605	2,30%
Depósitos	6.111	5,93%	5.426	4,80%
Outros	2.266	2,20%	1.422	1,26%
	<u>103.025</u>		<u>113.037</u>	
Património a transferir	(2.384)		(2.532)	
	<u>100.641</u>		<u>110.505</u>	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do Banif que não foram transferidos para o Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Fundo de Pensões – BAPOP

Na sequência da aquisição/fusão do BAPOP ocorrida a 27 de dezembro de 2017, o Banco assumiu na sua totalidade o seu Fundo de Pensões. O plano de pensões do BAPOP é um plano de benefício definido que contempla os benefícios previsto no ACT. O Fundo assume ainda as responsabilidades com serviços passados dos ex-colaboradores, na proporção do tempo em que tenham estado ao serviço do BAPOP. Este plano integra também um plano de pensões dos membros executivos do conselho de administração que assegura o pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a população abrangida é a seguinte:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Ativos	929	847
Reformados e pensionistas	138	133
Reformas antecipadas	23	-
Ex-colaboradores (administradores)	2	2
Ex-colaboradores	1.165	1.167
Total	<u>2.257</u>	<u>2.149</u>

O plano dos administradores não possui participantes nesta data, tendo ocorrido a saída dos 2 administradores existentes (um sem direitos adquiridos e outro que passou a integrar a população de Ex-participantes (Administradores)).

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31-12-2018</u>			<u>31-12-2017</u>		
	Pensões	SAMS e Subsídio por morte	Total	Pensões	SAMS e Subsídio por morte	Total
Ativos	49.183	6.804	55.987	74.492	1.183	75.675
Reformados e pensionistas	57.755	2.529	60.284	54.728	186	54.914
Reformas antecipadas	12.352	663	13.015			
Ex-colaboradores (administradores)	2.718	43	2.761	2.720	5	2.725
Ex-colaboradores	31.064	-	31.064	30.661	-	30.661
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>153.072</u>	<u>10.039</u>	<u>163.111</u>	<u>162.601</u>	<u>1.374</u>	<u>163.975</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões			163.475			166.358
Excesso de financiamento			<u>364</u>			<u>2.383</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira do Fundo de Pensões do BAPOP apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	<u>31-12-2018</u>		<u>31-12-2017</u>	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	83.324	50,97%	87.653	52,69%
Unidades de participação	57.519	35,19%	65.178	39,18%
Depósitos	22.632	13,84%	13.527	8,13%
	<u>163.475</u>		<u>166.358</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)40. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃODescrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta n.º 4 e Hipototta n.º 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (n.º4 e n.º 5) são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (n.º4 e n.º 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navegator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º4 e n.º 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (n.º4 e n.º 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (n.º4 e n.º 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (n.º4 e n.º 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º4 e n.º 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta n.º 4 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch	Data de reembolso		Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	552.766	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	20.110	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	63.511	BB-	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>636.387</u>					
Classe D	14.000	14.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>650.387</u>					

Hipototta n.º 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	505.465	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	Baa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BBB-	Ba2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>612.465</u>						
Classe F	10.000	6.125	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>618.590</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta n.º 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta n.º 4 e as obrigações da classe F do Hipototta n.º 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D do Hipototta n.º 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 0,9%. Nas obrigações da classe F do Hipototta n.º 5 PLC correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “*Swap Agreements*” entre o Grupo Santander e veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização do Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizados e obrigações emitidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage n.º 1

Operação concretizada em fevereiro de 2003, na qual foram cedidos contratos de crédito hipotecário. Os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado Atlantes Mortgage n.º 1 FTC, que emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage n.º 1 PLC com sede na Irlanda. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage n.º 1 PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração. Esta operação de titularização é administrada pela Navigator.

Atlantes Mortgage nº 1 PLC						
Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	462.500	15.207	AA-	A1	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 0,54%
Classe B	22.500	22.500	BBB-	A1	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 1,3%
Classe C	12.500	12.500	BB-	A2	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 2,6%
Classe D	2.500	2.500	B-	Ba2	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 4,75%
	<u>500.000</u>	<u>52.707</u>				
Classe E	15.400	15.400	NR	NR	janeiro de 2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>515.400</u>	<u>68.107</u>				

Azor Mortgage n.º 1

Operação concretizada em novembro de 2004, em que foram cedidos créditos hipotecários originados no anterior BBCA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma STC, - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage nº 1						
Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.000	1.136	AA-	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,3%
Classe B	19.000	19.000	A	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	BBB-	A3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 1,75%
	<u>281.000</u>	<u>29.136</u>				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>291.000</u>	<u>39.136</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage n.º 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	125.618	A	AA	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.817	BBB-	A	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.632	BB	BBB+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>145.067</u>				
Classe D	16.125	16.125	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>161.192</u>				

Azor Mortgage n.º 2

Operação concretizada em julho de 2008, em que foram cedidos à Gamma STC créditos hipotecários originados do anterior BBCA. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages n.º 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Azor Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	253.500	97.696	AA-	A (sf)	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>300.000</u>	<u>140.776</u>				
Classe C	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.750</u>	<u>147.526</u>				

Atlantes Mortgage n.º 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 3						
Dívida emitida	Montante		Rating			Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch	Data de reembolso	Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	213.544	AA-	AA	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	30.625	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>244.169</u>				
Classe C	57.668	57.668	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>301.837</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage n.º 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 4						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	242.931	AA-	AA	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	26.753	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>269.684</u>				
Classe C	74.250	74.250	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>343.934</u>				

Atlantes Mortgage n.º 5

Operação concretizada em dezembro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 5						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	201.613	AA-	AA	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	35.724	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>500.000</u>	<u>237.337</u>				
Classe C	66.250	63.982	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>566.250</u>	<u>301.319</u>				

Atlantes Mortgage n.º 7

Operação concretizada em novembro de 2010, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 7 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 7						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	157.928	AA-	AA	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	29.348	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>397.000</u>	<u>187.276</u>				
Classe C	63.550	60.898	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>460.550</u>	<u>248.174</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.716.000	1.473.766	NR	A (sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>1.957.766</u>				
Classe C	66.000	60.595	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>2.018.362</u>				

41. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2018 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
Banco Santander Totta	Portugal
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
Gamma - Sociedade de Titularização Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Popular Seguros - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Primestar Servicing, S.A.	Portugal
Taxagest,SGPS, S.A.	Portugal
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santander Totta Seguros - Compª de Seguros De Vida, S.A.	Portugal
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u>	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
<u>Entidades Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela Gamma STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sobre controlo comum com o Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander BackofficesGlobalesEspec. S.A.	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha
Santander Gestao de Activos SFIM, SA	Portugal
Santander Global Facilities	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnología y Operaciones AEIE	Espanha
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas da Sociedade com as quais esta manteve saldos ou transações no exercício de 2017 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, controlam o Grupo	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding SL	Espanha
Empresas que, direta ou indiretamente, são controladas pelo Grupo	
Banco Santander Totta	Portugal
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Taxagest,SGPS,SA	Portugal
Santander Totta Seguros - Compª de Seguros De Vida, SA	Portugal
Santotta Internacional - S.G.P.S.	Portugal
Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Banif International Bank, Ltd	Bahamas
Primestar Servicing, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, direta ou indiretamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela Gamma STC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sobre controlo comum com o Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
All Funda Bank, SA	Espanha
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banco Popular	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander BackofficesGlobalesEspec. S.A.	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha
Santander Gestao de Activos SFIM, SA	Portugal
Santander Global Facilities	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	2018		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	91.713	-	6.633
Ativos financeiros detidos para negociação	162.071	-	8
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	98	-	6.938
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	541	-	10.547
Aplicações em instituições de crédito	310.846	50.072	108.146
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	17	59.126
Derivados de cobertura	9.970	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	111.376	-
Outros ativos	3.482	4.171	4.757
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.197.394)	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(290.308)	-	(21.771)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(11.448)	(44.900)
Responsabilidades representadas por títulos	(63.824)	-	-
Derivados de cobertura	(21.242)	-	(5.795)
Outros passivos	(7.061)	(9.804)	(3.779)
Demonstração de Resultados:			
Rendimentos de juros	(213.471)	(1.319)	(3.196)
Encargos por juros	222.404	-	3.416
Rendimentos de serviços e comissões	(408)	(43.064)	(21.206)
Encargos com serviços e comissões	747	-	4.435
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	103.600	-	17.247
Reavaliação cambial	(1.176)	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	5	-	(65)
Margem bruta da atividade de seguros	-	-	(82)
Gastos gerais administrativos	7.061	-	36.494
Imparidade em Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	65	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	(14.467)	-
Outros resultados de exploração	-	-	7.170
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	31.197	22	78.845
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	110.000	29.504	27.893
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.406.931	-	82.312
Responsabilidades por prestação de serviços	2.004.165	85.689	1.827.723

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017		
	Empresa que direta ou indiretamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum com o Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29.109	-	43.726
Ativos financeiros detidos para negociação	209.479	-	218
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5.139	-	4.810
Ativos financeiros disponíveis para venda	563	-	836
Aplicações em instituições de crédito	312.676	50.025	276.225
Crédito a clientes	-	67.054	51.087
Derivados de cobertura	14.755	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	122.170	-
Outros ativos	4.227	6.766	8.793
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.583.203)	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(17.598)	(6.448)	(2.362)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(4.633)	(51.380)
Responsabilidades representadas por títulos	(58.125)	-	-
Derivados de cobertura	(66.918)	-	-
Outros passivos	(29)	(9)	(7.533)
Demonstração de Resultados:			
Rendimentos de juros	(120.971)	(274)	(1.249)
Encargos por juros	125.708	-	9
Rendimentos de serviços e comissões	(228)	(16.676)	(9.368)
Encargos com serviços e comissões	1.932	-	1.590
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	(43.504)	-	-
Reavaliação cambial	(952)	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	(68)	-	(21)
Margem bruta da atividade de seguros	(2)	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	22.989
Depreciações e amortizações	-	-	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	(4.815)	-
Outros resultados de exploração	-	(53)	-
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	54.318	22	11.183
Garantias recebidas	1	-	1.162
Compromissos perante terceiros	152.406	53.004	10.184
Operações cambiais e instrumentos derivados	20.952.955	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.014.971	72.825	108.112

ÓRGÃOS SOCIAIS**Conselho de Administração**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 533 milhares de euros e 481 milhares de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 9.549 milhares de euros e 9.231 milhares de euros, respetivamente (Nota 36).

No exercício de 2015 foi aprovado um novo Plano de Incentivos de Longo Prazo Individual enquadrado na remuneração variável plurianual, o que se encontra descrito na Nota 42. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica “Custos com o pessoal” no exercício de 2018 e 2017 é apresentado de seguida:

	2018	2017
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	119	107
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. i).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades com este plano ascendiam a 24.721 milhares de euros e 24.120 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos (Nota 21).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários faturados ou a faturar pela sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2018 e 2017, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	2018			2017		
	Sociedade	Grupo	Total	Sociedade	Grupo	Total
Auditoria e revisão legal de contas ^(a)	122	1.496	1.618	124	1.869	1.993
Outros serviços e garantia de fiabilidade ^(a)	22	831	853	21	713	734
Serviços de consultoria fiscal ^(b)	-	-	-	-	-	-
Outros serviços ^(b)	-	163	163	-	111	111
	144	2.490	2.634	145	2.693	2.838

(a) Corresponde aos montantes contratados para o exercício, independentemente da sua data de faturação.

(b) Corresponde aos montantes faturados durante o exercício.

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- (i) Avaliação da imparidade da carteira de crédito, de acordo com o requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
- (ii) Revisão do sistema de controlo interno, de acordo com o requerido pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal;
- (iii) Revisão limitada à informação financeira trimestral (1º e 3º trimestres de 2018) preparada para efeitos da consolidação do Banco Santander, S.A.;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- (iv) Revisão dos procedimentos de salvaguarda de bens de clientes, de acordo com o requerido pelo Artigo 304.º – C do Código dos Valores Mobiliários;
- (v) Verificação da informação relativa às obrigações hipotecárias, de acordo com o requerido pelo Artigo 34.º do Decreto-Lei nº 59/2006, de 20.03;
- (vi) Verificação da informação relativa a Operações de política monetária, de acordo com o requerido pela Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- (vii) Procedimentos acordados sobre a informação dos portfolios de crédito incluídos numa operação de titularização; e
- (viii) Revisão do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, de acordo com o requerido no Aviso nº 2/2018 do Banco de Portugal;
- (ix) Serviços de garantia de fiabilidade exigidos por lei sobre o reporte prudencial da Santander Totta Seguros.

A rubrica de Outros serviços inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- (i) Emissão de comfort letter para a atualização dos prospets sobre o programa de obrigações hipotecárias e EMTN;
- (ii) Revisão da informação apresentada no relato de sustentabilidade de 2018;
- (iii) Gap analysis sobre os impactos da nova diretiva de distribuição de seguros; e
- (iv) Acesso à base de dados Inforfisco contendo informação sobre legislação fiscal, doutrinas e decisões de tribunais.

42. PLANOS DE INCENTIVOS - AÇÕES

O Grupo tem ativo um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP 2015), para um conjunto restrito de colaboradores. A concretização deste plano está condicionada ao desempenho de determinadas métricas do Banco Santander, S.A. entre os exercícios de 2015 e 2017, bem como ao cumprimento dos seguintes objetivos:

- i) Crescimento do lucro consolidado por ação (“BPA”) do Banco Santander no período compreendido entre 2015 e 2017 e comparado a um grupo de referência de 17 entidades;
- ii) O ROTE em 2017 do Grupo Santander
- iii) Satisfação dos empregados medida pela inclusão ou não da sociedade do grupo no TOP 3 dos melhores banco para trabalhar;
- iv) Satisfação do cliente medida pela inclusão ou não da sociedade do grupo no TOP 3 dos melhores banco para o índice de satisfação do cliente;
- v) Número de clientes vinculados em 31 de dezembro de 2017.

Conforme descrito na Nota 1.3. r), o registo contabilístico dos planos de incentivos de ações consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos foi assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o custo total do Plano de Ações de Incentivos para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual (Nota 36)	332	299
	===	===

A disponibilização das ações está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)43. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	31-12-2018				Valor líquido
	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo histórico	Imparidade	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.368.060	287.672	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	850.898	-	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.204.674	-	-	-	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.053.810	-	-	-	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.995.073	-	-	(3)	5.995.070
Aplicações em instituições de crédito	-	675.115	-	(84)	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.281.500	37.349.689	75.423	(1.109.486)	39.597.126
Derivados de cobertura	73.464	-	-	-	73.464
	<u>13.608.521</u>	<u>40.243.762</u>	<u>363.095</u>	<u>(1.109.573)</u>	<u>53.105.805</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	1.239.713	-	-	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	-	3.050.040	-	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.539.911	-	-	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	257.276	33.125.228	-	-	33.382.504
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.322.597	-	-	4.322.597
Outros passivos	-	143.923	56.413	-	200.336
Derivados de cobertura	90.556	-	-	-	90.556
Provisões técnicas	-	726.045	-	-	726.045
	<u>4.763.505</u>	<u>44.907.744</u>	<u>56.413</u>	<u>-</u>	<u>49.727.662</u>
<u>31-12-2017</u>					
	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	751.352	288.203	-	1.039.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	549.586	108.569	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.509.744	-	-	-	1.509.744
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.976.263	-	-	-	1.976.263
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.967.694	-	86.722	(64.094)	4.990.322
Aplicações em instituições de crédito	-	826.367	-	-	826.367
Crédito a clientes	2.985.884	38.401.160	-	(1.740.865)	39.646.179
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	108.808	-	108.808
Derivados de cobertura	15.349	-	-	-	15.349
	<u>11.454.934</u>	<u>40.528.465</u>	<u>592.302</u>	<u>(1.804.959)</u>	<u>50.770.742</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	1.527.098	-	-	-	1.527.098
Recursos de bancos centrais	-	3.080.538	-	-	3.080.538
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.430.798	-	-	-	2.430.798
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.351.906	-	-	4.351.906
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.219.587	30.134.077	104.246	-	31.457.910
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.543.288	-	-	4.543.288
Derivados de cobertura	39.275	-	-	-	39.275
Provisões técnicas	-	380.017	-	-	380.017
	<u>5.216.758</u>	<u>42.489.826</u>	<u>104.246</u>	<u>-</u>	<u>47.810.830</u>

As rubricas de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado e recursos de clientes e outros empréstimos inclui os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura e foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

O montante apresentado nesta Nota como “Provisões técnicas” corresponde a provisões técnicas associadas a produtos do ramo vida com participações nos resultados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” corresponde à valorização de produtos de seguros de vida comercializados pelo Grupo em que o risco é do tomador do seguro (Nota 19).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Os seguros de vida com risco do tomador de seguro correspondem a fundos de investimento coletivo, compostos por títulos ou cabazes de títulos e subscritos através da aquisição de unidades de participação. Os títulos que compõem os fundos de investimento coletivo encontram-se registados na rubrica “Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados”, cuja valorização em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ascende a 2.818.604 milhares de euros e 1.975.690 milhares de euros, respetivamente (Nota 8).

As responsabilidades do Grupo face aos detentores das unidades de participação na maturidade dos produtos encontram-se cobertas pelos rendimentos dos títulos em carteira afetos aos referidos produtos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui 22.636 milhares de euros e 21.053 milhares de euros, respetivamente, de produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 20).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2018					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.060.571	(1.063.330)	(2.759)	-	-	-
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	246.596	(307.003)	(60.407)	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	164.702	(6.379)	158.323	78.914	-	78.914
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	7.007	-	7.007	-	-	-
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	1.910.345	(1.023.479)	886.866	-	-	-
Derivados de cobertura	246.991	(278.716)	(31.725)	45.817	-	45.817
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	824.109	(778.744)	45.365	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(4.204)	(4.204)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	98.079	(58.360)	39.719	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	1.293	(54.931)	(53.638)	-	-	-
Provisões Técnicas	90.965	(89.985)	980	-	-	-
	<u>4.650.658</u>	<u>(3.665.131)</u>	<u>985.527</u>	<u>124.731</u>	<u>-</u>	<u>124.731</u>
Garantias prestadas	19.604	(3.101)	16.503	-	-	-
Linhas de crédito	1.214	-	1.214	-	-	-

	31-12-2017					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.703.508	(1.715.243)	(11.735)	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	178.890	(48.974)	129.916	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	177.794	(464)	177.330	454.086	-	454.086
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	11.810	-	11.810	-	-	-
Crédito a clientes	1.828.819	(1.080.346)	748.473	-	-	-
Derivados de cobertura	266.509	(268.148)	(1.639)	3.778	-	3.778
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	577.577	(699.302)	(121.725)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(7.071)	(7.071)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	82.429	(65.621)	16.808	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	587	(48.308)	(47.721)	-	-	-
Provisões Técnicas	129.862	(133.117)	(3.255)	-	-	-
	<u>4.957.785</u>	<u>(4.066.594)</u>	<u>891.191</u>	<u>457.864</u>	<u>-</u>	<u>457.864</u>
Garantias prestadas	18.526	(3.785)	14.741	-	-	-
Linhas de crédito	1.852	-	1.852	-	-	-

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 9.524 milhares de euros e 8.377 milhares de euros, respetivamente (Nota 33).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os proveitos e custos com juros e comissões, apurados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	820	-	820	101	-	101
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	115.350	-	115.350	116.645	-	116.645
Aplicações em instituições de crédito	6.187	-	6.187	11.709	-	11.709
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	826.584	(21)	826.563	688.290	(28)	688.262
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	6.468	-	6.468
	<u>948.941</u>	<u>(21)</u>	<u>948.920</u>	<u>823.213</u>	<u>(28)</u>	<u>823.185</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(64)	(64)	-	(4.744)	(4.744)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(4.140)	(4.140)	-	(2.327)	(2.327)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(57.686)	(57.686)	-	(61.931)	(61.931)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(54.931)	(54.931)	-	(48.308)	(48.308)
	<u>-</u>	<u>(116.821)</u>	<u>(116.821)</u>	<u>-</u>	<u>(117.310)</u>	<u>(117.310)</u>
Garantias prestadas	19.604	(3.101)	16.503	18.526	(3.785)	19.921
Linhas de crédito	1.214	-	1.214	1.852	-	749

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva, de ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	60.095	(17.137)	42.958	55.351	(10.873)	44.478
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	92.920	(99)	92.821	77.527	(90)	77.437

O Grupo reconheceu durante os exercícios de 2018 e 2017 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de 8.075 milhares de euros e 10.909 milhares de euros, respetivamente (Nota 28).

OUTRAS DIVULGAÇÕESContabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2018					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.274.106	3.279.651	47.162	3.326.813	3.275.521	(55.942)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	80.000	89.046	4.493	93.539	80.000	(5.795)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(256.611)	(257.276)	(2.030)	(259.306)	211.667	2.615
Cobertura de fluxos de caixa:						
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	850.000	850.000	-	850.000	935.913	(21.001)
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	63.365
Responsabilidades representadas por títulos	351.422	351.422	-	351.422	351.422	(332)
	<u>14.298.917</u>	<u>14.312.843</u>	<u>49.625</u>	<u>14.362.468</u>	<u>14.854.523</u>	<u>(17.090)</u>
	31-12-2017					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	2.961.958	2.967.188	18.408	2.985.596	2.961.934	(26.116)
Ativos financeiros disponíveis para venda	80.000	92.722	-	92.722	80.000	(3.536)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.220.094)	(1.222.500)	2.913	(1.219.587)	1.003.563	7.913
Cobertura de fluxos de caixa:						
Recursos de clientes	523.771	523.771	-	523.771	523.771	(2.187)
	<u>2.345.635</u>	<u>2.361.181</u>	<u>21.321</u>	<u>2.382.502</u>	<u>4.569.268</u>	<u>(23.926)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de *cash flows* que afetarão os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2018					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	4.802	9.926	21.026	27.279	-	63.033

	31-12-2017					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	-	-	(761)	(1.426)	-	(2.187)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	28.754	(28.754)	-	20.379	(20.379)	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.493	(4.493)	-	(30.573)	30.573	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.487	(4.500)	(13)	1.213	(1.290)	(77)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	160	(160)	-
	37.734	(37.747)	(13)	(8.821)	8.744	(77)

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2018		
	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total
<u>Ativo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.655.732	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	850.898	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.204.674	-	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.053.810	-	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.995.070	-	5.995.070
Aplicações em instituições de crédito	-	675.031	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.279.651	36.317.475	39.597.126
Derivados de cobertura	73.464	-	73.464
	13.606.669	39.499.136	53.105.805
<u>Passivo</u>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.239.713	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	-	3.050.040	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.539.911	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	257.276	33.125.228	33.382.504
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.322.597	4.322.597
Outros passivos	-	200.336	200.336
Derivados de cobertura	90.556	-	90.556
Provisões técnicas	-	730.273	730.273
	4.763.505	44.968.385	49.731.890

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017		
	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.039.555	1.039.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	658.155	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.509.744	-	1.509.744
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.976.263	-	1.976.263
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.940.025	50.297	4.990.322
Aplicações em instituições de crédito	-	826.367	826.367
Crédito a clientes	2.985.596	36.660.583	39.646.179
Investimentos detidos até à maturidade	-	108.808	108.808
Derivados de cobertura	15.349	-	15.349
	11.426.977	39.343.765	50.770.742
Passivo			
Recursos de bancos centrais	-	3.080.538	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	1.527.098	-	1.527.098
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.430.798	-	2.430.798
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.351.906	4.351.906
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.219.587	30.238.323	31.457.910
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.543.288	4.543.288
Derivados de cobertura	39.275	-	39.275
Provisões técnicas	-	380.017	380.017
	5.216.758	42.594.072	47.810.830

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2018				
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Ativo					
Ativos financeiros detidos para negociação	2.500	-	1.202.174	-	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.020.996	36.383	(3.569)	-	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.420.975	91.338	482.760	(3)	5.995.070
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.274.106	7.394	-	(1.849)	3.279.651
Derivados de cobertura	-	-	73.464	-	73.464
	11.718.577	135.115	1.754.829	(1.852)	13.606.669
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.239.713	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	-	3.175.960
Recursos de clientes e outros empréstimos	256.610	666	-	-	257.276
Derivados de cobertura	-	-	90.556	-	90.556
	3.432.570	666	1.330.269	-	4.763.505

	31-12-2017					
	Custo de aquisição	Periodificações	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Ativo						
Ativos financeiros detidos para negociação	3.342	-	1.506.402	-	-	1.509.744
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.942.397	33.866	-	-	-	1.976.263
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.533.283	96.293	338.118	-	(27.669)	4.940.025
Crédito a clientes	2.961.958	5.517	-	18.408	(287)	2.985.596
Derivados de cobertura	-	-	15.349	-	-	15.349
	9.440.980	135.676	1.859.869	18.408	(27.956)	11.426.977
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.527.098	-	-	1.527.098
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.430.798	-	-	-	-	2.430.798
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.220.094	2.406	-	(2.913)	-	1.219.587
Derivados de cobertura	-	-	39.275	-	-	39.275
	3.650.892	2.406	1.566.373	(2.913)	-	5.216.758

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de mensuração:

	31-12-2018			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.201.295	3.379	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2.828.988	56.755	168.067	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.847.585	2.136.791	10.694	5.995.070
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	3.279.651	-	3.279.651
Derivados de cobertura	-	73.464	-	73.464
	<u>6.676.573</u>	<u>6.747.956</u>	<u>182.140</u>	<u>13.606.669</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.239.713	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.175.960	-	3.175.960
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	257.276	-	257.276
Derivados de cobertura	-	90.556	-	90.556
	<u>-</u>	<u>4.763.505</u>	<u>-</u>	<u>4.763.505</u>

	31-12-2017			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	313	1.505.691	3.740	1.509.744
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.974.665	-	1.598	1.976.263
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.767.728	2.093.879	78.418	4.940.025
Crédito a clientes	-	2.985.596	-	2.985.596
Derivados de cobertura	-	15.349	-	15.349
	<u>4.742.706</u>	<u>6.600.515</u>	<u>83.756</u>	<u>11.426.977</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.527.098	-	1.527.098
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2.430.798	-	2.430.798
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.219.587	-	1.219.587
Derivados de cobertura	-	39.275	-	39.275
	<u>-</u>	<u>5.216.758</u>	<u>-</u>	<u>5.216.758</u>

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, alguns fundos de investimento e ações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e a totalidade dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black Scholes, Modelo Heston
Opções taxa de juro	Modelo Black Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Banco procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os instrumentos financeiros derivados de ativos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).
- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação		Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através rendimento Integral	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
	Títulos	Derivados				
Em 31 de Dezembro de 2016	3.175	-	5.032	-	32.598	40.805
Aquisições	530	-	-	-	46.282	46.812
Alienações	-	-	-	-	-	-
Liquidações	-	-	(3.434)	-	(354)	(3.788)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor	35	-	-	-	(108)	(73)
Em 31 de Dezembro de 2017	3.740	-	1.598	-	78.418	83.756
Reclassificação por 1ª aplicação da IFRS9	(530)	-	77.614	1.334	(78.418)	-
Aquisições	-	-	120.249	4.757	-	125.006
Alienações	-	-	(897)	(3.993)	-	(4.890)
Liquidações	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	36.624	13.510	-	50.134
Alterações de justo valor	169	-	(67.121)	(4.914)	-	(71.866)
Em 31 de Dezembro de 2018	3.379	-	168.067	10.694	-	182.140

As curvas de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2018		31-12-2017	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,25%	2,75%	-0,28%	1,77%
1 mês	-0,25%	2,76%	-0,28%	1,77%
3 meses	-0,24%	2,76%	-0,27%	1,69%
6 meses	-0,24%	2,74%	-0,27%	1,74%
9 meses	-0,23%	2,73%	-0,26%	1,82%
1 ano	-0,23%	2,73%	-0,25%	1,88%
3 anos	-0,07%	2,60%	-0,01%	2,15%
5 anos	0,20%	2,61%	0,32%	2,23%
7 anos	0,47%	2,66%	0,57%	2,30%
10 anos	0,81%	2,75%	0,89%	2,38%

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	31-12-2018		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Ativo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.655.732	1.640.368	(15.364)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	850.898	850.898	-
Aplicações em instituições de crédito	675.031	675.571	540
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	36.317.475	36.331.859	14.384
	<u>39.499.136</u>	<u>39.498.696</u>	<u>(440)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(3.050.040)	(3.038.968)	11.072
Recursos de outras instituições de crédito	(3.539.911)	(3.544.557)	(4.646)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(33.125.228)	(33.128.761)	(3.533)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.322.597)	(4.355.399)	(32.802)
Outros passivos	(200.336)	(200.336)	-
Provisões técnicas - seg fin c/ particip nos resultados	(730.273)	(730.273)	-
	<u>(44.968.385)</u>	<u>(44.998.294)</u>	<u>(29.909)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Ativo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.039.555	1.027.787	(11.768)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.155	658.155	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	50.297	50.297	-
Aplicações em instituições de crédito	826.367	829.678	3.311
Crédito a clientes	36.660.583	36.999.851	339.268
Investimentos detidos até à maturidade	108.808	115.514	6.706
	<u>39.343.765</u>	<u>39.681.282</u>	<u>337.517</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	(3.080.538)	(3.083.784)	(3.246)
Recursos de outras instituições de crédito	(4.351.906)	(4.364.370)	(12.464)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(30.238.323)	(30.246.911)	(8.588)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.543.288)	(4.833.754)	(288.357)
Provisões técnicas - seg fin c/ particip nos resultados	(380.017)	(380.017)	-
	<u>(42.594.072)</u>	<u>(42.908.836)</u>	<u>(314.764)</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	31-12-2018			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 2)	(Nível 3)		
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.640.368	-	1.640.368
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	850.898	-	850.898
Aplicações em instituições de crédito	-	675.571	-	675.571
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	478.345	35.853.514	36.331.859
	-	<u>3.645.182</u>	<u>35.853.514</u>	<u>39.498.696</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	(3.038.968)	-	(3.038.968)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(3.544.557)	-	(3.544.557)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(33.128.761)	(33.128.761)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(4.355.399)	-	(4.355.399)
Outros passivos	-	-	(200.336)	(200.336)
Provisões técnicas	-	-	(730.273)	(730.273)
	-	<u>(10.938.924)</u>	<u>(34.059.370)</u>	<u>(44.998.294)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em	Outras técnicas		Total
	mercado activo	de valorização		
(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.027.787	-	1.027.787
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	658.155	-	658.155
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	50.297	50.297
Aplicações em instituições de crédito	-	829.678	-	829.678
Crédito a clientes	-	478.345	36.521.506	36.999.851
Investimentos detidos até à maturidade	9.364	-	106.150	115.514
	<u>9.364</u>	<u>2.993.965</u>	<u>36.677.953</u>	<u>39.681.282</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	(3.083.784)	-	(3.083.784)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(4.364.370)	-	(4.364.370)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(30.246.911)	(30.246.911)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(4.833.754)	-	(4.833.754)
Provisões técnicas	-	-	(380.017)	(380.017)
	-	<u>(12.281.908)</u>	<u>(30.626.928)</u>	<u>(42.908.836)</u>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último trimestre do ano tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

De acordo com a IFRS 4, a Santander Totta Seguros efetuou testes de adequacidade dos passivos de contratos de seguro, com e sem participação nos resultados, onde assume o risco de investimento e em que a cobertura é superior a um ano, de modo a aferir da adequacidade das provisões técnicas constituídas.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

Atividade Bancária e outras

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturada através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Atividade Seguradora

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito.

De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares nº 11/2010 e nº 3/2011, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (*Senior, Lower Tier 2 e Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (ou pela S&P ou pela Moodys não estando a primeira disponível).

Por outro lado, é definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que assim o justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Risco Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudencial sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating*, e que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito o *rating* é o da dívida sénior.
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS).
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Adicionalmente, procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

No que diz respeito a resseguradores, a Santander Totta Seguros trabalha fundamentalmente com seis: Abbey Life, Genworth, General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, e Axa Re.

Os *ratings* dos maiores resseguradores podem ser consultados na tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
General Cologne Re	AA+
Genworth	BB-
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / Axa France IARD	AA-

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Grupo pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de default elevada;

Rating 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de default moderada;

Rating 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de default reduzida.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.655.732	1.655.732	1.039.555	1.039.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	850.898	850.898	658.155	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.204.674	1.204.674	1.509.744	1.509.744
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	3.053.810	3.053.810	1.976.263	1.976.263
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.995.070	5.995.070	4.990.322	4.990.322
Aplicações em instituições de crédito	675.031	675.031	826.367	826.367
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	39.597.126	45.862.081	39.646.179	46.075.986
Derivados de cobertura	73.464	73.464	15.349	15.349
Investimentos em associadas	111.376	111.376	122.170	122.170
	<u>53.217.181</u>	<u>59.482.136</u>	<u>50.784.104</u>	<u>57.213.911</u>
Garantias prestadas	<u>1.955.910</u>	<u>1.955.910</u>	<u>2.065.101</u>	<u>2.065.101</u>

A exposição máxima em “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” em 31 de dezembro de 2018 incluía 1.035.032 milhares de euros e 5.229.923 milhares de euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (1.352.174 milhares de euros e 5.077.633 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente).

De acordo com os requisitos definidos na instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as “exposições não produtivas” (*Non Performing Exposures*) e as “exposições diferidas” (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	38.671.209	(176.243)	0,5%	38.388.823	(246.286)	0,6%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	619	(494)	79,8%	1.613	(318)	19,7%
. Particulares	601.095	(233.314)	38,8%	825.187	(310.259)	37,6%
. Empresas	1.433.689	(699.435)	48,8%	2.171.421	(1.184.002)	54,5%
	<u>2.035.403</u>	<u>(933.243)</u>		<u>2.998.221</u>	<u>(1.494.579)</u>	
	<u>40.706.612</u>	<u>(1.109.486)</u>		<u>41.387.044</u>	<u>(1.740.865)</u>	

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o grau de cobertura das exposições não produtivas por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	619	-	-	1.613	-	-
. Particulares	601.095	319.151	53,1%	825.187	462.708	56,1%
. Empresas	1.433.689	381.567	26,6%	2.171.421	546.194	25,2%
	<u>2.035.403</u>	<u>700.718</u>		<u>2.998.221</u>	<u>1.008.902</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	866.312	(39.221)	4,5%	1.321.740	(83.046)	6,3%
Exposições não produtivas						
. Particulares	378.604	(139.785)	36,9%	469.715	(143.945)	30,6%
. Empresas	1.048.822	(517.521)	49,3%	1.347.323	(771.626)	57,3%
	1.427.426	(657.306)		1.817.037	(915.571)	
	<u>2.293.738</u>	<u>(696.527)</u>		<u>3.138.777</u>	<u>(998.617)</u>	

Ativos onerados

Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28 / 2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

	2018			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	2.218.959	-
Instrumentos de capital	-	-	823.445	823.445
Títulos de dívida	2.076.282	2.076.282	10.241.519	10.241.519
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	11.553.395	-	24.629.774	-
Outros ativos	-	-	3.495.765	-
	<u>13.629.677</u>	<u>2.076.282</u>	<u>41.409.462</u>	<u>11.064.964</u>
Ativos				
Disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	-	-	1.697.710	-
Instrumentos de capital	-	-	134.651	148.908
Títulos de dívida	2.015.002	2.015.002	7.233.945	7.565.718
Crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito	13.537.188	-	22.654.943	-
Outros ativos	-	-	5.895.551	-
	<u>15.552.190</u>	<u>2.015.002</u>	<u>37.616.800</u>	<u>7.714.626</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os passivos associados a ativos onerados e a colaterais recebidos são os seguintes:

	2018	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	6.732.748	8.503.740
Outros	635.000	725.178
	<u>7.367.748</u>	<u>9.228.918</u>
	2017	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	7.709.673	4.001.027
Outros	685.000	215.860
	<u>8.394.673</u>	<u>4.216.887</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as principais rubricas do ativo apresentavam o seguinte detalhe por rating externo (rating interno para o crédito concedido), de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		
Rating S&P		
AAA+ /AAA /AAA-	1.368.061	751.352
Não sujeito	287.671	288.203
	<u>1.655.732</u>	<u>1.039.555</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Rating S&P		
AAA+ /AAA /AAA-	180.861	-
AA+ /AA /AA-	173.921	246.901
A+ /A /A-	384.205	245.829
BBB+ / BBB / BBB-	88.300	32.574
Sem rating externo	17.716	24.353
Não sujeito	5.895	108.498
	<u>850.898</u>	<u>658.155</u>
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
AAA+ / AAA / AAA-	4.181	-
AA+ / AA / AA-	7.383	4.729
A+ / A / A-	79.401	74.914
BBB+ / BBB / BBB-	1.952.887	1.469.303
BB+ / BB / BB-	120.432	137.143
B+ / B / B-	74.993	-
CCC+ / CCC / CCC-	12	-
D+ / D / D-	-	41.709
Sem rating externo	74.894	32.264
	<u>2.314.183</u>	<u>1.760.062</u>
Outros ativos ao justo valor através de outro rendimento integral		
Rating S&P		
A+ /A /A-	343.720	-
AA+ / AA / AA-	51.399	-
AAA+ / AAA / AAA-	5.355	4.868
BBB+ / BBB / BBB-	5.447.016	4.754.831
BB+ / BB / BB-	644	-
B+ / B / B-	-	50.209
Sem rating externo	66.497	790
	<u>5.914.631</u>	<u>4.810.698</u>
Aplicações em instituições de crédito		
Rating S&P		
A+ /A /A-	516.036	708.419
BBB+ / BBB / BBB-	88.146	40.073
BB+ / BB / BB-	-	5.710
Sem rating externo	70.933	72.165
	<u>675.115</u>	<u>826.367</u>
Crédito a clientes		
Rating interno		
Risco de crédito reduzido	25.261.445	19.716.867
Risco de crédito médio	11.344.107	9.340.858
Risco de crédito alto	2.667.778	3.358.527
Carteira BAPOP	-	6.107.712
Sem rating	1.433.282	2.863.080
	<u>40.706.612</u>	<u>41.387.044</u>
Investimentos até à maturidade		
Rating S&P		
BBB+ / BBB / BBB-	-	9.364
Sem rating externo	-	99.444
	<u>-</u>	<u>108.808</u>
	<u>52.117.171</u>	<u>50.590.689</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

Atividade Bancária e outras

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Atividade Seguradora

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um ativo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e passivos técnicos.

Adicionalmente, de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais de ativos financeiros e passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados a produtos “*unit-linked*” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2018							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	287.671	-	-	-	1.368.061	-	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	850.898	-	-	-	-	-	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	1.204.674	-	-	-	-	-	-	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	6.449	90.278	702.984	341.542	1.143.215	736.527	3.020.995
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2	474.854	624.438	297.375	435.665	4.411.196	82.958	6.326.487
Aplicações em instituições de crédito	92.955	4.663	114.770	440.916	28	21.199	-	674.531
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	144.638	2.584.761	4.673.292	9.208.935	5.884.763	22.278.643	-	44.775.032
Derivados de cobertura	73.464	-	-	-	-	-	-	73.464
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	113.294	113.294
	2.654.302	3.070.727	5.502.777	10.650.210	8.030.058	27.854.254	932.779	58.695.107
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	1.239.713	-	-	-	-	-	-	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	-	-	-	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	4.517	-	-	3.025.116	-	-	-	3.029.633
Recursos de outras instituições de crédito	499.466	1.316.413	575.107	352.944	499.809	300.000	-	3.543.739
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.450.485	6.223.706	8.001.085	3.324.819	495.195	13.765	-	33.508.055
Responsabilidades representadas por títulos	-	9.343	818.005	854.633	130.107	2.783.618	-	4.595.706
Derivados de cobertura	90.556	-	-	-	-	-	-	90.556
Provisões técnicas	105.905	441.936	17.835	33.260	26.257	117.664	-	742.857
	20.566.602	7.991.398	9.412.032	7.590.772	1.151.368	3.215.047	-	49.927.219
31-12-2017								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	288.203	-	-	-	750.711	-	-	1.038.914
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.155	-	-	-	-	-	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	248.949	-	-	-	-	-	-	248.949
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.976.263	-	-	-	-	-	-	1.976.263
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	277.022	51.327	358.408	301.526	4.427.793	190.865	5.606.943
Aplicações em instituições de crédito	121.812	20.166	171.647	477.281	-	-	-	790.906
Crédito a clientes	290.673	2.929.297	4.626.212	8.740.195	6.557.776	22.344.748	-	45.488.901
Investimentos detidos até à maturidade	-	11.621	8.434	19.869	18.366	70.382	-	128.672
Derivados de cobertura	15.349	-	-	-	-	-	-	15.349
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	127.700	127.700
	3.599.406	3.238.106	4.857.620	9.595.753	7.628.379	26.842.923	318.565	56.080.752
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.538	-	-	2.446.000	630.000	-	-	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	1.527.098	-	-	-	-	-	-	1.527.098
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.430.798	-	-	-	-	-	-	2.430.798
Recursos de outras instituições de crédito	432.518	1.494.882	1.274.615	1.478	550.751	600.000	-	4.354.244
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.205.287	6.185.754	6.913.328	5.084.754	136.356	17.940	-	31.543.419
Responsabilidades representadas por títulos	-	58.531	141.408	1.824.664	298.630	2.558.445	-	4.881.678
Derivados de cobertura	39.275	-	-	-	-	-	-	39.275
Provisões técnicas	41.021	171.178	6.908	12.883	10.170	45.675	-	287.735
	17.680.535	7.910.345	8.336.259	9.369.779	1.625.907	3.221.960	-	48.144.785

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral), outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rúbrica;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.
- Os ativos e passivos associados a produtos “*unit link*” da atividade seguradora do Grupo foram considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor dos ativos e passivos.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers e Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (Stress Test).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2018				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.368.060	287.672	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	850.898	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.379	1.201.295	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2123526	900569	29715	0	3.053.810
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.386.529	95.675	512.866	-	5.995.070
Aplicações em instituições de crédito	102310	562642	10079	0	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	8.332.714	31.074.851	189.561	-	39.597.126
Derivados de cobertura	-	-	-	73.464	73.464
	<u>15.945.079</u>	<u>34.001.797</u>	<u>1.884.170</u>	<u>1.274.759</u>	<u>53.105.805</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.239.713	1.239.713
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	-	3.175.960
Recursos de bancos centrais	3.050.040	-	-	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	153.057	3.386.667	187	-	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.146.276	15.172.120	64.108	-	33.382.504
Responsabilidades representadas por títulos	3.500.000	888.986	(66.389)	-	4.322.597
Outros passivos	-	-	200.336	-	200.336
Derivados de cobertura	-	-	-	90.556	90.556
Provisões técnicas	730.273	-	136	-	730.409
	<u>28.755.606</u>	<u>19.447.773</u>	<u>198.378</u>	<u>1.330.269</u>	<u>49.732.026</u>
31-12-2017					
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	751.352	288.203	-	1.039.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	658.155	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	4.053	1.505.691	1.509.744
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.675.000	267.397	33.866	-	1.976.263
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.365.772	254.233	370.317	-	4.990.322
Aplicações em instituições de crédito	288.704	497.129	40.534	-	826.367
Crédito a clientes	8.094.066	31.975.972	(423.859)	-	39.646.179
Investimentos até à maturidade	9.057	99.173	578	-	108.808
Derivados de cobertura	-	-	-	15.349	15.349
	<u>14.432.599</u>	<u>33.845.256</u>	<u>971.847</u>	<u>1.521.040</u>	<u>50.770.742</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	3.080.538	-	-	-	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.527.098	1.527.098
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.430.798	-	-	-	2.430.798
Recursos de outras instituições de crédito	124.560	4.226.615	731	-	4.351.906
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.476.928	12.861.518	119.464	-	31.457.910
Responsabilidades representadas por títulos	3.526.087	1.094.921	(77.720)	-	4.543.288
Derivados de cobertura	-	-	-	39.275	39.275
Provisões técnicas	408.348	-	136	-	408.484
	<u>28.047.259</u>	<u>18.183.054</u>	<u>42.611</u>	<u>1.566.373</u>	<u>47.839.297</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro para atividade bancária, por intervalos de taxas é o seguinte:

	31-12-2018					31-12-2017		
	Intervalos de taxas					Intervalos de taxas		
	[<1%]	[1%-3%]	[3%-5%]	[5%-10%]	[>10%]	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.368.061	-	-	-	-	287.671	-	1.655.732
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	850.898	-	850.898
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	3.379	1.201.295	1.204.674
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	179.879	-	179.879
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.507	2.190.033	2.466.634	32.669	-	552.213	-	5.243.056
Aplicações em instituições de crédito	538.504	136.018	-	-	-	509	-	675.031
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	13.117.126	19.105.978	5.616.926	1.368.973	501.497	(113.374)	-	39.597.126
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	73.464	73.464
	15.025.198	21.432.029	8.083.560	1.401.642	501.497	1.761.175	1.274.759	49.479.860
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.239.713	1.239.713
Recursos de bancos centrais	3.074.860	-	-	-	-	(24.820)	-	3.050.040
Recursos de outras instituições de crédito	3.436.563	103.057	-	-	-	291	-	3.539.911
Recursos de clientes e outros empréstimos	31.682.158	1.359.174	255.368	85.804	-	-	-	33.382.504
Responsabilidades representadas por títulos	2.539.097	1.773.000	2.500	8.000	-	-	-	4.322.597
Outros passivos	-	-	-	-	-	200.336	-	200.336
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	90.556	90.556
	40.732.678	3.235.231	257.868	93.804	-	175.807	1.330.269	45.825.657
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	751.352	-	-	-	-	288.203	-	1.039.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	658.155	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	4.053	1.505.691	1.509.744
Ativos financeiros disponíveis para venda	140.074	1.436.783	3.074.292	115.430	-	223.743	-	4.990.322
Aplicações em instituições de crédito	639.570	145.015	-	1.247	1	40.535	-	826.367
Crédito a clientes	13.815.396	18.049.948	6.168.519	1.438.036	610.046	1.233.297	-	41.315.240
Investimentos até à maturidade	2.879	90.552	14.799	-	-	578	-	108.808
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	15.349	15.349
	15.349.271	19.722.297	9.257.609	1.554.713	610.047	2.448.564	1.521.040	50.463.540
Passivo								
Recursos de bancos centrais	3.076.000	-	-	-	-	4.538	-	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.527.098	1.527.098
Recursos de outras instituições de crédito	4.303.647	47.528	-	-	-	731	-	4.351.906
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.707.895	2.170.685	264.254	185.618	16	129.442	-	31.457.910
Responsabilidades representadas por títulos	1.858.144	2.760.363	2.500	-	-	(85.454)	-	4.535.553
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	39.275	39.275
Passivos subordinados	-	-	-	7.599	-	136	-	7.735
	37.945.686	4.978.576	266.754	193.217	16	49.393	1.566.373	45.000.015

Atividade Bancária e outras**Instrumentos financeiros – não negociação**

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Grupo a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (*bp*'s) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<i>Ativo</i>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	577	54.845	395	30.772
Outros ativos financeiros ao justo valor				
através de outro rendimento integral	(321.428)	331.587	(332.156)	355.694
Aplicações em instituições de crédito	(313)	702	(1.430)	409
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	(742.445)	690.663	(627.247)	578.901
	<u>(1.063.609)</u>	<u>1.077.797</u>	<u>(960.438)</u>	<u>965.776</u>
Derivados de cobertura	<u>(9.444)</u>	<u>(159.348)</u>	<u>169.730</u>	<u>(199.210)</u>
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos centrais	(49.154)	15.495	(80.016)	37.533
Recursos de outras instituições de crédito	(9.095)	19.820	(14.387)	24.449
Recursos de clientes e outros empréstimos	(816.694)	650.259	(745.179)	648.659
Responsabilidades representadas por títulos	(156.317)	143.262	(188.792)	185.101
	<u>(1.031.260)</u>	<u>828.836</u>	<u>(1.028.374)</u>	<u>895.742</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
VaR Percentil 99%	-	(1)
VaR Weighted Percentil 99%	-	(1)

Atividade Seguradora

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros associados a produtos de seguro (à exceção de produtos *Unit Links*) a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
+100 bp's	78	97
-100 bp's	(78)	(97)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	31-12-2018				31-12-2017			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.648.954	2.785	3.993	1.655.732	1.033.619	1.960	3.976	1.039.555
Disponibilidades em outras instituições de crédito	421.812	277.247	151.839	850.898	373.489	163.024	121.642	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.203.143	1.518	13	1.204.674	1.507.438	2.103	203	1.509.744
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	2.941.480	112.214	116	3.053.810	1.976.263	-	-	1.976.263
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.995.070	-	-	5.995.070	4.990.322	-	-	4.990.322
Aplicações em instituições de crédito	608.706	17	66.308	675.031	726.613	78.897	20.857	826.367
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	38.950.547	614.968	31.611	39.597.126	39.197.851	41.745	406.583	39.646.179
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	108.808	-	-	108.808
Derivados de cobertura	67.718	5.746	-	73.464	10.995	4.354	-	15.349
	51.837.430	1.014.495	253.880	53.105.805	49.925.398	292.083	553.261	50.770.742
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	1.238.192	1.520	1	1.239.713	1.524.814	2.094	190	1.527.098
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.175.960	-	-	3.175.960	2.430.798	-	-	2.430.798
Recursos de bancos centrais	3.050.040	-	-	3.050.040	3.080.538	-	-	3.080.538
Recursos de outras instituições de crédito	3.411.073	128.496	342	3.539.911	4.272.653	29.603	49.650	4.351.906
Recursos de clientes e outros empréstimos	31.795.339	1.331.114	256.051	33.382.504	30.005.892	419.792	1.032.226	31.457.910
Responsabilidades representadas por títulos	4.322.597	-	-	4.322.597	4.518.273	-	25.015	4.543.288
Outros passivos	200.336	-	-	200.336	-	-	-	-
Derivados de cobertura	88.714	1.728	114	90.556	37.495	1.765	15	39.275
Provisões técnicas	730.273	-	-	730.273	408.348	-	-	408.348
	48.012.524	1.462.858	256.508	49.731.890	46.278.811	453.254	1.107.096	47.839.161

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o VaR associado ao risco cambial referente à atividade bancária do Grupo correspondia a:

	31-12-2018	31-12-2017
VaR Percentil 99%	(3)	(7)
VaR Weighted Percentil 99%	(3)	(4)

Os ativos e passivos financeiros associados à atividade Seguradora são maioritariamente expressos em Euros, sendo o risco cambial imaterial.

Risco de cotação de ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo não tinha risco associado de cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)**Compensação de ativos e passivos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

31-12-2018				
Contraparte	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	
Instituições Financeiras	(859)	-	28.250	27.391
Empresas do Grupo	(1.312.470)	-	413.409	(899.061)
	<u>(1.313.329)</u>	<u>-</u>	<u>441.659</u>	<u>(871.670)</u>
31-12-2017				
Contraparte	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash recebido como garantia	
Instituições Financeiras	600	-	(620)	(20)
Empresas do Grupo	(1.279.832)	-	296.570	(983.262)
	<u>(1.279.232)</u>	<u>-</u>	<u>295.950</u>	<u>(983.282)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

31-12-2018				
Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(1.957.342)	1.957.494	25.700	25.852
	<u>(1.957.342)</u>	<u>1.957.494</u>	<u>25.700</u>	<u>25.852</u>
31-12-2017				
Contraparte	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		Valor Líquido
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	
Instituições Financeiras	(2.710.621)	2.710.598	24.402	24.379
	<u>(2.710.621)</u>	<u>2.710.598</u>	<u>24.402</u>	<u>24.379</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)44. GESTÃO DO CAPITAL

O Grupo procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios– relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os ativos ponderados pelo risco.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos.

O Grupo utiliza o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para a maioria dos segmentos de crédito e o método padrão para leasing, factoring, operações manuais, carteira do ex-Banif e carteira do BAPOP.

Em dezembro de 2010, o Grupo passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação (IRB) e o método padrão para o resto da carteira de negociação.

Em junho de 2012, o Grupo começou a usar o método padrão para efeitos de apuramento dos requisitos de risco operacional, tendo até então utilizado o método do indicador básico.

A partir de 1 de janeiro de 2014, passou a reportar os rácios de capital de acordo com o novo enquadramento regulatório do BIS III que, embora preveja um período de transição (phasing in), é mais exigente para o rácio core capital (ou Common Equity Tier I, CET1), em particular por via de deduções adicionais e ponderadores mais elevados no cômputo das posições em risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (ambos em BIS III – Phasing In):

	Valores em milhões de Euros	
	dez 18	dez 17
	BIS III Phasing In	BIS III Phasing In
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)	3.447	3.695
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	2.571	2.571
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	1.191	1.257
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	(315)	(132)
B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)	22	12
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	12	12
Interesses Minoritários Elegíveis	0	0
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	10	0
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	0	0
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	3.469	3.707
E - POSIÇÕES EM RISCO	20.052	21.935
RÁCIOS	dez 18	dez 17
TIER I (A/E)	17,2%	16,8%
CORE CAPITAL (CET1)	14,2%	14,2%
TIER II (B/E)	0,1%	0,1%
RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)	17,3%	16,9%
LEVERAGE	6,5%	

45. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2018, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 7.554 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,0459%.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo, em 24 de maio de 2018, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 791.695 milhares de Euros ao Novo Banco com referência às contas de 2017, tendo para tal utilizado recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 430 milhões de Euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução. De acordo com a informação prestada pelo Novo Banco, à data de 31 de dezembro de 2017, o valor líquido dos ativos abrangidos pelo perímetro do mecanismo de capitalização contingente ascendia a cerca de 5,4 mil milhões de Euros.

De acordo com os resultados do exercício de 2018 divulgados recentemente pelo Novo Banco, o montante reclamado em 2019 ao Fundo de Resolução, ao abrigo deste mecanismo, ascenderá a 1.149 milhões de Euros.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 milhares de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do Banif a 20 de dezembro de 2015. Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras consolidadas refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Sociedade contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

46. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência (“AdC”), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

A AdC decretou o segredo de justiça no âmbito do processo de contraordenação em causa, atendendo aos interesses da investigação e aos direitos dos sujeitos processuais, os quais seriam incompatíveis com a publicidade do processo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes.

O Banco, que refuta veementemente todas as teses de acusação da AdC, apresentou a sua defesa escrita à citada nota de ilicitude dentro do prazo de resposta, que terminava em 27 de setembro de 2017, tendo sido tal defesa posteriormente complementada com a realização de uma audição oral, a 18 de dezembro de 2017. Recentemente, o prazo de instrução do processo em apreço foi prorrogado pela AdC até ao dia 31 de dezembro de 2019.

A comunicação de uma nota de ilicitude não constitui uma decisão final quanto ao processo em referência, cabendo ao destinatário exercer os seus direitos de defesa. Na sequência disso, a AdC tomará uma decisão.

AdC pode tomar uma decisão final condenatória, e por força dessa poderá ser aplicada uma coima dentro dos limites previstos na lei, que prevê um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão. Sendo tal decisão impugnável, ou seja, o visado poderá recorrer judicialmente de modo a que os tribunais de recurso competentes apreciem a legalidade da decisão.

O Banco não prescindirá do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciárias que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2018, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

48. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de abril de 2019.

SANTANDER TOTTA - SGPS

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecária XIII - 1ª	EUR	750.000	-	750.000	(2.776)	-	747.224	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XV	EUR	750.000	-	750.000	722	-	750.722	0,88%	27-out-2015	27-out-2020	Taxa Fixa
Hipotecária XVI	EUR	200.000	200.000	-	-	-	-	0,84%	24-fev-2016	24-fev-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,90%	15-abr-2016	15-abr-2023	Taxa Fixa
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,65%	26-jul-2016	26-jul-2023	Taxa Fixa
Hipotecárias XX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	1,20%	7-dez-2017	7-dez-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	1,48%	10-abr-2017	10-abr-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(2.190)	-	997.810	0,88%	25-abr-2017	25-abr-2024	Taxa Fixa
Hipotecárias XXIII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(6.978)	-	993.022	1,25%	26-set-2017	26-set-2027	Taxa Fixa
		7.700.000	4.200.000	3.500.000	(11.222)	-	3.488.778				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	552.766	404.510	148.256	(486)	-	147.770	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	20.110	20.110	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	63.511	63.511	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	505.465	356.602	148.863	(205)	-	148.658	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.125	6.125	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada

SANTANDER TOTTA - SGPS

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Atlantes Mortgage PLC - classe A	EUR	15.207	2.492	12.715	6	-	12.721	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+0,54%;
Atlantes Mortgage PLC - classe B	EUR	22.500	-	22.500	47	-	22.547	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+1,30%;
Atlantes Mortgage PLC - classe C	EUR	12.500	-	12.500	60	-	12.560	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+2,60%;
Atlantes Mortgage PLC - classe D	EUR	2.500	-	2.500	23	-	2.523	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+4,75%;
Atlantes MTG n1 CL E 2036	EUR	15.400	15.400	-	-	-	-	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC classe A	EUR	1.135	233	902	-	-	902	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	19.000	1.000	18.000	167	-	18.167	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%
Azor Mortgage PLC classe C	EUR	9.000	2.500	6.500	208	-	6.708	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%
Azor Mortgage PLC classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	125.618	-	125.618	(16.663)	-	108.955	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	13.817	13.817	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.632	5.632	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	16.125	16.125	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	97.696	97.696	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	213.544	66.554	146.990	(11.888)	-	135.102	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	30.625	30.625	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	57.668	57.668	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	242.931	-	242.931	(34.173)	-	208.758	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	26.753	26.753	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	74.250	74.250	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	201.613	201.613	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	35.724	35.724	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	63.982	63.982	-	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	157.929	157.929	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	29.348	29.348	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	60.898	60.898	-	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	1.473.766	1.473.766	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 0,6%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Euribor 3m + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	60.595	60.595	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		4.898.563	4.010.288	888.275	(62.904)		825.371				
Outros											
Euro medium Term Note-37ª	EUR	212	-	212	-	-	212	0,75%	9-ago-2016	9-ago-2019	Taxa Fixa
Euro medium Term Note-38ª	EUR	499	-	499	2	-	501	0,75%	29-set-2016	29-set-2019	Taxa Fixa
		711	-	711	2		713				
		12.599.274	8.210.288	4.388.986	(74.124)		4.314.862				

SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Nota 20)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	112	112	-	-	1,51%	Perpétuas	22 de junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	73	73	-	-	1,48%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	4.275	-	23	23	-	-	1,48%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Banco Santander Totta,SA 7,5% 06/10/2026	EUR	7.599	-	7.599	136	-	136	7.735	7,50%	Perpétuas	06 de Outubro de 2026
		296.139	288.540	7.599	344	208	136	7.735			



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (o “Grupo”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 55.039.139 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.171.738 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 499.964 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração de alterações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Santander Totta SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

A

Perdas por imparidade de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizadoMensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 10, 21 e 43 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

A significativa expressão das rubricas de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado bem como as perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Grupo no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento, bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2018 o valor bruto do crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado ascende a 40.706.612 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 1.109.486 milhares de euros.

A implementação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros (“IFRS 9”) em 1 de janeiro de 2018 pelo Grupo implicou a introdução de um conjunto de novos requisitos com impacto na mensuração e reconhecimento da imparidade de crédito sobre ativos financeiros, apurada através de um modelo de perdas esperadas em detrimento do modelo de perdas incorridas subjacente à IAS 39. Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo decorrentes da adoção desta nova norma foram estimados por referência a 1 de janeiro de 2018, tendo por base a informação disponível àquela data e a assunção de um conjunto de pressupostos, que se encontram apresentados nas notas 1.1 e 1.3 alínea c) anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As perdas por imparidade de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado são apuradas pela gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa do total da carteira de crédito, sendo que para a carteira remanescente a imparidade é apurada

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação dos controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito concedido a clientes, bem como os controlos chave do Grupo subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas por imparidade.

No âmbito específico da implementação da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, acompanhámos o plano de ação desenvolvido pelo Grupo e desenvolvemos de entre outros os seguintes procedimentos:

- Reuniões com o órgão de gestão e com os principais responsáveis pelo plano de ação no sentido de compreendermos e acompanharmos o calendário, o âmbito e a profundidade do trabalho a realizar pelas diferentes áreas do Grupo;
- Compreensão do processo de *governance* do Grupo, nomeadamente quanto aos controlos implementados sobre a revisão e aprovação dos principais pressupostos, julgamentos e perspetivas económicas futuras utilizados nos modelos definidos para a mensuração das perdas por imparidade;
- Leitura e análise dos documentos metodológicos de adoção da IFRS 9 preparados pelo Grupo e revisão da sua aderência aos princípios da referida norma; e
- Revisão dos efeitos apurados pelo Grupo decorrentes da adoção da IFRS 9 com impacto na situação líquida do Grupo em 1 de janeiro de 2018.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo, tendo por base os critérios

A

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

através de análise coletiva. Este processo sumariza-se como segue:

- Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Grupo e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Grupo realiza uma análise individual de quantificação de imparidade (“AII”) apenas para as exposições classificadas em *stage 3*, em que o montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão gerar no futuro para o cumprimento das suas responsabilidades – abordagem *going*; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda – abordagem *gone*.
- Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Grupo desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de reporte (*stages 1, 2 ou 3*). Estes modelos internos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações. Por forma a serem representativos do atual contexto económico, mas também a incorporar uma perspetiva de evolução económica futura, estes modelos utilizam informação prospetiva disponível “*forward looking*” como é exemplo (i) a taxa de crescimento do PIB; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a evolução da taxa de juro; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento.

definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stage 3*, representativa da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a adequação dos *cash flows* (planos financeiros) utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os que se encontram refletidos no suporte contratual; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo; (iv) analisar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (v) examinar os critérios para a classificação em situação de imparidade (*stage 3*), numa base individual; (vi) rever a incorporação de informação prospetiva (*forward looking*); (vii) análise crítica dos *discounted cash flows* subjacentes ao cálculo de imparidade; (viii) apreciar a evolução das exposições; e (ix) compreender a visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira dos clientes, quanto à previsibilidade de *cash flows* esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados

A

Matérias relevantes de auditoria

Neste contexto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizados pelo Grupo na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento e podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidades reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2018.

Síntese da abordagem de auditoria

pelo órgão de gestão contemplam as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e de recuperações da carteira de crédito a clientes do Grupo, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica de desenvolvimento e de validação dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (iii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iv) análise à definição de *default* do Grupo e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizadas nas recuperações futuras incorporadas no apuramento da LGD (*Loss Given Default*), incluindo o teste das recuperações históricas incorporadas nesse apuramento, em base de amostragem; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* (“ECL”) para a carteira de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes e outras contas a receber, bem como as respetivas imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Provisões e passivos contingentes

Mensuração e divulgações relacionadas com provisões e passivos contingentes apresentadas nas notas 1.3, alínea h), 2, 21 e 46 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da rúbrica do passivo “Provisões” ascende a 297.992 milhares de euros, e destina-se a fazer face a responsabilidades diversas, nomeadamente a benefícios pós-emprego específicos de alguns administradores do Grupo, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da atividade do Grupo, bem como situações associadas à aquisição, em 2015, de parte significativa da atividade do Banif.

O apuramento destas provisões implica que o órgão de gestão do Grupo empregue estimativas e julgamentos complexos quanto à probabilidade de materialização e quantificação dos montantes das responsabilidades que podem resultar dos litígios e

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a compreensão e a avaliação dos processos e controlos chave instituídos pelo Grupo no que se refere à aprovação, registo e monitorização destas matérias, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo o órgão de gestão na avaliação e quantificação das contingências e no eventual reconhecimento de provisões.

Neste âmbito, face à relevância dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, (i) examinámos em detalhe os litígios em curso; (ii) confirmámos a existência de contingências e litígios e o respetivo estado processual junto dos advogados externos do Grupo, e (iii) procedemos à revisão das provisões mais

A

Matérias relevantes de auditoria

contingências em que o Grupo é parte envolvida e, nessa medida, esta foi uma matéria considerada relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

significativas obtendo provas de auditoria adicionais, quando considerado necessário.

Apreciámos a avaliação do Grupo quanto à natureza e situação dos processos em contencioso existentes e as correspondentes provisões, quando aplicável, e discutimos com os responsáveis jurídicos do Grupo as bases e os fundamentos para a constituição, ou não, das provisões mais significativas. Para algumas destas situações confirmámos também a informação recolhida com os advogados externos do Grupo que acompanham cada um dos processos.

Analisámos também a informação disponível sobre os desenvolvimentos ocorridos após 31 de dezembro de 2018 sobre os litígios mais relevantes.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre provisões e passivos contingentes, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Financiamento do Fundo de Resolução***Divulgações relacionadas com o Fundo de Resolução apresentadas nas notas 35 e 45 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo***

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao Banco Espírito Santo, S.A. - processo que deu origem à criação do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco") - e em 2015 ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") criaram incertezas relacionadas com a eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos que contraiu para o efeito. Essas incertezas têm vindo a evidenciar maior relevância em função das responsabilidades e passivos contingentes assumidos, nomeadamente as resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que

No âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- confirmação junto do Grupo de que não se registaram alterações às condições contratuais dos contratos de mútuo celebrado entre os Bancos e o Fundo de Resolução, bem como dos respetivos aditamentos assinados em agosto de 2016 e fevereiro de 2017;
- monitorização das alterações de maior significado ao modelo simplificado de projeções de fluxos de caixa do Fundo de Resolução apresentado pelo Grupo aquando da renegociação dos empréstimos obtidos pelo Fundo de Resolução;
- acompanhamento das comunicações relevantes sobre as responsabilidades e passivos contingentes assumidos pelo Fundo de Resolução e/ou Estado Português;
- análise da comunicação pública do Fundo de Resolução de 28 de março de 2018 e de 1 de março de 2019, referente ao pagamento a efetuar pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco, no âmbito do mecanismo de capitalização

Matérias relevantes de auditoria

- têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista do Novo Banco, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e da evolução dos seus níveis de capitalização; e
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante, sendo que esta garantia está contragarantida pelo Estado Português.

O mecanismo de capitalização contingente foi acionado pela primeira vez pelo Novo Banco em 791.695 milhares de euros relativos às contas auditadas com referência a 31 de dezembro de 2017, e do qual resultou a contração de um empréstimo no montante de 430.000 milhares de euros do Estado Português. De acordo com os resultados do exercício de 2018 divulgados recentemente pelo Novo Banco, o montante reclamado em 2019 ao Fundo de Resolução, ao abrigo deste mecanismo, ascenderá a 1.149.000 milhares de euros.

No início de 2017, o Fundo de Resolução comunicou publicamente a revisão contratual dos financiamentos que contraiu junto do Estado Português e dos bancos participantes que visou ajustar e equiparar os termos e condições associados a esses financiamentos, em particular o alargamento do prazo de reembolso, à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária. A avaliação dessa capacidade, e consequentemente do risco de imparidade do financiamento concedido pelo Grupo ao Fundo de Resolução, assentou então num conjunto de pressupostos e estimativas cuja evolução futura requer contínua monitorização.

Nestas circunstâncias, a possibilidade de os bancos participantes no Fundo de Resolução virem a ser chamados a realizar contribuições extraordinárias para o Fundo de Resolução, constituiu uma preocupação para o Grupo e para o setor bancário em

Síntese da abordagem de auditoria

- contingente previsto no contrato de venda do Novo Banco;
- leitura dos últimos relatórios e contas disponíveis do Fundo de Resolução e do Novo Banco;
- análise da evolução das exposições do Grupo junto do Fundo de Resolução, bem como a compreensão da visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira do Fundo de Resolução e à previsibilidade de fluxos de caixa esperados das suas receitas regulares; e
- realização de reuniões com o órgão de gestão do Grupo para acompanhamento da informação disponível sobre: (i) o desfecho de ações judiciais em curso relacionadas com as referidas medidas de resolução; e (ii) o mecanismo de capitalização contingente associado à operação de venda do Novo Banco à Lone Star e as responsabilidades assumidas pelo Fundo de Resolução no âmbito dessa operação.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre provisões e passivos contingentes constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

geral, e nessa medida a evolução futura desta temática requer um atento acompanhamento da nossa parte, pelo que esta foi considerada uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Mensuração e divulgações relacionadas com os benefícios pós-emprego dos colaboradores apresentadas nas notas 1.3 alínea i), 2 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2018 as responsabilidades por serviços passados do Grupo em relação aos seus pensionistas, colaboradores e administradores ascendem a 1.313.480 milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, invalidez, cuidados de saúde e subsídio por morte, nomeadamente os que estão previstos no Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") para o setor bancário.

Estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade e invalidez, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, entre outros, definidos pelo órgão de gestão e ajustados às características dos benefícios e da população dos administradores, colaboradores e pensionistas, e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

No caso concreto da taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais, esta é determinada com base nas taxas de mercado para entidades de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à duração do termo do pagamento dos benefícios do plano.

Neste contexto, alterações que se venham a registar de futuro nos pressupostos financeiros e atuariais assumidos podem originar impactos materiais nas responsabilidades líquidas bem como nos ativos detidos para fazer face a essas responsabilidades,

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário independente para calcular as responsabilidades e as necessidades de financiamento do plano, bem como a adequacidade do processo de apuramento do justo valor dos ativos do fundo.

Os trabalhos de auditoria incluíram reuniões com o Grupo e com o atuário independente a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à relevância dos julgamentos requeridos ao órgão de gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos, comparando-os com os dados que, de forma independente, nos foi possível obter.

Foi efetuada a revisão da conformidade: (i) do histórico da informação dos colaboradores utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e de outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos do fundo, calculando-o, sempre que possível, de forma independente para uma amostra de ativos.

Por último, desenvolvemos a análise detalhada do estudo atuarial elaborado com referência a 31 de dezembro de 2018, tendo por base os resultados dos procedimentos referidos acima.

Os procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações sobre as responsabilidades com benefícios pós-emprego dos administradores, colaboradores e

Matérias relevantes de auditoria

pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

pensionistas constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo apresentadas nas notas 1.3 alínea c), 2, 7, 8, 9, 11 e 43 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de balanço dos instrumentos financeiros de níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor ou sujeitos a correções de valor por via da contabilização de coberturas contabilísticas ascendem a 6.930.096 milhares de euros de ativos e a 4.763.505 milhares de euros de passivos.

A implementação da IFRS 9 – Instrumentos financeiros (“IFRS 9”) em 1 de janeiro de 2018 pelo Grupo implicou a introdução de um conjunto de novos requisitos com impacto na classificação dos ativos financeiros essencialmente decorrente (i) do modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos; e (ii) das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros). Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo decorrentes da adoção desta nova norma foram estimados por referência a 1 de janeiro de 2018, tendo por base a informação disponível àquela data e a assunção de um conjunto de pressupostos, que se encontram apresentados nas notas 1.1 e 1.3 alínea c) anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018 os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo são compostos por (i) instrumentos financeiros de dívida cujo modelo de negócio é “*hold to collect and sale*” ou negociação, (ii) derivados classificados como negociação ou cobertura; (iii) instrumentos de capital

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação dos controlos chave instituídos pelo Grupo para identificar, quantificar e monitorizar o risco de mercado, bem como os controlos chave subjacentes às metodologias de apuramento do justo valor.

No âmbito específico da implementação da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, acompanhámos o plano de ação desenvolvido pelo Grupo e, desenvolvemos de entre outros, os seguintes procedimentos:

- Reuniões com os principais responsáveis pelo plano de ação no sentido de compreendermos e acompanharmos o calendário, o âmbito e a profundidade do trabalho a realizar pelas diferentes áreas do Grupo;
- Compreensão do processo de *governance* do Grupo, nomeadamente quanto aos controlos implementados sobre a revisão e aprovação dos principais pressupostos e julgamentos utilizados na definição dos modelos de negócio do Grupo e na análise das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida;
- Análise dos documentos metodológicos de adoção da IFRS 9 preparados pelo Grupo e revisão da sua aderência aos princípios da referida norma;
- Revisão, em base de amostragem, da aplicação combinada dos testes às características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros e aos modelos de negócio do Grupo, com recurso à análise da documentação de suporte disponibilizada; e

Matérias relevantes de auditoria

próprio; (iv) ativos e passivos sujeitos a correções de valor por via da contabilização de coberturas contabilísticas, nomeadamente a carteira de crédito a clientes, os recursos de clientes e outros empréstimos e as responsabilidades representadas por títulos; e (v) outros passivos financeiros mensurados ao justo valor (opção de justo valor).

Para os instrumentos financeiros classificados nos níveis 2 e 3 da hierarquia de justo valor, e quando não estão disponíveis dados observáveis de mercado, o Grupo procede à determinação do justo valor com recurso a estimativas, nomeadamente através da utilização de modelos de valorização baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa, e que usualmente envolvem um elevado grau de julgamento do órgão de gestão na definição dos pressupostos e *inputs* a utilizar.

No que respeita a instrumentos financeiros derivados, o Grupo procede ao reconhecimento de ajustamentos para o risco de crédito próprio e das contrapartes que não se encontrem totalmente colateralizados (*DVA – Debit Value Adjustments* e *CVA – Credit Value Adjustments*), os quais são estimados com base em projeções de exposições potenciais futuras ou no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das entidades intervenientes, a qual é estimada com base em cotações publicadas em mercados ativos quando disponíveis ou, na sua ausência, apurada internamente pelo Grupo através do seu modelo de notação de risco interno.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pelo órgão de gestão podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 1.3 alínea k), 8, 16, 19 e 43 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo

Síntese da abordagem de auditoria

- Revisão dos efeitos apurados pelo Grupo decorrente da adoção da IFRS 9 com impacto na situação líquida do Grupo em 1 de janeiro de 2018.

Para uma amostra de instrumentos cuja mensuração tenha consistido substancialmente em dados não observáveis, os nossos procedimentos incluíram igualmente a avaliação se os modelos desenvolvidos pelo Grupo e os dados e pressupostos utilizados são adequados, tendo para o efeito comparado os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível.

Procedemos também à revisão da metodologia e dados utilizados pelo órgão de gestão para determinar os ajustamentos do risco de crédito próprio e do risco de contraparte registados para as exposições com instrumentos derivados não colateralizadas na sua totalidade e para outros passivos mensurados ao justo valor, e comparámos os dados passíveis de observação face a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Grupo, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

A

Matérias relevantes de auditoria

As provisões matemáticas do ramo vida apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas ascendem a 742.857 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ascendem a 3.175.960 milhares de euros, correspondendo no total a 96% do passivo da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2018.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, inerente à constituição de provisões matemáticas do ramo vida é essencialmente efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato. Estes fluxos de caixa incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações e despesas. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é uma curva de taxa de juro sem risco.

Esta avaliação envolve julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como, taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os Serviços do Grupo executam periodicamente testes de aferição de compromissos de taxa de juro e "Asset Liability Management" (ALM), no respeitante às várias carteiras de contratos de seguro. A monitorização efetuada não evidenciou a necessidade de constituição de uma provisão para compromissos de taxa, enquadrada no normativo contabilístico em vigor.

Síntese da abordagem de auditoria

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas;
- Verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pelos Serviços do Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- Desenvolvimento de testes independentes para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelos Serviços do Grupo.

Adicionalmente, revimos as divulgações relativamente às provisões técnicas de seguro direto e aos referidos passivos financeiros constantes nas Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 10 de abril de 2019.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

10 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2018

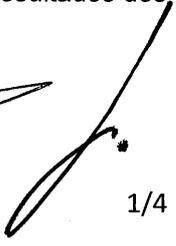
O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2018, bem como o Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. (adiante designada por “Sociedade”), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou dezassete reuniões em 2018 e quatro reuniões em 2019 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander (adiante designado por “Grupo”), nomeadamente a Adjunta do Conselho de Administração, a Diretora Coordenadora da Contabilidade, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Revisor Oficial de Contas, e ainda, numa delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento e o responsável pela Função de Gestão de Riscos. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional do Grupo, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

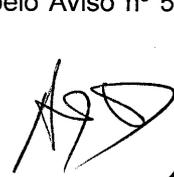
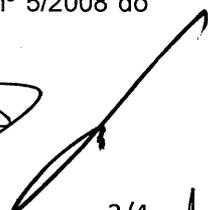
O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2017, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2018, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

Para além das reuniões formais realizadas, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares durante o ano, com os representantes do Revisor Oficial de Contas, para se inteirar da evolução e resultados dos trabalhos de auditoria efetuados às contas da Sociedade e das suas subsidiárias.



1/4


No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2018, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

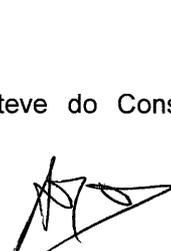
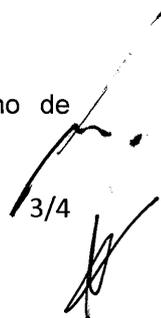
- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios do Grupo ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões dos Conselhos de Administração da Sociedade e da sua principal participada, Banco Santander Totta, S.A., (ii) a leitura das atas das reuniões destes órgãos, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados, quer da Sociedade quer das suas subsidiárias, e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) No âmbito do acompanhamento das subsidiárias, membros do Conselho Fiscal estiveram presentes em seis reuniões da Comissão de Auditoria do Banco Santander Totta, S.A. realizadas em 2018 e em três reuniões realizadas em 2019 até à presente data, o que permitiu analisar toda a documentação de apoio distribuída, assistir às apresentações efetuadas pelos responsáveis de cada uma das áreas e colocar questões e pedidos de esclarecimento sempre que necessário e os assuntos tenham suscitado. Relativamente à atividade seguradora do Grupo, o Conselho Fiscal reuniu com o Conselho Fiscal da Santander Totta Seguros, tendo este último dado conhecimento do trabalho de fiscalização por si desenvolvido e das conclusões obtidas relativamente ao exercício em análise, com especial realce para o impacto da integração da atividade seguradora em resultado da aquisição do ex-Banco Popular.
- c) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- d) Foi prestada especial atenção às políticas do Grupo relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- e) O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno do Grupo, preparado pela Sociedade em 2018, nos termos do Aviso nº 5/2008, de 1 de julho, do Banco de Portugal, e executou os procedimentos que considerou necessários para dar satisfação ao previsto no art.º 25º do mencionado Aviso. Em consequência da análise efetuada, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido pela Direção de Auditoria Interna e pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal emitiu parecer com opinião detalhada sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, face aos requisitos definidos pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal.



2/4


- f) Foram apreciadas as políticas contabilísticas do Grupo e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados consolidados e fiscalizado o processo de divulgação.
- g) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2018, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo.
- h) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário elaborado nos termos do Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- i) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular as matérias relevantes de auditoria como tal identificadas no processo de revisão legal das contas e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas consolidadas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- j) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2018 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou treze propostas de prestação de serviços distintos de auditoria por parte do Revisor Oficial de Contas, na sua totalidade destinados à subsidiária Banco Santander Totta, S.A., tendo emitido parecer favorável após constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses do Grupo, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta a empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços do Grupo.



3/4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas, são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo no fim do exercício de 2018 e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A. aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício de 2018.

Lisboa, 10 de abril de 2019

O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



Fernando Jorge Marques Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVO	Notas	31-12-2018		31-12-2017		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2018	31-12-2017
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações, e Imparidade	Valor líquido	Valor líquido				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	61.399	-	61.399	123.550	Passivo			
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3	283.897	-	283.897	32.581	Provisões	8	42	42
Ativos financeiros ao custo amortizado	4	50.000	-	50.000	30.000	Passivos por impostos correntes	6	6.521	70.478
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	3.422.166	-	3.422.166	3.422.166	Passivos por impostos diferidos	6	-	274
Ativos por impostos correntes	6	18.980	-	18.980	72.404	Outros passivos	9	245	188
Ativos por impostos diferidos	6	-	-	-	-	Total do Passivo		6.808	70.982
Outros ativos	7	63.206	6.461	56.745	50.197	Capital Próprio			
						Capital	10	1.972.962	1.972.962
						Outros instrumentos de capital	10	600.000	600.000
						Reservas por outro rendimento integral acumulado	10	-	942
						Outras reservas e resultados transitados	10	786.030	790.423
						(Ações próprias)	10	(2.284)	(2.165)
						Resultado líquido do exercício		629.671	447.754
						(Dividendos antecipados)	10	(100.000)	(150.000)
						Total do Capital Próprio		3.886.379	3.659.916
Total do Ativo		3.899.648	6.461	3.893.187	3.730.898	Total do Passivo e do Capital Próprio		3.893.187	3.730.898

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimento de juros	11	1.426	211
Margem financeira		<u>1.426</u>	<u>211</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	12	618.324	427.486
Resultados em ativos e passivos financeiros ao justo valor			
<i>Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados</i>		(618)	-
<i>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</i>		268	-
Produto bancário		<u>619.400</u>	<u>427.697</u>
Custos com pessoal		(60)	(60)
Gastos gerais administrativos		(393)	(333)
Imparidade de outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	6.548	18.540
Resultado antes de impostos		<u>625.495</u>	<u>445.844</u>
Impostos			
Diferidos		273	-
Correntes	6	3.903	1.910
Resultado líquido do exercício		<u><u>629.671</u></u>	<u><u>447.754</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados individuais por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado líquido do exercício	<u>629.671</u>	<u>447.754</u>
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:		
Variações no justo valor de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
. Justo valor	-	1.924
. Impacto fiscal	-	(433)
Resultado integral individual do exercício	<u><u>629.671</u></u>	<u><u>449.245</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas por outro rendimento integral acumulado		Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
			De justo valor	Por impostos diferidos							
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.972.962	600.000	(708)	159	197.259	640.575	117.412	(2.125)	(28.733)	150.530	3.647.331
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas	-	-	-	-	15.053	-	-	-	-	(15.053)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(117.211)	-	28.733	(135.477)	(223.955)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(40)	-	-	(40)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	(62.665)	-	-	-	(62.665)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Resultado integral individual do exercício	-	-	1.924	(433)	-	-	-	-	-	447.754	449.245
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.972.962	600.000	1.216	(274)	212.312	640.575	(62.464)	(2.165)	(150.000)	447.754	3.659.916
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	44.775	-	11.090	-	-	(55.865)	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	150.000	(391.889)	(241.889)
Impacto de abertura de aplicação da IFRS9	-	-	(1.216)	274	-	-	942	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(119)	-	-	(119)
Pagamento de Juros de "Additional Tier 1 Instruments"	-	-	-	-	-	-	(61.200)	-	-	-	(61.200)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Resultado integral individual do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	629.671	629.671
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.972.962	600.000	-	-	257.087	640.575	(111.632)	(2.284)	(100.000)	629.671	3.886.379

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio individual para o para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Rendimento de juros	2.200	123
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(459)	(380)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>1.741</u>	<u>(257)</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(20.000)	96.965
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados	31.906	-
	<u>11.906</u>	<u>96.965</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	13.647	96.708
Impostos pagos	(6.604)	33
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>7.043</u>	<u>96.741</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	618.324	427.486
Aquisição de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(284.642)	-
Reembolso de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	3.859
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>333.682</u>	<u>431.345</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(341.825)	(373.955)
Aquisição de ações próprias	(119)	(41)
Pagamento de juros de "Additional Tier 1 Instruments"	(61.200)	(62.665)
Aquisição da Eurovida	(88.000)	-
Alienação da Eurovida	88.268	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(402.876)</u>	<u>(436.661)</u>
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(62.151)</u>	<u>91.425</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	123.550	32.125
Caixa e seus equivalentes no fim do período	61.399	123.550

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de dezembro de 2004 e tem como objeto social a gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (“BST”), mediante a transferência de parte do seu património para com ele constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida.

Por escritura celebrada no dia 21 de abril de 2005, foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por ação. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado de mEuros 464.168 para mEuros 1.972.962 representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão no montante de mEuros 640.575.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

Em conformidade com o artigo nº 2 do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2018, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2017, exceto as que decorrem de alterações normativas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2018.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2018 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 15** (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.
- **Alterações à IFRS 15**, ‘Rédito de contratos com clientes’. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros'. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
- **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.
- **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
- **Melhorias às normas 2014 – 2016**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.
- **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada'. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

A adoção das normas e interpretações acima referidas tiveram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras:

- i) a adoção da IFRS 15 e alterações à IFRS 15 não teve impacto nas atividades da Sociedade, que desenvolve essencialmente atividades financeiras;
- ii) a adoção das alterações à IFRS 2, não teve impacto por não ser aplicável;
- iii) os impactos da adoção da IFRS 9 são apresentados no final desta nota;
- iv) as restantes alterações não tiveram impacto nas DF's por não serem aplicáveis ou não terem existido transações no exercício.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se publicadas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pela Sociedade, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- **IFRS 16** (nova), ‘Locações’. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.
- **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.
- **IAS 19** (alteração), ‘Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos’. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação, e no Outro rendimento integral qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “asset ceiling”.
- **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.
- **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- **Estrutura conceptual**, ‘Alterações na referência a outras IFRS’. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
- **IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Comparabilidade da informação

A Sociedade adotou a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros, em janeiro de 2018 utilizando o regime de transição “retrospectivo modificado”, o qual permite à Sociedade não efetuar a reexpressão dos valores comparativos e registar o efeito acumulado dos ajustamentos à valorização dos ativos e passivos financeiros por contrapartida de resultados transitados a 1 de janeiro de 2018. Desta forma as novas obrigações de divulgação exigidas pela IFRS 7 apenas foram aplicadas ao exercício de 2018, e as divulgações efetuadas no exercício de 2017, relativas a ativos e passivos financeiros, são mantidas como divulgação. A IFRS 9 introduz novos requisitos no que respeita à (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas e (iii) contabilidade de cobertura. As principais variações foram:

	Saldos 31-12-2017	Classificação e mensuração	Saldos 01-01-2018
Ativo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	123 550	-	123 550
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	32 581	32 581
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	32 581	(32 581)	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	30 000	-	30 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3 422 166	-	3 422 166
Ativos por impostos correntes	72 404	-	72 404
Ativos por impostos diferidos	-	-	-
Outros ativos	50 197	-	50 197
Total do Ativo	3 730 898	-	3 730 898
Passivo			
Provisões	42	-	42
Passivos por impostos correntes	70 478	-	70 478
Passivos por impostos diferidos	274	-	274
Outros passivos	188	-	188
Total do Passivo	70 982	-	70 982
Capital Próprio			
Capital	1 972 962	-	1 972 962
Outros instrumentos de capital	600 000	-	600 000
Reservas por outro rendimento integral acumulado	942	(942)	-
Outras reservas e resultados transitados	790 423	942	791 365
(Ações próprias)	(2 165)	-	(2 165)
Resultado líquido do período	447 754	-	447 754
(Dividendos antecipados)	(150 000)	-	(150 000)
Total do Capital Próprio	3 659 916	-	3 659 916
Total do Passivo e do Capital Próprio	3 730 898	-	3 730 898

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro, isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVPL”).

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pela Sociedade.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva por rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantem em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimentos de instrumentos de capital" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

Passivos financeiros

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não introduziu alterações significativas face aos requisitos já previstos anteriormente, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere "accounting mismatch". Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, outros valores a receber não valorizados ao justo valor.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito da Sociedade e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

ii) Provisões

São reconhecidas provisões quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

iii) Impostos sobre Lucros

A Sociedade é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). O Grupo Santander decidiu aplicar, a partir do exercício de 2017, o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal é apurado numa lógica Grupo correspondendo à soma algébrica do lucro tributável / prejuízo fiscal apurado nas declarações periódicas individuais de cada sociedade que compõe o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, BST, Santander Totta Seguros, Gamma (em 2018) e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável de cada Sociedade.

iv) Especialização dos exercícios

A Sociedade adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

v) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Santander Totta exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objeto de análise de perdas por imparidade.

1.3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados” e “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são mensurados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão da Sociedade independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*; e
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.2. i). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios de 2018 e 2017, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte da Sociedade.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta no montante de mEuros 61.399 (mEuros 123.550 em 31 de dezembro de 2017).

3. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2018 e 2017 é constituída da seguinte forma:

	31-12-2018					31-12-2017				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor (Nota 10)	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida										
Emitidos por residentes										
Outros residentes	283.579	185	-	-	283.764	-	-	-	-	-
Emitidos por não residentes										
Outros não residentes	-	-	-	-	-	31.231	1	1.216	-	32.448
	<u>283.579</u>	<u>185</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>283.764</u>	<u>31.231</u>	<u>1</u>	<u>1.216</u>	<u>-</u>	<u>32.448</u>
Instrumentos de Capital										
Emitidos por residentes										
Valorizados ao justo valor	-	-	-	-	-	112	-	-	(112)	-
Valorizados ao custo histórico	-	-	-	-	-	155	-	-	(155)	-
Emitidos por não residentes										
Valorizados ao justo valor	133	-	-	-	133	786	-	-	(653)	133
	<u>133</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133</u>	<u>1.053</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>133</u>
	<u>283.712</u>	<u>185</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>283.897</u>	<u>32.284</u>	<u>1</u>	<u>1.216</u>	<u>(920)</u>	<u>32.581</u>

A rubrica de “Instrumentos de dívida – emitidos por residentes” corresponde a obrigações perpétuas do BST adquiridas à Tottalreland em outubro de 2018.

A rubrica de “Instrumentos de dívida – emitidos por não residentes” correspondia a obrigações emitidas no âmbito de uma operação de titularização - Hipototta nº 4 PLC - Classe C. Estas obrigações foram reclassificadas em 01 de janeiro de 2018 para a carteira “Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados, por não cumprir com os testes SPPI. Estas obrigações foram alienadas ao BST em novembro de 2018.

O movimento ocorrido na imparidade é apresentado na Nota 8.

4. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	<u>50.000</u>	<u>30.000</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o depósito a prazo encontrava-se expresso em Euros e era remunerado à taxa de juro média anual de 0,334%. O mesmo estava domiciliado no BST.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017, o depósito a prazo encontrava-se expresso em Euros e era remunerado à taxa de juro média anual de 0,02%. O mesmo estava domiciliado no BST.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100,00	47.250	100,00	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	98,76	3.374.511	98,76	3.374.511
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
		<u>3.422.166</u>		<u>3.422.166</u>

Em janeiro de 2018 e após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade adquiriu ao Banco Popular Espanhol 84,0652% da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. por 88.000 mEuros. Em outubro de 2018 a Sociedade alienou à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. a totalidade da participação que detinha na Eurovida por 88.268 mEuros.

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Ativos por impostos correntes		
Pagamento por conta	9.330	-
Pagamento especial por conta	3	2
Retenções na fonte	38	10
IRC a receber das participadas	9.607	72.390
Juros compensatórios	2	2
	<u>18.980</u>	<u>72.404</u>
Ativos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	-	-
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	6.521	70.478
Passivos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	-	274
	<u>25.501</u>	<u>143.156</u>

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC).

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2018 e 2017, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - até 1.500 mEuros 0%
 - entre 1.500 mEuros e 7.500 mEuros 3%
 - entre 7.500 mEuros e 35.000 mEuros 5%
 - superior a 35.000 mEuros (7% em 2017) 9%

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada uma das Sociedades que compõem o Grupo. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta SGPS – Sociedade dominante; Taxagest, Banco Santander Totta, Santander Totta Seguros, Gamma e TottaUrbe – Sociedades dominadas. O ganho obtido com a aplicação do RETGS é alocado às Sociedades abrangidas, de forma proporcional à matéria coletável individual de cada Sociedade.

O valor do IRC a receber corresponde à soma algébrica do valor a pagar por cada sociedade dominada e o valor a pagar corresponde ao valor que a sociedade dominante tem a entregar ao Estado.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efetiva, a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		625.495		445.844
Imposto apurado com base na taxa de imposto	22,50%	140.736	22,50%	100.315
Dividendos não tributáveis	-22,24%	(139.123)	-21,57%	(96.184)
Provisões não tributáveis	-0,25%	(1.534)	-0,94%	(4.172)
Correções de anos anteriores - Efeito RETGS	-0,13%	(818)	0,00%	-
Efeito RETGS	-0,54%	(3.362)	-0,04%	(1.910)
Outros	0,03%	198	0,01%	41
Impostos sobre os lucros do exercício		<u>(3.903)</u>		<u>(1.910)</u>

7. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Devedores diversos		
Suprimentos	207	207
Outros	62.999	62.999
	<u>63.206</u>	<u>63.206</u>
Imparidade (Nota 8)	(6.461)	(13.009)
	<u>56.745</u>	<u>50.197</u>

Os contratos de suprimentos foram efetuados à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 mEuros e à sociedade FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37 mEuros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade.

Em Outubro de 2008 a Santander Totta concedeu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., prestações acessórias, não remuneradas, reembolsáveis nos termos dos Estatutos da sociedade, no montante de 85.000 mEuros, destinadas à realização de determinados investimentos, sendo à data 62.990 mEuros. Estas prestações foram classificadas como outros ativos de acordo com a IAS 32.

Durante o exercício de 2018 a imparidade relativa às prestações acessórias a Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida S.A. foi reduzida para 6.245 mEuros.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Saldos em 2016	Reposições	Utilizações	Saldos em 2017	Reposições	Utilizações	Saldos em 2018
Imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 3)							
Emitidos por residentes							
Instrumentos de capital	292	-	(25)	267	-	(267)	-
Emitidos por não residentes							
Instrumentos de capital	653	-	-	653	-	(653)	-
	<u>945</u>	<u>-</u>	<u>(25)</u>	<u>920</u>	<u>-</u>	<u>(920)</u>	<u>-</u>
Imparidade em outros ativos (Nota 7)							
Devedores e outras aplicações	31.820	(18.540)	(271)	13.009	(6.548)	-	6.461
Outras provisões	42	-	-	42	-	-	42
	<u>32.807</u>	<u>(18.540)</u>	<u>(296)</u>	<u>13.971</u>	<u>(6.548)</u>	<u>(920)</u>	<u>6.503</u>

9. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Credores e outros recursos		
Dividendos a pagar	<u>136</u>	<u>71</u>
Encargos a pagar		
Custos com pessoal	6	6
Gastos gerais administrativos	<u>90</u>	<u>98</u>
Receitas com rendimento diferido	<u>13</u>	<u>13</u>
	<u>245</u>	<u>188</u>

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Conforme descrito na Nota Introdutória, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos acionistas da Sociedade, através da entrega das ações das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do ex-totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 ações, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Em 21 de abril de 2005 foi efetuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma ficou representado por 197.296.207.958 ações ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada uma reserva de fusão de 640.575 mEuros.

No dia 30 de maio de 2018, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2017 no montante de 391.890 mEuros dos quais foram pagos em dezembro de 2017 150.000 mEuros a título de adiantamento sobre lucros do exercício ao acionista maioritário, de acordo com a correspondente percentagem de capital detida, e colocados à disposição dos acionistas minoritários.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No dia 11 de dezembro de 2018, em reunião do Conselho de Administração foi deliberado a distribuição de dividendos antecipados relativos ao exercício de 2018 no montante de 100.000 mEuros.

Outros instrumentos de capital

Em 30 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). A remuneração deste instrumento no montante de 29.700 mEuros foi paga em janeiro de 2018 diretamente por resultados transitados.

Em 20 de junho de 2016, a Sociedade emitiu “€ 300.000.000 Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive). A remuneração deste instrumento no montante de 31.500 mEuros foi paga em junho de 2018 diretamente por resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os principais acionistas da sociedade eram os seguintes:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Número de ações	% de participação	Número de ações	% de participação
Santusa Holding, SL - Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	196.996.017.344	99,85%
Ações próprias	105.942.258	0,05%	100.181.318	0,05%
Outros	194.248.356	0,10%	200.009.296	0,10%
	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>	<u>197.296.207.958</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reserva Legal	257.087	212.312
Resultados Transitados	(111.632)	(62.464)
	<u>786.030</u>	<u>790.423</u>

Durante o exercício de 2018 e 2017, a Sociedade procedeu à aquisição de 5.760.940 e 1.920.420 ações próprias, pelos montantes de 119 mEuros e 40 mEuros, respetivamente.

Nos termos da alínea d), do n.º 5, art.º 66º do código das sociedades comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2018, a sociedade detém 105.942.258 ações próprias, com o valor nominal de um cêntimo cada.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Reservas por outro rendimento integral acumulado		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	1.216
Reservas por impostos diferidos		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	(274)
	<u>-</u>	<u>942</u>

11. RENDIMENTO DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimento de juros		
Juros de aplicações em instituições de crédito	155	40
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral - Títulos	1.271	171
	<u>1.426</u>	<u>211</u>

12. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Santander Totta, S.A.	618.324	348.486
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	-	79.000
	<u>618.324</u>	<u>427.486</u>

13. NÚMERO E COLABORADORES AO SERVIÇO DA EMPRESA

Em cumprimento do disposto no n.º 3, art.º 66 do CSC, informamos que, a Santander Totta, SGPS não dispõe de colaboradores ao seu serviço, sendo o montante dos encargos suportados a título de Gastos com o Pessoal, os relativos à remuneração do Conselho Fiscal.

14. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, art.º 66-A do CSC, informamos que, a título de honorários, os encargos suportados até 31 de dezembro foram de 144.050€ (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado), relativos aos serviços de revisão legal de contas (122.450€) e de Revisão do sistema de controlo interno, de acordo com o requerido pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal (21.600€).

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
<u>BALANÇO</u>		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 2)		
. Depósitos à ordem – Banco Santander Totta, S.A.	61.399	123.550
Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 4)		
. Depósitos a prazo – Banco Santander Totta, S.A.	50.000	30.000
Investimentos em filiais – Partes de capital (Nota 5)		
. Banco Santander Totta, S.A.	3.374.511	3.374.511
. Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	47.250	47.250
. Taxagest, SGPS, S.A.	405	405
Outros ativos – Prestações acessórias (Nota 7)		
. Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros	62.990	62.990
	-----	-----
	3.596.555	3.638.706
	=====	=====

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2018 e 2017, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (empresas do Grupo Santander), foram como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimentos de juros (Nota 11)		
. Juros de depósitos bancários – Banco Santander Totta, S.A.	155	40
	==	===
Rendimentos de instrumentos de capital – Dividendos recebidos (Nota 12)		
. Banco Santander Totta, S.A.	618.324	348.486
. Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de vida, S.A.	-	79.000
	-----	-----
	618.324	427.486
	=====	=====

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de dezembro de 2018, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de abril de 2019.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta, SGPS, S.A. (“Sociedade” ou “Santander Totta SGPS”), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.893.187 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.886.379 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 629.671 milhares de euros), a demonstração dos resultados individuais por naturezas, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral individual, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individuais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

A

Valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Mensuração e divulgações relacionadas com o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentadas nas notas 1.2 alínea v), 5 e 7 anexas às demonstrações financeiras do Banco

Pela relevância desta rubrica no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade e pelo grau de julgamento associado ao apuramento do valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, incluindo as prestações acessórias concedidas, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Estes investimentos incluem participações em subsidiárias nas quais a Santander Totta SGPS exerce controlo sobre a sua gestão e/ou em empresas associadas nas quais tem influência significativa, mas não detém o controlo.

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos em balanço dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos ascendem a 3.422.166 milhares de euros, representados na sua maioria pela participação no Banco Santander Totta, S.A..

Estes investimentos são mensurados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade por forma a refletir o valor recuperável estimado por recurso a projeções que normalmente incorporam pressupostos do órgão de gestão e envolvem um elevado grau de julgamento. O órgão de gestão da Sociedade baseia-se nos fluxos de caixa que se espera possam vir a ser gerados no decorrer da atividade futura das participadas espelhados em planos de negócio preparados e aprovados, que poderão ou não vir a concretizar-se, para avaliar a existência de indícios de imparidade no valor de balanço do investimento em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão nas projeções que suportam o apuramento do valor recuperável, podem originar impactos materiais na mensuração destes investimentos nas demonstrações financeiras da Santander Totta SGPS.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a compreensão e revisão dos procedimentos instituídos pela Santander Totta SGPS no que se refere ao acompanhamento dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão no apuramento do valor recuperável desses investimentos.

Para o investimento mais relevante em 31 de dezembro de 2018, representado pela participação no Banco Santander Totta, S.A., os procedimentos desenvolvidos consistiram em: i) rever a documentação associada ao acompanhamento e à avaliação da Sociedade sobre os indícios de imparidade; e ii) avaliar os *inputs* e pressupostos do órgão de gestão de base à previsão de fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum *input* ou pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos a uma revisão da estimativa dos fluxos de caixa e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os investimento em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos constantes das notas explicativas ao abrigo das normas contabilísticas aplicáveis.

A

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

4

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 10 de abril de 2019.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

10 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

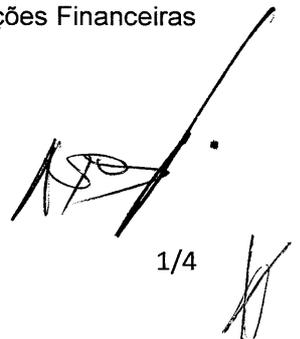
Exercício de 2018

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2018, bem como o Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., (adiante designada por “Sociedade”), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou dezassete reuniões em 2018 e quatro reuniões em 2019 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação dos seus membros, foi possível contar, em função das matérias tratadas, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander (adiante designado por “Grupo”), nomeadamente a Adjunta do Conselho de Administração, a Diretora Coordenadora da Contabilidade, o Diretor Coordenador da Auditoria Interna, o Diretor Coordenador da Área Jurídica, o Revisor Oficial de Contas, e ainda, numa delas, o Administrador responsável pelo pelouro financeiro, o Diretor Coordenador dos Assuntos Institucionais e Cumprimento e o responsável pela Função de Gestão de Riscos. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional, realizaram-se contactos pontuais sempre que necessário e as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2017, bem como, através do seu Presidente, nas reuniões do Conselho de Administração, inclusive naquela em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2018 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.



1/4

Para além das reuniões formais realizadas, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares durante o ano, com os representantes do Revisor Oficial de Contas, para se inteirar da evolução e resultados dos trabalhos de auditoria efetuados às contas da Sociedade.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2018, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade ao longo do ano, mediante (i) a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, (ii) a leitura das atas das reuniões deste órgão, (iii) a apreciação da informação trimestral sobre a atividade e resultados e (iv) de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.
- b) Observou-se em termos gerais o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- c) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna e *compliance*.
- d) O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, preparado pela Sociedade em 2018, nos termos do Aviso nº 5/2008, de 1 de julho, do Banco de Portugal, e executou os procedimentos que considerou necessários para dar satisfação ao previsto no artigo 25º do mencionado Aviso. Em consequência da análise efetuada, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido pela Direção de Auditoria Interna e pelo Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal emitiu parecer com opinião detalhada sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, face aos requisitos definidos pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal.
- e) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.
- f) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da Sociedade o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada

em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da Sociedade.

- g) Foi igualmente analisado o Relatório de Governo Societário elaborado nos termos do Código das Sociedades Comerciais, tendo o Conselho Fiscal verificado que no mesmo se encontram tratados os elementos legalmente previstos.
- h) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas individuais, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular as matérias relevantes de auditoria como tal identificadas no processo de revisão legal das contas e a síntese da abordagem de auditoria, que constam da Certificação Legal das Contas individuais, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Sociedade, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta a empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da Sociedade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às Demonstrações Financeiras individuais, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício de 2018, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais do exercício de 2018;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 10 de abril de 2019

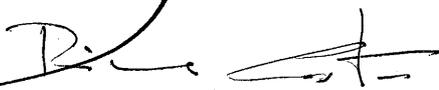
O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



Fernando Jorge Marques Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)